



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

COMISSÃO DO ESPORTE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1487/15	DATA: 25/08/2015	
LOCAL: Plenário 4 das Comissões	INÍCIO: 15h03min	TÉRMINO: 19h33min	PÁGINAS: 95

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANDRÉA NASCIMENTO EWERTON - Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersectoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte;
LUIZ CARLOS - Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira da Câmara Municipal de Salvador;
SANDRO SANTOS - Coordenador Geral de Gestão Estratégica da Fundação Palmares;
PAULO ANDRADE MAGALHÃES FILHO - representando a Associação Brasileira de Capoeira Angola - ABCA;
GERSONILTO HELENO DE SOUZA - Presidente da Confederação Brasileira de Capoeira;
EMERSON FERREIRA DO NASCIMENTO - Presidente da Associação Brasileira de Professores de Capoeira - ABPC.

SUMÁRIO

Aprovação do Requerimento nº 57/2015 que tem como objetivo debater a capoeira no Brasil.

OBSERVAÇÕES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, SOMENTE PARA CONSULTA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Boa tarde a todos e todas, nós vamos dar início à nossa audiência pública e já de antemão gostaria de agradecer a presença de todos os senhores e senhoras aqui, nesta tarde de terça-feira, na Comissão do Esporte.

Esta reunião de audiência pública da Comissão do Esporte está sendo realizada em razão — eu gostaria de pedir a atenção dos senhores e senhoras, por favor! — da aprovação do Requerimento nº 57/2015 de minha autoria, de minha iniciativa, e tem como objetivo debater a capoeira no Brasil. Eu dei entrada, e esta Comissão aprovou por unanimidade essa audiência pública por entender que o tema requer desta Comissão uma importância muito grande.

Nós sabemos que, de Norte a Sul do nosso País, nós temos capoeiristas, mestres de capoeira, aqueles que praticam capoeira. E esta como é a Casa de Leis tem em andamento vários projetos; em um deles, eu já sou o Relator, e o outro está em andamento no Senado Federal, que virá a esta Casa. E, dada a importância do tema, nós não poderíamos deixar de chamar a esta Comissão para debater os atores reais desta grande cultura brasileira que é a capoeira, que são vocês.

Portanto, nós, com muita honra, aqui na Comissão do Esporte, recebemos todos vocês aqui. Que nós façamos uma audiência pública e daqui possamos tirar as ideias, melhorar o relatório que vamos apresentar ao término desses debates que iremos fazer. Então, já quero aqui de antemão agradecer a todos vocês pela presença aqui na Câmara dos Deputados, mas, em especial, na Comissão do Esporte, nessa terça-feira. Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

Gostaria, para dar início às apresentações, de convidar para sentar-se à Mesa a S.Sa. a Sra. Andréa Nascimento Ewerton, Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte aqui presente já. Muito obrigado. *(Palmas.)*

Gostaria também de fazer com muita honra o convite para compor a Mesa também ao Sr. Luiz Carlos, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira na Câmara Municipal de Salvador. Ele tem sido um Vereador atuante ali na nossa Câmara de Vereadores de Salvador. Chegue pra cá e tome o seu assento. *(Palmas.)*



Gostaria de convidar para fazer parte da Mesa a S.Sa., o Sr. Sandro dos Santos, Coordenador-Geral de Gestão Estratégica da Fundação Palmares (*Palmas.*)

Gostaria também de convidar para fazer parte da Mesa a S.Sa., o Sr. Paulo Andrade Magalhães Filho, representando a Associação Brasileira de Capoeira Angola — ABCA. (*Palmas.*)

Convido para fazer parte da Mesa a S.Sa., a Sra. Sheyle Dias Barbosa, Professora **Bela**, representante do Congresso Nacional Unitário de Capoeira. Onde está a Sra. Sheyle? Enquanto ela não chega, vamos chamar outra pessoa: o Sr. Gersonilto Heleno de Souza, Presidente da Federação Brasileira de Capoeira, para fazer parte da Mesa. (*Palmas.*)

Eu gostaria de convidar também para fazer parte aqui da Mesa... A Mesa não é extensa, mas gostaria que viessem e tomassem assento aqui nos primeiros lugares: o Sr. Emerson Ferreira do Nascimento, Presidente da Associação Brasileira de Professores de Capoeira — ABPC. (*Palmas.*) Obrigado por ter vindo. Sr. Emerson, V.Sa. fique aqui, onde há uma plaquinha com seu nome. Gostaria também de convidar o Sr. Sergio Luiz de Souza Vieira, Professor com Pós... PhD em Antropologia, também para sentar-se aqui à frente, por favor. (*Palmas.*)

Gostaria também de chamar o Mestre Babão... Balão! Aqui está mais parecido com Babão... A letra aqui está meio complicada (*palmas.*), da Federação de Capoeira da Bahia — FECABA. Representante Mestre Kibe, sente-se aqui também à frente, por favor. Obrigado, Mestre, tudo bem?

Comunico a todos os que estão presentes e prestigiando esta audiência pública: o Sr. Antônio Affonso da Costa Lima, Professor e Mestre em capoeira — gostaria que V.Sa. ficasse de pé quando nós estivermos aqui falando —, obrigado por ter vindo; a Sra. Cláudia Bernardo, Coordenadora-Geral de Integração de Políticas e Programas Intersetoriais — CGIPI; a Sra. Vanessa Souza Moura, Assistente Administrativo; Sr. João Alberto Chagas Lima, Coordenador da área, ambos do Ministério do Esporte aqui presentes, muito obrigado — estendo esse agradecimento também ao Ministro George Hilton por ter liberado para que vocês estivessem aqui nesta tarde conosco —; o Sr. Paulo César do Valle Torres, Terceiro-Secretário da Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva do Ministério das Relações Exteriores, que está aqui presente, muito obrigado também



por estar aqui; o Sr. Clair da Cunha Moura Junior, Coordenação de Apoio à Sustentabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN, obrigado.

Antes de passar às exposições, desejo informar as regras da condução dos trabalhos desta audiência pública. O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 10 minutos para as suas preleções, não podendo ser aparteado. Aqui do lado há um relógio, um cronômetro, para poder organizar o tempo de cada um de vocês.

Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão inscrever-se previamente. Poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos. E vocês podem procurar a Secretaria da Mesa para poder fazer a inscrição. Será permitida a réplica de qualquer participante que seja citado durante o debate.

Em virtude da importância deste tema — gostaria de fazer essa observação — e de termos diversos segmentos aqui presentes nesta audiência pública, aqueles que desejarem fazer o uso da palavra, pelo prazo de três minutos... Isto é importante: aos participantes que desejarem fazer uso da palavra deverão fazer a inscrição para podermos manter a organização aqui. Então, se vocês já quiserem se antecipar e fazer a ordem de inscrição, a Mesa já vai estar recepcionando a inscrição de todos vocês. Poderão fazer suas inscrições aqui com a nossa Secretaria.

Vamos, então, às exposições dos convidados. Vai fazer uso da palavra primeiramente a Sra. Andréa Nascimento Ewerton. Com a palavra pelo tempo de 10 minutos. Se quiser ficar em pé, pode ficar à vontade ou, se quiser, pode falar aqui do microfone, por favor.

A SRA. ANDRÉA NASCIMENTO EWERTON - Boa tarde a todos e a todas, quero parabenizar e agradecer ao Deputado Márcio Marinho por essa iniciativa. O Ministro George Hilton fica muito emocionado de ver a ativa ação desta Comissão porque, de fato, é estruturante para as políticas públicas de esporte e lazer. Então, quero parabenizar pela iniciativa.

Quero dizer da minha honra de fazer parte desta audiência com uma plenária tão representativa deste tema. É efetivamente muito emocionante dialogar capoeira



com aqueles que fazem e vivem a capoeira no Brasil. Então é uma satisfação dialogar com os senhores.

Então, nós do Ministério do Esporte entendemos a capoeira como um bem cultural nacional. E cultura é um conceito amplo, é um conceito amplo de manifestações das representações humanas. Nós entendemos a capoeira como um patrimônio imaterial da humanidade. Ela é a marca da população brasileira, ela é reconhecida, no resto do mundo, como uma manifestação tipicamente da identidade brasileira. E ver aqui um Vereador de Salvador nos deixa também muito emocionados porque a Bahia, realmente, é um Estado onde a capoeira respira nas ruas, respira nas casas. Então, realmente, o senhor deve ter muito a nos falar com a realidade da capoeira na Bahia.

É importante também identificar que a capoeira — nós entendemos assim — se originou da união de diversas culturas e etnias africanas. Portanto, ela não é algo, ela é o conjunto de manifestações que traduzem a cultura desta população. A capoeira, ao nosso entendimento, por fazer parte de uma construção histórica, demarca a manifestação cultural de um povo. Então, vejam: estou falando que para o Ministério do Esporte a capoeira é um bem cultural da população brasileira, e é um dever do Estado brasileiro a democratização do acesso a essa manifestação cultural, seja no entendimento e na intencionalidade da capoeira como dança, como jogo, como brincadeira, como manifestação esportiva.

Nós entendemos... O Deputado Marcio está muito ativo agora na construção do novo Sistema Nacional do Esporte, e nós estamos defendendo dentro do Sistema um conjunto de níveis e serviços que o Sistema Nacional do Esporte deve reger, deve rezer, deve garantir à população. E, no conjunto desses níveis e serviços, a capoeira aparece em todos, quer seja na etapa de formação esportiva, de manifestação das diversas práticas corporais, dentro e fora da escola, quer seja no nível, inclusive, de excelência esportiva, de aprimoramento da técnica desse jogo ou desse esporte.

Defendemos no novo Sistema, Deputado, a manifestação da capoeira até mesmo também como nível de serviço do esporte para toda vida, esporte na dimensão ampliada de práticas corporais, o conjunto de práticas corporais que traduzem a manifestação humana, e a capoeira faz parte desse conjunto.



É importante dizer que para nós é uma satisfação ver, no conjunto dos nossos programas sociais, a capoeira como uma demanda permanente dos nossos participantes, dos nossos beneficiários. A capoeira, seja da Angola, seja regional, está presente no nosso Programa Segundo Tempo, na nossa parceria com o MEC. Ela está presente no nosso Programa Esporte e Lazer da Cidade e no nosso Programa Vida Saudável. A nossa população idosa adora a capoeira, e o nosso Programa Vida Saudável prioriza e dá ênfase ao acesso à capoeira também.

Eu tenho um vídeo aqui que eu queria passar para vocês, para nós... Como é que eu faço para passar o vídeo? Você aperta aí para gente? Em um dos nossos núcleos, o desenvolvimento da atividade capoeira, da ação capoeira. Há som, eu escutei.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. ANDRÉA NASCIMENTO EWERTON - Capoeira Angola, mais lenta.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. ANDRÉA NASCIMENTO EWERTON - O que nós queremos dizer ao passar este vídeo? Este vídeo é uma projeção de um núcleo. É um vídeo doméstico de um praticamente, de um participante, de um apaixonado pela capoeira nos nossos programas sociais. Vocês viram que há mulheres, homens, crianças, população idosa, negros e brancos. Trata-se da manifestação dessa prática corporal entendida, pela sua intencionalidade, como uma manifestação artística ou como uma modalidade esportiva.

Nós entendemos que é necessário ensinar a capoeira à população brasileira, nos diversos programas sociais, sejam eles os programas artísticos e culturais oferecidos pelo MINC, sejam outras instituições ligadas à cultura na sua especificidade, sejam aqueles oferecidos por nós, pelo Ministério do Esporte, ou pelas centenas de Secretarias de Esporte e Lazer. Nós entendemos que é necessário ensiná-la, porque é um rico patrimônio cultural. A nossa população precisa conhecer a sua história e a sua cultura, e a capoeira possibilita esse entendimento, esse reconhecimento da cultura brasileira, da cultura do seu povo. Nós entendemos que é necessário ensinar a capoeira — seja na escola, seja fora dela — porque ela é plural e cultural.



Vou reforçar esta ideia, para defendê-la perante os senhores: a capoeira é tanto dança, como jogo, como brincadeira, como esporte — depende da intencionalidade, da institucionalização dessa prática cultural junto ao povo brasileiro.

Vejam a riqueza de instrumentos musicais. Quantas modalidades esportivas podem ter este diálogo com o som e com a música? Vejam que o diálogo permanente com a linguagem artística, por meio da música, não diminui a intencionalidade de ser entendida como esporte também.

É importante também perceber que o ensino da capoeira, do nosso ponto de vista — por isso nós o defendemos nos nossos programas —, amplia o acesso ao conhecimento das práticas corporais na escola e fora dela, oferece uma diversidade de experiências motoras, rítmicas e sociais, além de favorecer o acesso aos conhecimentos históricos do Brasil.

Como nós da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social atuamos com esse tema? Nós estimulamos a capoeira em nossos programas sociais; nós efetivamos uma política de formação à distância e presencial com o tema capoeira; e fomentamos pesquisas e publicações sobre essa temática.

Aqui estão os nossos diversos programas: Segundo Tempo, Esporte da Escola, Esporte e Lazer da Cidade, Vida Saudável e a nossa Rede de fomento à pesquisa e a publicações.

Hoje, no Segundo Tempo, há 92 núcleos funcionando em 19 Municípios, beneficiando 7.899 pessoas com a atividade capoeira. É muito pouco. Precisamos ampliar e estimular o acesso a essa atividade.

No Esporte da Escola, que é uma parceria nossa com o MEC, nos 27 Estados, em 2.124 Municípios, 7.979 escolas escolheram a capoeira, e 1 milhão e 162 mil alunos a estão praticando nas escolas públicas brasileiras, por meio do Programa Mais Educação.

A capoeira também está presente no Programa Esporte e Lazer da Cidade, o nosso programa de lazer, que aborda diversos conteúdos culturais, e no Vida Saudável, que é específico para a população idosa. E temos ainda a nossa Rede.

Eu trouxe aqui, Deputado Márcio, uma das nossas publicações sobre o tema capoeira, para disponibilizar para a Mesa.



O que eu quero dizer com tudo isso? Esta audiência ensina-nos a reconhecer a capoeira como uma prática corporal importante para a emancipação da população brasileira, porque estimula o reconhecimento da sua história e estimula a manifestação da sua expressão humana.

Agradeço ao Deputado.

Agradeço a todos vocês por esta oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Sra. Andréa, pela sua brilhante exposição. Muito obrigado.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, o Vereador Luiz Carlos, vamos ver agora uma breve apresentação do Mestre Gilvan e do grupo de capoterapia.

(Apresentação de capoterapia.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Mestre Gilvan, pela apresentação.

Agradeço também a todos os componentes do grupo de capoterapia.

Continuem sempre contando com esta Comissão. Muito obrigado.

Antes de o Vereador fazer uso da palavra, queria fazer menção à presença do Vereador Ivo Evangelista, da cidade de Ilhéus.

Obrigado por ter vindo.

Com a palavra o nobre Vereador Luiz Carlos, da cidade de Salvador, do Estado da Bahia, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira.

O SR. LUIZ CARLOS - Salve a capoeira!

Queria cumprimentar os mestres, as mestras, os alunos, os professores, os simpatizantes, todos os servidores desta Casa.

Cumprimento o nobre Deputado Márcio Marinho e o parabenizo por esta iniciativa.

Agradeço-lhe o convite para estar aqui nesta Mesa tão honrosa. Na pessoa de V.Exa., cumprimento os demais membros desta Mesa, cumprimento o Mestre Balão, mestre lá do meu Estado, da minha cidade; o Mestre Kibe, bem como o meu querido Mestre Raimundo, que é o Vice-Presidente da FECABA — Federação de Capoeira da Bahia.

Bom, o grande desafio para qualquer orador, Deputado Márcio Marinho, são duas coisas: ou quando ele tem pouca coisa para falar e dispõe de muito tempo ou



quando ele tem pouco tempo e muita coisa para falar. No meu caso, é a segunda oposição: muita coisa para falar e pouco tempo. Mas nós vamos, na medida do possível, organizar a nossa fala dizendo que nós, no dia 17 de março de 2013, criamos a Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira. Quando criamos essa frente, chamamos os mestres, os que compõem a Frente, os Vereadores, e criamos uma dinâmica, Deputado, para ouvir, evidentemente, os Vereadores, mas ouvir, sobretudo, os interessados na capoeira, porque não é possível criar políticas públicas para alguém sem ouvir esse alguém.

Então, nós começamos nessa dinâmica ouvindo os mestres, não só nas reuniões dentro da Casa, mas promovendo audiências públicas. Dessas conversas, dessas rodas, dessas reuniões de audiências, foram surgindo alguns projetos importantes, que hoje tramitam na Casa, projetos de nossa autoria, um deles possibilita o ensinamento da capoeira, o convênio de instituições públicas e privadas com mestres para o ensino da capoeira nas escolas. Há também um projeto de nossa indicação, que entendemos ser importante, para revitalização da Praça do Mestre Bimba, que hoje está abandonada no meio do mato e é o grande marco da capoeira regional.

Dessas conversas, dessas audiências, Deputado, nós produzimos dois documentos, duas monções de repúdio aos projetos que tramitam nesta Casa e versam sobre a esportivização. Por que razão? Porque, da forma como esses projetos se posicionam, eles deixam de lado toda a história da capoeira. Um dos Deputados autores do projeto chega a dizer em sua defesa que quem não quiser se profissionalizar que continue da mesma forma que está. Isso nos remete a um passado que, neste Congresso, já vem se debatendo com essa tentativa de deixar de lado os mestres, os contramestres, os professores, tirando-os da rua e tirando-lhes a liberdade.

Em 1890, o Código Penal brasileiro criminalizou a capoeira. Há um artigo que diz que essa pena seria agravada aos que encabeçassem esse processo, que seriam os mestres.

Três anos depois, portanto, em 1893, o Congresso aprovou a criação de uma Casa de Correção, Prof. Paulo. Dentre as pessoas que deveriam ser encaminhadas a essa Casa de Correção estavam os vagabundos, os vadios e os capoeiristas,



numa tentativa de tirar da rua, Mestre Balão, aqueles que, historicamente, carregam a cultura do nosso País, sobretudo a cultura afro-brasileira, que traz tudo o que aqui já foi exposto pela oradora que me antecedeu e outras histórias que nós conhecemos.

Então, nós elaboramos essas duas moções, que queria entregar a V.Exa. com uma carta deste Vereador, mostrando o sentimento dos capoeiristas da Bahia, em especial de Salvador, dizendo que não queremos a esportivização do jeito que ela está.

Quero cumprimentar o companheiro lá da Bahia, Deputado Davidson Magalhães.

Então, entrego nas mãos de V.Exa. esse mesmo documento que foi lido e aprovado por mestres e Vereadores e será encaminhado aos 513 Deputados desta Casa, dizendo que nós queremos a valorização da capoeira; queremos o avanço da capoeira e não o retrocesso, como vem demonstrando os projetos que versam sobre a esportivização da capoeira.

Recentemente, a Presidente Dilma sancionou o Projeto de Lei nº 13.123, de maio de 2015, que reconhece, Deputado Davidson Magalhães, a tradicional cultura indígena no que diz respeito as suas experiências com plantas medicinais. O que eu quero dizer com isso? Que se, em termo de medicina, este Congresso pode reconhecer aquilo que as culturas indígenas, aquilo que os povos, que suas experiências são capazes de produzir de bom, por que este Congresso não pode reconhecer também essa prática histórica e tão benéfica ao nosso País, que é o conhecimento tradicional advindo dos mestres e professores?

Então, eu queria deixar esta carta e dizer que, para mim, é uma honra estar à frente dessa Frente Parlamentar, na Câmara de Salvador, ouvindo os mestres. Queremos, sim, o avanço da capoeira, mas não com a esportivização, deixando de lado e desvalorizando o que a capoeira tem de melhor, que é a experiência e o valor dos mestres.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e uma boa audiência para todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Vereador Luiz Carlos, pela sua exposição. Eu tenho visto realmente que V.Exa. tem sido um



interlocutor com os capoeiristas lá em Salvador, no Estado da Bahia. Parabéns pela sua exposição e parabéns por estar aqui engrandecendo esta audiência pública.

Quero fazer menção ao Artur Antônio dos Santos Araújo, Assessor Parlamentar da SEPPIR, que está aqui. Obrigado por ter vindo. Também fazer menção ao Caio Mota, do Ministério da Cultura, da Secretaria de Cidadania e da Diversidade Cultural. Obrigado pela presença.

Há lugares aqui. Se vocês quiserem sentar, por favor, fiquem à vontade.

Registro a presença do nosso companheiro, Deputado Davidson Magalhães, do PCdoB, do Estado da Bahia. Obrigado, Deputado Davidson. Daqui a pouco, nós vamos abrir os microfones para que os Deputados também possam se manifestar.

Com a palavra o Sr. Sandro Santos, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. SANDRO SANTOS - Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado. Agradeço-lhe o convite e trago-lhe um abraço da Presidente da Fundação Palmares, Cida Abreu, que não pôde se fazer presente, em virtude do lançamento dos nossos programas amanhã, no Salão Negro do Ministério da Justiça, em comemoração aos 27 anos da Fundação Palmares. Também haverá a posse da nova gestão, que tomou posse há 2 meses, mas será empossada oficialmente amanhã.

Boa tarde aos integrantes da Mesa, mestres, mestras, contramestres, contramestras, alunos dos projetos, companheiros de Ministérios, Clair do IPHAN, companheiro da Secretaria da Cidadania do Ministério da Cultura e companheiro da SEPPIR.

Em minha apresentação, não vou discutir somente o que a Fundação Palmares tem feito nesse último período. Já que nós temos algumas ações em conjunto com o Ministério da Cultura, vou passar apenas algumas coisas.

É importante frisar que, por orientação do decreto de sua fundação, a Fundação Palmares trabalha com a capoeira visando à preservação e a promoção da cultura e do patrimônio da cultura afro-brasileiro. Alguns diretores que por lá passaram usaram a fundação para outras ações que não aquelas que a Palmares defende no decreto de sua criação, que seria a articulação.

Eu friso que, baseada no decreto de sua criação, a Palmares enxerga a capoeira como um patrimônio que teve o seu primeiro reconhecimento feito pelo



IPHAN. Considerando a roda de capoeira e o ofício dos mestres de capoeira como um patrimônio, trabalhamos pela sua preservação.

Temos realizado algumas ações nesse nosso pouco tempo de gestão, desde o primeiro encontro, em que o Mestre Renato estava presente. Eu não sei se tu te lembras, Mestre Renato, daquele encontro que nós promovemos no Cine Brasília. A partir dali, a Fundação Palmares e o IPHAN decidiram criar um GT interno entre Fundação Palmares, IPHAN, Secretaria da Cidadania e alguns outros setores, como a Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural — SEFAC, que lida com a questão da educação, a secretaria que cuida da articulação, e também do Programa Mais Cultura nas Escolas. Possivelmente, a primeira reunião desse GT seja daqui a uma semana, duas semanas no máximo, muito em função daquilo o que foi discutido no nosso encontro.

Há muito tempo o Ministério da Cultura vem ouvindo as partes envolvidas, e a entrega tem sido pouca. Então, esse GT vai construir um plano de entrega. O primeiro resultado disso vai ser um encontro preparatório para o Encontro Internacional de Capoeira, que vai ser em 2016, para o qual eu já o convido, Vereador. Esse encontro preparatório vai ser em novembro, na cidade de Salvador. Então, eu gostaria que a Frente Parlamentar, a Comissão de Esporte, a Comissão de Cultura e o próprio Ministério do Esporte pudessem fazer parte desse primeiro encontro, que vai ser um esboço daquilo que o Ministério da Cultura vai discutir a partir desse GT interno.

Eu gosto muito de trabalhar com entrega. Estamos na gestão pública, temos que trabalhar com entrega. Esse é o primeiro esboço de reativação de um plano, de um projeto para dialogar com a capoeira já em 2016, preparando o Encontro Internacional de Capoeira, que vai ser em 2016. Esse é um pedido do Ministro. O Ministro pediu que se desse uma atenção especial a esse encontro. Inclusive, ele vai se dedicar a esse encontro de capoeira, que possivelmente será também no Estado da Bahia.

Temos acompanhado a construção que o IPHAN está fazendo. O Clair, do Departamento de Patrimônio Imaterial, está aqui acompanhando as discussões dos planos de salvaguarda em todos os Estados brasileiros. Em todos os Estados brasileiros onde o IPHAN tem sede estadual — todos os Estados —, a capoeira está



discutindo a construção dos seus planos de salvaguarda. Isso também vai acabar fundamentando a construção do nosso plano, do nosso projeto.

Como o Plano Nacional de Cultura trabalha com a cidadania, com o simbólico e com a economia, dentro desse nosso plano queremos dialogar com esses três eixos, com essas três dimensões. Aquilo que viermos a trabalhar e discutir deve dialogar com esses três eixos: a cidadania, a economia e o aspecto simbólico. A capoeira dialoga com todos esses eixos.

Do ponto de vista da participação, o Ministério da Cultura tem, dentro do Conselho Nacional de Políticas Culturais — CNPC, um assento para o Colegiado de Cultura Afro-brasileira. A partir desse colegiado, está sendo criado um colegiado específico da capoeira.

(Não identificado) - Eu defendi essa proposta.

O SR. SANDRO DOS SANTOS - Isso.

Estamos esperando ainda a assinatura do decreto. Então, a capoeira vai ter um colegiado e vai ter seu plano setorial construído a partir da criação desse colegiado, que vai ser um órgão consultivo do Ministério da Cultura. Mas entendemos que a capoeira não tem que se restringir ao colegiado de capoeira. É importante que a capoeira esteja no Colegiado de Patrimônio Imaterial, nos outros colegiados, que se articule para estar em outros colegiados, embora seja importante haver um colegiado específico. Nós estamos passando pelo processo do CNPC, que está na fase eleitoral. Então, eu sugiro que os capoeiristas que aqui estão — isso está sendo divulgado em todo o Brasil — possam compor esses outros colegiados.

Temos trabalhado, junto com a Secretaria de Fomento à Educação Artística e Cultural — SEFAC, propondo a ação dos mestres de capoeira nas escolas, a partir do Programa Mais Cultura nas Escolas. Estamos enfrentando resistência — não preciso falar isso para vocês — em relação ao ensino da capoeira nas escolas. Muitas escolas têm resistência quanto a ter mestres de capoeira. Mas ampla maioria ainda tem a capoeira dentro do seu trabalho, assim como outros programas do Governo, como o Programa Segundo Tempo.

A Presidente Cida me pediu para afirmar aqui o compromisso da Fundação Palmares com a capoeira, defendendo-a como patrimônio, promovendo-a como um



elemento da cultura afro-brasileira. Ela frisa isso. É importante frisar isso nesse momento em que essa nova gestão está chegando.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Sandro, Coordenador-Geral de Gestão Estratégica da Fundação Palmares. Leve meu abraço e meus agradecimentos à Dra. Cida.

Quero, mais uma vez, informar que esta audiência pública está existindo hoje em função de vários projetos que estão aqui na Casa que rezam sobre a “esportivização” e outras tantas coisas com as quais alguns capoeiristas concordam, e outros não. A audiência pública é justamente para que possamos ouvi-los. A Consultoria Legislativa da Casa está aqui e sempre nos auxilia na formatação dos nossos pareceres para, a partir de então, apresentarmos nosso relatório. Seria importante ouvir todos vocês, para que pudéssemos fazer um relatório da melhor maneira possível, objetivando atender e resguardar esse patrimônio cultural do Brasil que é a capoeira.

Tem a palavra Paulo Andrade Magalhães Filho, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. PAULO ANDRADE MAGALHÃES FILHO - Gente, *mukuiu!* Bênção e boa tarde a todas e a todos.

Eu me chamo Paulo Magalhães, sou discípulo do Mestre Pelé da Bomba, atual Presidente da ABCA — Associação Brasileira de Capoeira Angola. Também componho o coletivo Capoeira e Militância, o Fórum de Cultura de Salvador e a Rede Nacional de Ação pela Capoeira, que está aqui representada pelos meus camaradas Mestre Duda, da Bahia, Mestre Zé Doró, da Bahia, Mestre Paulão Kikongo, do Rio de Janeiro, Mestre Brucutu, de Brasília e diversas outras pessoas que estão construindo um movimento nacional de debate de políticas públicas.

Muito do que eu tinha a falar já foi discutido aqui anteriormente, como a questão da capoeira como patrimônio e a necessidade de se compreender a capoeira como cultura popular tradicional de matriz africana, como parte do legado do povo africano no Brasil. Como tal, ela traz essas características identitárias que a aproximam das religiões tradicionais de matriz africana, da cultura popular e de outras manifestações tradicionais que temos no País.



A capoeira foi registrada como patrimônio imaterial brasileiro, e o ofício do mestre de capoeira é patrimônio imaterial brasileiro. Mas hoje há uma série de iniciativas que são frontalmente contrárias à preservação desse patrimônio que é o ofício do mestre de capoeira. O ofício do mestre de capoeira é um saber popular que o mestre constrói pela vivência de muitos anos na capoeira, pela oralidade, pela prática e vivência cotidiana da cultura. Temos uma série de iniciativas que têm um risco potencialmente danoso à perspectiva do ofício do mestre de capoeira.

A capoeira se caracteriza por ter uma grande diversidade: diversidade de estilos, de linhagens, de famílias de capoeira, de heranças. Toda e qualquer iniciativa que possa padronizar e normatizar a capoeira é uma iniciativa danosa à capoeira como um todo.

Quando foi convocada esta audiência, houve uma preocupação muito grande da capoeira. Nós estávamos muito preocupados, Srs. Deputados. Quero parabenizá-los pela iniciativa de realizar uma audiência pública para a capoeira, mas também quero alertar que toda ação tem prós e contras, pode ser uma faca de dois gumes. A nossa preocupação foi por conta da primeira montagem da Mesa. Veio a público que ela era composta majoritariamente por federações. Nós achamos muito complicada essa perspectiva de representar da capoeira a partir das federações, por mais que respeitemos as entidades. Eu vejo aqui meus camaradas da FECABA, Federação de Capoeira da Bahia, que respeito, que fazem um trabalho importante no Estado. Mas eles não representam a capoeira da Bahia como um todo, assim como nenhuma federação representa a capoeira do seu Estado. Não há um senso oficial da capoeira, mas estima-se que cerca de 15% da capoeira esteja organizada dentro das federações. Então, não podemos fazer um debate para a capoeira envolvendo somente essas entidades. Essas entidades respondem por um segmento da capoeira, assim como ocorre com diversas outras entidades, diversos outros coletivos e movimentos.

Hoje, estamos vivendo esse processo de discussão da salvaguarda da capoeira. Já temos uma certa experiência no sentido de compor coletivos de salvaguarda, fóruns de políticas públicas, conselhos de mestres, maltas, inúmeros outros modelos de articulação que passam por esse debate de políticas públicas que estão sendo construídas nos Estados e Municípios e que trazem um pouco da



diversidade que existe nesse campo da capoeira no Brasil. Sentimos falta dos mestres populares, sentimos falta desses outros movimentos, dessas outras entidades.

Há uma desconfiança causada pelo histórico dessa questão e pela potencial consequência desse processo de “esportivização” da capoeira. Sabemos que, no passado, houve várias tentativas de entidades de exercer poder de polícia e fechar eventos ou grupos que não estavam filiados a essas determinadas entidades. O Sistema CREF/CONFED tentou estabelecer a obrigatoriedade do diploma de Educação Física para se ensinar capoeira, o que foi uma tentativa criminosa da academia, da universidade, de apropriação cultural dessa expressão cultural de matriz africana. Apesar de toda a resistência, de toda a luta, de toda a batalha da capoeira, essa tentativa não está morta, uma vez que ainda há propostas, como o Projeto de Lei nº 50/2007 e outros que ainda estão tramitando no Congresso Nacional, que tratam desse tema e que trazem essa tentativa de ataque e de controle por parte do Sistema CREF/CONFED.

Outra tentativa grave de controle da capoeira é o Projeto de Lei nº 31, de 2009, que trata da regulamentação e profissionalização da capoeira e que já foi debatido em muitos fóruns, em muitos espaços. Muitas pessoas que estão aqui já participaram desses debates que tentam estabelecer que, para ser profissional de capoeira e para dar aula de capoeira, seja profissional, contramestre ou mestre, a pessoa tem que passar por uma entidade burocrática centralizada, que normatizaria, padronizaria, daria os cursos e a permissão para se ensinar capoeira, e tarifaria a capoeira de todo o Brasil. Seria o fim de toda essa diversidade se houvesse o controle da capoeira de todo o Brasil a partir de uma pequena entidade burocrática e centralizada. Esse é um risco muito grande. Esse projeto de lei, que vem diretamente desse movimento de “esportivização”, tem que ser soterrado. Alguns que o defendem e constroem estão aqui, nesta audiência pública.

Há outras tentativas, outras coisas que estão acontecendo nesse momento, como esse debate do Conselho Nacional de Esportes, que visa transformar a capoeira em desporto. Para começar, em muitos lugares há essa definição da capoeira como desporto tipicamente nacional. Para nós, da capoeira angola, isso é muito complicado, porque não entendemos a capoeira nem como desporto nem



como de criação profissional. Então, esse conceito não nos atende de forma alguma. Essa discussão que se dá no Conselho Nacional de Esporte, que vem desde 2008, ocorre a portas fechadas. Sabemos que o Sistema CREF/CONFED está lá dentro, e algumas federações estão participando desse debate. Mas, para a comunidade da capoeira como um todo, foi uma surpresa muito grande quando esse tema veio a público. Temos a preocupação de que seja discutida uma política pública sem que haja a participação exaustiva da comunidade. Entendemos que todo e qualquer projeto de política pública que diga respeito à capoeira deve ser exaustivamente debatido por amplos setores da capoeira, que contemplem toda a sua diversidade.

Há algumas iniciativas que louvamos, como a lei dos Mestres dos Saberes e Fazer, que está tramitando no Congresso Nacional, e como o PL 17, de 2014, do Senado, que diz respeito à possibilidade de escolas públicas fazerem parcerias com associações de capoeira. Sempre foi muito difícil para a capoeira entrar na escola. Via de regra, quando entra, é via algum programa como o Mais Educação e o Escola Aberta, com remuneração meramente simbólica. Nossos mestres precisam de uma remuneração que não seja meramente simbólica, porque já há o reconhecimento simbólico. Eles precisam também do reconhecimento material, para a reprodução de condições dignas de sobrevivência.

As políticas de salvaguarda precisam ser aprofundadas. Embora a capoeira já tenha sido registrada como patrimônio imaterial há 7 anos, até o momento não houve nada de concreto e efetivo. Essa salvaguarda está acontecendo em cada Estado, mas não temos um balanço nacional sobre como está isso. Há Estado em que isso está bastante avançado, e há Estado em que esse debate nem começou ainda. Temos que tomar conta e fazer com que esse debate se aprofunde.

Houve algumas iniciativas de editais para a capoeira, como o Edital Capoeira Viva. Mas há 8 anos, dois mandatos, não vemos novas ações específicas para a capoeira.

Portanto, já há uma certa construção. Eu acho que é um erro muito grande do Estado querer sempre reinventar a roda o tempo todo. Parece que estamos voltando ao começo. Houve uma série de encontros, como o próprio encontro de mestres de capoeira da Fundação Palmares, que se não me engano ocorreu em 2009. Em 2010, houve os encontros pró-capoeira, lá na Bahia, tentando agregar todo o



Estado. Houve iniciativas como o 1º Seminário de Proposição de Políticas Públicas para a Capoeira, que foi um seminário autônomo, independente, que fizemos em 2010. Este ano, no mês passado, fundamos o Fórum de Capoeira de Salvador. Essas são iniciativas independentes e autônomas da capoeira para discutir políticas públicas e construir plataformas. Em muitos Estados há movimentos semelhantes.

Então, muita coisa já está pensada, apontada e está indicada, e a gente tem que pensar em como levar à frente toda essa construção coletiva da capoeira. Então, eu quero aqui dizer que há aqui dentro muitas pessoas que me representam, mas há muitas pessoas que também me representam que não estão aqui neste espaço, e que a gente deve fazer um esforço para ampliar cada vez mais a representatividade dos espaços, e que se discutam políticas públicas para a capoeira. Porque nós uma preocupação muito grande com essas propostas de esportivização da capoeira, porque trazem potenciais nefastos para a prática da capoeira como um todo, visando impor uma definição única e limitada de capoeira para toda essa diversidade que a gente tem. E espero que a gente possa avançar na construção de políticas públicas que contemplem a todos os segmentos da capoeira.

Então, a hora é hora. Axé. Salve. *(Palmas na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Mestre Paulo, da Associação Brasileira de Capoeira Angola. E estou sempre aqui falando que nós estamos gravando esta audiência pública e estamos também ao vivo pela Internet. E, certamente, estaremos aqui, com a nossa Consultoria, que está ali com a mão no queixo, ouvindo todo mundo, Deputado Marcelo, e, ao término desses debates todos que nós estaremos fazendo, como aqui já colocado pelo professor Paulo, que essa é a preocupação.

Esta Casa aqui é uma Casa de debate, é uma Casa que abre o espaço para que a gente possa ouvir os atores principais que são os Senhores, para que a gente possa não errar. Quando a gente ouve, a gente erra menos, não é verdade?

Quero passar a palavra para a Sheily. Ela chegou? *(Pausa.)*

Não chegou, não é?

Com a palavra o Gersonilto Heleno de Souza, da Confederação Brasileira de Capoeira, pelo tempo de 10 minutos.



O SR. GERSONILTO HELENO DE SOUZA - Eu pediria a licença à Comissão um minutinho para fazer a minha apresentação por slides, mas eu vou cortar o tempo desses slides, porque não será possível, pois o tempo é muito curto para a gente fazer a apresentação, certo?

Vou fazer uma introdução aqui sobre o Brasil, na história, a África e o Brasil, mas eu vou ao que nos interessa aqui que é um ponto que já ouvimos das pessoas que nos falaram e dos expositores que já nos fizeram algumas colocações, e eu vou passar um ponto já adiante.

Então, para se falar em capoeira, eu vi um vídeo da Coca-Cola que fala assim: *“Seis homens entram numa sala, mas nenhum conhece nenhum. E esses seis homens começam a debater e falar quem são eles. No final de tudo, esses seis homens ninguém conhece. Quando um olha para o outro, pensa que ele era um doutor, pensa que o outro era outra coisa, e não era; era totalmente o contrário.”*

Então, para se entender a capoeira hoje no plano que nós estamos, eu acho que precisamos falar sobre a parte de instituição e institucionalização. Não ao bel prazer de dizer: *“Ah, a capoeira tem que ser codificada como esporte, como cultura, como lazer, como inclusão social”*. A capoeira se manifesta dentro da sua diversidade, dentro da sua multiplicidade, e dentro de uma transversalidade da qual a instituição e a institucionalização dá o seu passar, por onde ela tem que trilhar. Se é cultura, se é esporte, se é educação, são órgãos independentes, com programáticas orçamentárias independentes, e cada um tem a sua função dentro da instituição e da sua institucionalização. Não basta apenas eu querer jogar capoeira, porque jogar capoeira, eu jogo desde pequeno.

Eu venho de uma linhagem de capoeira de mestre Antônio Diabo, passando por mestre Raimundo dos Santos, mestre Chibata, passando por Waldemar Santana, chegando ao Rio de Janeiro por Waldo Santana e hoje Presidente da Confederação Brasileira de Capoeira. E não fujo aos primários da capoeira, seja ela angola, seja ela regional. Para mim, é capoeira. Entro em uma roda de capoeira angola, de capoeira regional, jogo dentro dos fundamentos, toco dentro dos fundamentos, faço tudo dentro dos fundamentos, isso porque, dentro do que procurei para desenvolver para a capoeira, buscamos o quê? Sempre o progresso, a ordem, uma codificação que nos mostre como a capoeira vai ter linha lá na frente.



Hoje sou eu, amanhã são outros. Para isso, esse legado tem que ficar na mão de alguém.

Os mestres mais antigos da Bahia sentaram-se conosco em um fórum em 2004 e nos falaram o seguinte: *“Está na mão de vocês a capoeira”*. Bimba, Pastinha, mestres anteriores nunca correram do que seria a capoeira. Na época de Getúlio Vargas, qual foi a primeira intervenção? A institucionalização da capoeira. De que forma? *“Bimba, faz a sua didática na capoeira, aproveitando Zuma Burlamaqui.”* *“Pastinha, cria a sua primeira associação de capoeira.”* E, a partir daí, começaram a surgir várias associações e entidades que foram se formando. Mas, ao longo do tempo, a política pública não funcionou, porque o uso da imagem da capoeira era breve e valia de alguma coisa.

Mas, quando se fala em codificar a capoeira e institucionalizá-la, vem o problema. Por quê? Ela vai ser codificada como esporte. Não, não vai ser codificada como esporte. Vai ser codificada como cultura? Não. O que está me parecendo aqui é que é como se fosse um jogo: capoeira *versus* cultura; esporte *versus* cultura; sistema *versus* grupos e associações; o institucional *versus* a informalidade. Falsos argumentos ou verdadeiros argumentos?

O que nos interessa é saber que é um *“processo mediante o qual um conjunto de normas de comportamento, que orientam uma atividade social considerada importante, adquire regulamentação jurídica formal”*. É o que o sistema de capoeira tem vindo buscar. É para o sistema? Não. É para a capoeira como um todo, seja na cultura, seja na educação, porque, na cultura, nós já temos uma formação, patrimônio cultural imaterial, com reconhecimento da UNESCO. Dentro da educação, nós já temos a LDB regulada. Ou seja, como nós queremos buscar uma forma jurídica de regulamentar a capoeira, sabendo de sua diversidade?

Bem, *“a institucionalização refere-se a um processo de cristalização de procedimentos, de comportamentos, quer tenham ou não importância social relevante: aqui não se trata apenas de normas, mas também de significados, valores ou conhecimentos”*

Esses valores, esses significados, esses conhecimentos estão dentro de três conceitos dentro da capoeira: os costumes, a tradição e o uso, cada um no seu ponto.



Quanto ao uso da capoeira, é como falar: *“Eu traço essa roupa hoje. E amanhã? Estou com outra”* É o uso. E meu costume? E aquele de estar em casa, almoçar, jantar e sair. E a minha tradição? A capoeira hoje carrega uma tradição? Qual é a tradição que a capoeira hoje carrega? De ser angola, de ser regional, de ser contemporânea, ou isso são especializações dos movimentos aculturados que a capoeira tem?

Isso quer dizer que a capoeira necessita de uma ressignificação sobre o seu aspecto cultural, sobre o seu aspecto esportivo ou sobre as ações e os programas que venham a ser constituídos. O que a Confederação, o que o sistema, em si, busca é que a capoeira tenha uma forma orçamentária de se manter, porque o que se busca aqui, quando se busca um jogo ou um *front* entre dois vocábulos, esporte *versus* cultura, cultura *versus* inclusão... Pessoal, nós não estamos aqui para jogar, mas para entender que a institucionalização *“é sinônimo de ordem social. Pretende o Sistema Federativo a promoção de formas espontâneas e desorganizadas de associações, que existem face à comunhão de pessoas em relação a projetos e a objetivos comuns, a formas de organização formalmente constituídas. Representa a institucionalização a passagem de organizações informais a organizações formais”*.

Se eu falo em organizações formais e não formais, é o que está reconhecido dentro das codificações dos Ministérios, das Diretorias, das Secretarias. As não formais são todas aquelas que nós açambarcamos. Eu sou o presidente de uma Associação de Capoeira, ela tem uma atividade não formal. Agora, se eu quero entrar numa atividade formal, eu vou ter que codificar, eu vou ter que me especializar, eu vou ter que ter conhecimento.

Os senhores acham que hoje uma pessoa formada em capoeira tem condições de adentrar uma escola e dar aula, de ser um docente? Não. Primeiro, ele tem que fazer vários cursos, para poder estar lá dentro. Segundo, hoje nós temos uma abertura para termos cursos não obrigatórios dentro da escola. O Programa Mais Educação, por exemplo, está nas escolas. Porém, como ele está nas escolas? Quem está dando aquela aula? O programa não perguntou isso. O projeto Segundo Tempo está multiplicado no Brasil, e a maior parte das atividades é o quê? A capoeira representa a maior parte das atividades. O Projeto Segundo Tempo se sustenta a partir da capoeira, porque as outras atividades físicas, as atividades



marciais, não funcionam. A única atividade que funciona no Projeto Segundo Tempo é a capoeira. Através de quê? Da manifestação. Mas a manifestação necessita, mais uma vez, ser codificada.

O nosso trabalho na Confederação Brasileira não parou, desde 1993. Buscamos sempre entender o capoeira, a capoeira e o sistema. Há uma confluência de entendimento, a capoeira, o capoeira, o capoeirista, e as ações que são programadas, as ações que são codificadas.

Se eu quero ser profissional da área de Educação, eu vou me formar em docência ou vou ser um professor. Se eu quero me formar na área de Direito, eu vou ter que entrar para o Direito. Se eu quero ir para a Medicina, eu vou para a Medicina. Agora, na capoeira, essa multidiversidade que existe busca sempre entender o quê? O meu eu. Eu primeiro, e, depois, a capoeira. No nosso sentido, buscamos hoje o entendimento de, primeiro, a capoeira, e, depois, quem vai ser o capoeira, quem vai ser esse capoeira? Será que vai ser um profissional? Profissional de quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Peço que conclua, Sr. Gersonilto.

O SR. GERSONILTO HELENO DE SOUZA - Então, para concluir, nós entramos no sistema, temos, através do Ministério do Esporte, um reconhecimento da manifestação desportiva, que já sofreu um veto, por nos falarem que estávamos fazendo reserva de mercado, e não temos o reconhecimento total das entidades.

Somos hoje 22 Federações — se alguém me perguntar, os CGCs estão todos aqui, mas não dá para abrir as minhas telas —, todas com CGC e trabalhando. O sistema pediu o reconhecimento, através do Ministério. O Ministério não reconheceu. Por quê? É lei, Lei nº 12.288, Estatuto da Igualdade Racial. É lei, desde 1975, institucionalizada.

A guerra continua, pessoal. Não vai adiantar eu querer jogar cultura contra esporte, esporte contra cultura e cultura contra inclusão. O que vale é que estamos todos aqui, buscando um bem comum para uma coisa chamada capoeira. Salve a capoeira! Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Sr. Gersonilto de Souza, da Confederação Brasileira de Capoeira.



Eu já vou passar a palavra para os outros que querem se manifestar, mas vou conceder a palavra ao Deputado Davidson Magalhães, em razão de haver na Casa muitas atividades acontecendo na mesma hora, né, Davidson?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Está na CPI. Mas, daqui a pouco, eu vou abrir para os outros também falarem. Por favor, Deputado Davidson Magalhães, V.Exa. está com a palavra. É um prazer tê-lo aqui.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Boa tarde a todas e a todos. Quero parabenizar o Deputado Márcio Marinho, Presidente da Comissão do Esporte, pela iniciativa da realização deste evento, muito importante. Cumprimento todos os palestrantes que estão na Mesa, o Luiz Carlos, Vereador, estou vendo o nosso Vereador de Ilhéus também.

Eu acho que este é um debate importante. Primeiro, não se trata de jogar cultura contra esporte nem esporte contra cultura. O problema é quando se reduz o conceito e a dimensão histórica da capoeira. Este é o problema de fato.

Por que a capoeira precisa ser institucionalizada? Ela é institucionalizada. Ela é reconhecida. Ela não pode ser enquadrada nos mecanismos corporativos como se quer fazer.

É uma manifestação cultural do povo negro brasileiro, faz parte da cultura afro-brasileira e não pode ser enquadrada nem subordinada às corporações de educação física ou qualquer que seja.

Aliás, os exemplos das nossas confederações e federações nós já conhecemos na área do esporte.

Nós fizemos um pronunciamento aqui, na semana passada, Bispo Marinho. Seguindo o exemplo do nosso Vereador Luiz Carlos, já demos entrada na Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira e vamos fazer. Acho importante esse debate, porque nele debate fica muito claro o problema da sua fundamentação. Institucionalização para quê? Estabelecer regras de quê? Qual é o golpe da capoeira? Qual é a estrutura da capoeira? O que é isso, gente? A capoeira resistiu ao escravagismo no Brasil. A capoeira resistiu à ditadura no Brasil, que tentava marginalizar toda essa cultura. É cultura, é esporte, mas não se pode separar.



Agora, à medida que se quer implementar uma visão reducionista da capoeira, efetivamente, mata-se a essência da capoeira.

(Muito bem, Deputado!) (Palmas.)

Eu vim de uma cidade — nossa Itabuna, na Bahia — que teve vários mestres de capoeira, mestre Medicina, algumas pessoas nós acompanhamos. Muitos desses nós acompanhamos lá e nós sabemos quem são pessoas. São pessoas simples que vão passando um processo de tradição, de formação, que têm desenvolvido um trabalho cultural, um trabalho de inclusão social imenso na nossa cidade, com apoio do nosso Prefeito Claudevane.

Eu quero aqui deixar meu posicionamento. Nós lançamos essa frente. Vamos aqui casar esforços com o Deputado Márcio Marinho, para que nós, efetivamente, na Comissão de Esporte e no Plenário lancemos um *site* para fazer um abaixo-assinado de todos os mestres de capoeira para fazer uma movimentação nacional. Isso é um atentado à cultura brasileira. Isso é um atentado à cultura afro-brasileira. *(Palmas.)*

Um abraço, Deputado, pela iniciativa. Eu não vou poder ficar aqui porque eu estou na CPI. Nós temos que correr, cruzar a bola, cabecear e, se não entrar no gol, temos que ir para a defesa também.

Muito obrigado, parabéns ao Ministério do Esporte pela sua visão sobre o problema e parabéns a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Deputado Davidson Magalhães, pela sua exposição.

Vamos à lista dos oradores. Antes, porém, vamos dar a palavra aos inscritos.

Com a palavra o Sr. Emerson Ferreira do Nascimento, da Associação Brasileira de Professores de Capoeira — ABPC. Com a palavra pelo tempo de 10 minutos.

O SR. EMERSON FERREIRA DO NASCIMENTO - Boa tarde a todos os mestres presentes, aos professores, aos capoeiristas e a todos os integrantes da mesa.

Sr. Presidente, Deputado Márcio Marinho, obrigado pelo convite.

Meu nome é Emerson Ferreira, mais conhecido nas rodas de capoeira como Mestre Veinho. Estou aqui hoje para representar a ABPC. Para quem não a



conhece, trata-se da Associação Brasileira dos Professores de Capoeira. A ABPC existe desde 1980. É uma entidade de classe sem fins lucrativos que visa desenvolver a capoeira e apoiar os capoeiristas em toda sua essência, seja no esporte, na cultura, no lazer, na dança e por aí vai.

Nós entendemos que a capoeira se enquadra em vários ministérios, de várias formas, seja na cultura, seja no esporte, seja na saúde também, porque capoeira também é saúde. Então, se pode trabalhar a capoeira dessa forma.

Somos totalmente a favor da capoeira como esporte também, mas temos o cuidado de não reduzi-la só ao esporte. Eu já fiz parte da Federação de Capoeira de Brasília, como árbitro, como diretor de patrimônio, já promovemos vários campeonatos aqui que foram muito bem sucedidos. O Gersonilto sabe disso. Então, na ABPC também trabalhamos a capoeira dessa forma: como esporte, como competição. Isso há vários anos, desde 1980. Nós nos preocupamos um pouco com esse tipo de debate porque era para estarem aqui muitos outros mestres de capoeira. Aqui não há nem meio por cento da capoeira do Brasil ou do exterior. Então, fica muito difícil falar por todos. Nós falamos, geralmente, pela nossa capoeira ou pelo nossa associação ou federação.

Eu gostaria de dizer que o Professor Paulo explanou muito bem sobre a diversidade da capoeira e sobre o que nós podemos fazer com relação a essa discussão para abranger todos os capoeiristas que aqui estão.

Acho que a grande pergunta é essa: porque fora aqui do recinto, quando fui convidado para essa reunião, a grande preocupação das pessoas é com relação a como vai ser essa institucionalização e quem vai estar à frente disso tudo.

Realmente, as experiências com federações, pelo menos aqui em Brasília, conosco não foram muito boas. As pessoas não aderiram como deveriam aderir. Então, quando se fala de capoeira e quando se quer fazer alguma coisa pela capoeira, tem que se ter muito cuidado e discutir muito a respeito disso. E discutir primeiro com a base. Geralmente, a base não está aqui, nem nas grandes discussões. Sabem aonde nós encontramos? Nos grandes eventos de capoeira. Os grandes mestres estão lá no reduto deles.

Então, nós temos que montar essa Comissão, mas a Comissão não tem que estar aqui para resolver nada. Ela tem que se organizar para ir atrás dessas



peçoas, conversar com elas, saber quais são as dificuldades por que elas passam no dia a dia e a forma como poderíamos atender melhor esse público que, muitas vezes, é desassistido.

O pessoal de Salvador está aqui, Mestre Balão. Eles sabem que nós fazemos muito trabalho social, sem atenção nenhuma do Estado, dos Governos. É uma coisa muito difícil.

Então, a preocupação da ABPC é esta: como será feita essa institucionalização? Nós já trabalhamos com a capoeira como esporte. Isso é uma coisa com a qual nós já trabalhamos há muitos anos. Somos a favor dela como esporte, mas não trabalhamos só como esporte. Temos a parte de pesquisa, temos a parte lúdica da capoeira, temos a parte da luta, temos a parte da competição, temos a parte do esporte. Temos tudo isso e muito mais.

Eu estou aqui mais é para entender como tudo isso está funcionando do que para falar alguma coisa, sugerir alguma coisa, porque não discutimos isso na nossa ABPC, nas nossas nas nossas reuniões. A nossa reunião é sempre anual. Esse ano vai ser na Suíça, o primeiro evento na Suíça que nós vamos fazer. Já está na pauta essa discussão.

Eu não quero deixar aqui nada fechado como opinião. Não seria legal da minha parte, porque não seria uma opinião dos Associados e dos outros mestres que fazem parte dessa Associação.

Quero agradecer a todos pela oportunidade. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Eu só queria fazer um adendo, Emerson. Nós fizemos o comunicado. Esta Comissão encaminhou o convite para todas as associações, as federações para que pudessem hoje participar. Até porque, como já foi dito, para nós é muito importante e interessante ouvirmos os atores principais da capoeira, que são vocês.

Dada a nossa preocupação, eu tenho até dito sempre que sou questionado pelos mestres e pelos capoeiristas também sobre a nossa posição.

A nossa posição é fazer com que a capoeira esteja protegida, tanto é que nós já buscamos a relatoria de um projeto de lei, para que possamos ter a tranquilidade de fazer um relatório que possa atender a todos e outro, que está a caminho, que é o PL nº 31, que tem trazido muita dificuldade, muita dor de cabeça para vocês.



Realmente, eu quero estar com esse projeto na mão e ouvir vocês para que pudéssemos dialogar com todos os segmentos.

Eu quero dizer, antes de passar a palavra para o próximo orador, que o mandato nosso tem sido voltado, realmente, para a proteção da capoeira, tanto é que o nosso amigo Davidson Magalhães falou aqui de uma frente parlamentar que está sendo criada, nós estamos dando entrada, na verdade, numa frente parlamentar — para se constituir uma frente temos que catalisar no mínimo 198 assinaturas, nós já conseguimos mais de 200 assinaturas. Queremos realmente, a partir dessa frente parlamentar, visitar os Estados, como aqui você falou, para ouvir essas pessoas, para que a partir daí possamos fazer um relatório, um voto que possa atender à capoeira como um todo.

A minha assessoria disse que essa frente já está feita e só falta dar entrada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para efetivá-la e, a partir de então, visitar o País, ouvindo os senhores.

Eu quero passar a palavra agora para o Sergio Luiz de Souza Vieira, da Federação Internacional de Capoeira, o Sergio é professor e pós-Ph.D. em Antropologia.

Sergio, o senhor tem 10 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. SERGIO LUIZ DE SOUZA VIEIRA - Obrigado, Sr. Presidente.

Prezados membros da plenária na mesa, em primeiro lugar, eu gostaria de deixar claro que nós não estamos querendo matar a essência da capoeira, jamais, seria preferível um suicídio aqui neste plenário se em algum momento nós tivéssemos tido essa intenção, pelo contrário.

Sr. Presidente, nós alguns anos atrás, em 1993, fizemos um movimento nacional para retirarmos a capoeira do pugilismo, que somente entendia a modalidade como luta. Estão aqui presentes Paulo Kikongo, que participou disso, Mestre Antonio Afonso, está ali, e qual foi o motivo? O motivo foi resgatar os valores culturais da capoeira.

Sr. Presidente, como acadêmico, dediquei minha vida à capoeira, são 8 pós-graduações específicas estudando o assunto. Esta aqui, senhores, é a tese de doutorado denominada: *Da Capoeira como Patrimônio Cultural*, que foi utilizada pelo IPHAN para a abertura do processo de registro da capoeira como patrimônio cultural



do povo brasileiro e que recentemente se desdobrou no reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO.

Eu quero dizer aos senhores que quem encaminhou isso para o Ministério da Cultura foi a Federação Internacional de Capoeira e que jamais fomos convidados pelo IPHAN ou pela Fundação Palmares para participar desse processo, foi registrada, Sr. Presidente, a roda de capoeira e o ofício dos mestres, mas até agora, passados 7 anos, e eu concordo com o Paulo, o processo está parado em São Paulo, está paralisado, nem se iniciou, ninguém conseguiu saber o que acontece dentro da roda de capoeira. Quanto ao ofício dos mestres, até agora ninguém conseguiu explicar como se constrói o saber dos mestres de capoeira.

Sr. Presidente, prezados colegas aqui da capoeira, em todas as modalidades esportivas, aqueles que participam das federações talvez não representem nem 1% dos praticantes. Nós queremos representar somente 1% da capoeira, se é que nós temos isso no sistema.

Sr. Presidente, senhores juristas, hoje nós temos 35 países com federações nacionais de capoeira e a maioria já se encontra nos comitês olímpicos de cada país. Nós vamos abandonar isso? Na fala do Deputado que estava aqui agora, Sr. Presidente, Davidson Magalhães, ele falou: *“é preciso resgatar a história da capoeira”*.

O primeiro Código Desportivo da Capoeira está aqui, é de 1928, de Annibal Burlamaqui, o Zuma, se pegarem a *Gazeta Esportiva*, de Salvador, dia 13 de março de 1936, há um depoimento do Mestre Bimba dizendo que aquela prática inserida em Salvador naquele momento estava sendo regularizada a partir da obra de Zuma. O *Salve Capoeira*, que o Paulo entoou aqui, agora, muito bem e que foi aplaudido, foi implantado pela Federação do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Daqui a pouquinho nós vamos abrir a palavra, senão não vamos conseguir ouvir.

O SR. SERGIO LUIZ DE SOUZA VIEIRA - Eu falei que foi institucionalizado, está lá nos regulamentos.

Sr. Deputado, é dever do Estado proteger e incentivar a capoeira, como patrimônio cultural, agora, eu pergunto: estamos aqui em função do quê? Da



institucionalização dela, da formalidade dela, porque é com isso que o Estado vai articular ou será que tudo aquilo que foi construído aqui nesta Casa ao longo de todas essas décadas saiu da informalidade? Quem representa quem?

Sr. Vereador Luiz Carlos, se dama e xadrez são esportes, como é que se vai negar que a capoeira é um esporte? Eu sou um Mestre Capoeira, descendente de Mirão, de Silvestre, de Caiçara, de Aberrê, de Pastinha e do (*ininteligível*) Benedito, sou oriundo da Capoeira Angola, talvez, o segmento que o Paulo está falando agora seja o germânico dentro da ABCA, mas ele não é único, porque quando estivemos em Salvador para tratarmos dessa questão estavam presentes diversos mestres da Capoeira Angola, no Pelourinho, isso eu tenho aqui documentado, Sr. Vereador, o Presidente Gildo Alfinete disse: “*a Capoeira Angola não gosta de capoeira, mas se for para chegar ao COI será a primeira a dar exemplo*”, estavam lá mais de 200 mestres angoleiros, isso foi dentro da mesa da ABCA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Em que ano?

O SR. SERGIO LUIZ DE SOUZA VIEIRA - Isso foi há 12 anos na gestão do Mestre Gildo Alfinete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Daqui a pouquinho eu vou conceder a palavra para os senhores. Façam anotação e depois a correção, para podermos manter o ritmo aqui.

O SR. SERGIO LUIZ DE SOUZA VIEIRA - Sr. Presidente, Daniel Noronha, Totonho de Maré, Livino, Mestre Pastinha, Caiçara, Cobrinha Verde, todos defendiam a capoeira como prática esportiva, como é que vai se negar isso?

A Federação Internacional de Capoeira obteve já o primeiro nível de reconhecimento pelo Comitê Olímpico Internacional. O que nós vamos fazer? Nós vamos abandonar tudo isso? Falam: “*somos contra a esportivização, somos contra competições*”, mas vão procurar o que é o jogo de capoeira, vão procurar o que define jogo. Ele é definido pela aventura, pela fantasia, pela vertigem e pela competição, isso é um jogo.

Sr. Presidente, eu creio que o maior problema que nós temos é o que foi dito por Aristóteles há quase 2.500 anos: antes de entrarmos num debate, temos que definir os conceitos, senão cada um fala de uma coisa. Foi isso o que o Mestre



Gersonilto falou, eu como Presidente da Federação Internacional lhe dou os parabéns e reitero tudo o que ele falou aqui.

Nos trâmites da Federação Internacional de Capoeira existem aqui assinaturas de diversos mestres tradicionais do Brasil inteiro. Quando Presidente da entidade, da CBC, percorri o Brasil.

Então, digo aos senhores que a legitimidade foi buscada e está devidamente documentada. O que vamos fazer com isso? Quero dizer aos senhores que a Federação Internacional tem uma preocupação gigantesca com a preservação do acervo histórico tradicional da capoeira, por que isso? Porque, Sr. Presidente, a capoeira se encontra presente hoje em mais de 140 países.

Recebemos outro dia um convite, aliás, um pedido, da embaixada da Turquia, para mandarmos algum instrutor de capoeira lá. Deslocamos alguém de Portugal para ir ao local. O instrutor chegou lá, e o que acontecia? Pessoas aprendiam por vídeo, dando saltos em colchões de mola. Por quê? Porque o processo de transmissão por vídeo foi falho.

Nós queremos, Sr. Presidente — e aqui é a fala que eu passo também para os senhores juristas que nos dão suporte —, e é o interesse da Federação Internacional de Capoeira, obter o reconhecimento definitivo do Comitê Olímpico Internacional, mas não é para fazer com que a capoeira participe dos Jogos Olímpicos. Não é isso. Nós precisamos disso para criar um mecanismo de preservação do acervo cultural da capoeira. Sem isso nós não conseguiremos fazê-lo.

Então, o que é necessário definir? Como são os conteúdos de formação. Eu quero dizer aos senhores que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Sr. Sérgio, peço que conclua, por favor.

O SR. SÉRGIO LUIZ - Vou concluir, Sr. Presidente.

Aquilo que é profissionalização dentro do sistema desportivo não é de mestre em capoeira, é de técnico desportivo de capoeira, é de treinador profissional de capoeira e de árbitro. É disso que nós falamos ao falar de reconhecimento profissional dentro da instituição.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Sr. Sérgio, professor...

Vamos manter o equilíbrio, pessoal. Não viemos aqui para isso. Vamos manter o debate em alto nível, porque isso é importante.

Eu agradeço ao Sr. Sérgio Luiz, professor pós-PhD em Antropologia e, também, da Federação Internacional de Capoeira.

Concedo a palavra o Mestre...

O SR. MESTRE BALÃO - Balão, não, hein? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Mestre Balão, da Federação de Capoeira da Bahia — FECABA, lá do nosso Estado da Bahia. Foi o nosso secretário Lindberg quem escreveu. *(Risos.)* Não foi? Foi não, né?

O SR. MESTRE BALÃO - Como ele faz uma coisa dessas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Pois é.

(Apresentação musical.)

(Palmas.)

Primeiro, quero pedir licença aos mais velhos que estão aqui, Mestre Esquisito, Mestre Doró, Mestre Raimundo Carneiro, meus amigos todos, como o Paulo, e todos os mestres que estão aqui, Mestre Veinha e Veinho.

Deputado e Vereador, obrigado pela oportunidade.

Vejo o seguinte. Estamos falando quase uma mesma linguagem. Sobre o PL 31 nós já conversamos, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Já dei meu voto contrário.

O SR. MESTRE BALÃO - Está totalmente descartado o PL 31. Já foi o PL 31. Eu vou ser bem formal. Acho que a capoeira funciona na base da informalidade, mas vou tentar explicar em uma linha de raciocínio.

Nós conversamos sobre toda essa parte cultural. A sua exposição foi fantástica, tendo essa parte como uma consciência esportiva. A sua exposição foi muito bacana, porque abrangeu o que a capoeira é: pluralidade.

Eu sou Balão. Eu sou de Salvador. Sou mestre de capoeira também. Para mim, isso soa até um pouco difícil ainda, porque sou muito novo, apesar de ter quase 45 anos de idade. Tenho 31 anos de capoeira. Há 26 anos, eu trabalho já como profissional de capoeira. Já sou profissional de capoeira há muitos anos.



Então, às vezes, discutimos profissionalização, que é uma coisa que já existe. Queremos discutir, de repente, institucionalização, mas é uma coisa que já está institucionalizada. Queremos falar de Aristóteles, mas, de repente, fazemos uma coisa diferente do que Aristóteles fez. Nós estamos fazendo uma coisa diferente, professor. Os conceitos podem convergir, mas nós fazemos coisas diferentes.

Nós fomos para mais de 160 países, pelo que eu sei. Eu sou pupilo de Fred Abreu. Meu grande mentor foi Frede Abreu. Acho que as pessoas que estão aqui conhecem Frede Abreu. Nós fazemos diferente. Então, para eu me acalmar, já peguei o berimbau e cantei logo: *“Vou dizer minha mulher, paraná. Capoeira me venceu, paraná”*. Estou no segundo casamento, porque, no primeiro casamento, a capoeira venceu. *(Risos.)* Ela quis lutar contra a capoeira e não deu conta, infelizmente. Eu queria até estar, mas ela tinha que ir junto comigo. Então...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MESTRE BALÃO - Não vou, não, Mestre. *(Risos.)* Não vou, não, Mestre. Não vou, não.

A capoeira, eu vejo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Ele agora conseguiu arrumar uma capoeirista também para acompanhá-lo.

O SR. MESTRE BALÃO - Foi não, Mestre. Agora é uma pessoa que entenda a capoeira. Não é isso. *(Riso.)*

Mas para não desconcentrar e seguir a linha de raciocínio, fazemos diferente. Pegamos uma pessoa no exterior, Vereador, em que o Facebook dela não está com o nome real, não, Mestre Gersonilto. Ela botou lá que é a Professora Abelha, no entanto, ela é sueca. O nome dela está como capoeira. O nome está em português. Fizemos uma coisa e continuamos a fazer uma coisa.

Eu desconheço uma arte, um esporte, por exemplo, que tenha música. Eu desconheço. Genuína ainda por cima? Pode botar o boxe lá no *dancing*, sei lá o quê, mas não é deles. Isso é uma coisa alienígena que eles incorporam, mas isso aqui tudo é nosso. Na capoeira, tudo é orquestrado a partir de nós. Na capoeira tudo é orquestrado a partir da roda de capoeira. *(Ininteligível)* Grande sempre falou isso. Eu tenho o prazer de reproduzir o que ele fala: tudo sai da roda. Se, hoje em dia, nós estamos com esta discussão aqui é porque saiu da roda de capoeira, por



incrível que pareça. Às vezes, por não serem capoeiristas, os senhores não entendem isso.

Apesar dessa cara de “mauricinho”, eu dou umas “pernadinhas”, não dou, Paulão? Eu meto umas “pernadinhas”, de vez em quando, com a capoeira. Mas eu falo que esse é o meu entendimento. Uma vez ouvi o Mestre Nô falar que existem duas rodas: a roda da vida e a roda da capoeira, que andam paralelas. É verdade. Isso acontece hoje em dia através de políticas públicas.

Acompanho o trabalho da Confederação Brasileira de Capoeira. Eu acompanho de longe. Não sou da FECABA e também não rejeito a FECABA. São meus amigos. Eu tive o convite da FECABA. Agradeço ao Sr. Mestre Raimundo Carneiro e ao Mestre Kibe pelo convite. Não sou da FECABA. Eu sou do Instituto CTE Capoeiragem. Eu sou um cara que sou da capoeira em si. Poucas pessoas realmente são filiadas às federações, porque houve um desgaste muito grande em toda a história. Houve um desgaste.

Vocês precisam achar o meio. Vocês estão tentando achar o meio, mas ainda não é esse meio. Desculpe-me dizer a vocês, professor, mas não é esse meio. À PBC eu poderia ser associado. Eu sou amigo de quase vocês todos, né, Mestre Huguinho. Sou amigo de quase vocês todos. Não sou, porque é uma opção minha. Eu não preciso ser amigo do Mestre Veinho ou do Mestre Itapuã e ser filiado à PBC. Eu não preciso. Temos esse caráter mais de respeitabilidade.

Nós damos exemplo para o mundo, porque aqui, como a Andréa falou, realmente pode ser preto, pode ser branco, pode ser o que for, não interessa para nós, não interessa se você é rico ou se você é pobre, se você é brasileiro ou se é europeu. Antigamente até o brasileiro às vezes discriminava um pouco o estrangeiro dizendo que não poderia, balela pura.

Esses dias eu ouvi do Mestre Paulinho Sabiá: *“Rapaz, está acontecendo já um refluxo da capoeira, mas é de estrangeiro vindo para o Brasil dar aulas de capoeira”*. Eu tenho uma aluna que é italiana, é monitora do nosso grupo, e ela dá aula lá dentro, ou seja, ela é italiana, saiu da Itália, veio aqui ficar conosco e dá aula hoje em dia. Hoje há um refluxo não é só do brasileiro que voltou não, o refluxo é do estrangeiro, vindo para o Brasil dar aula.



A capoeira é de todos nós. A capoeira, para mim, na minha humilde visão e dentro desse aspecto da institucionalização — eu estava conversando com o Mestre Veinho —, eu acho, Prof. Sérgio — até coloquei, e o Mestre Luiz Renato concordou depois no Facebook —, que temos que ir com calma, porque é um processo que já existe, eu sou relativamente novo, só que é um processo no qual conseguimos andar por conta própria em todo o processo da capoeira. O Mestre Doró me viu guri, foi para a França, tem um grande trabalho na França e não precisou do Governo do Brasil para fazer isso e quase nenhum capoeirista precisou. Eu desconheço.

Nós já conseguimos alguma coisa através da embaixada. Nós temos uma unidade nossa na Suíça e realmente estamos começando a fazer essa parte de políticas públicas, porque sentamos à mesa, Sandro, e sabemos dialogar com vocês da Fundação Palmares. Hoje em dia não precisamos de uma pessoa fora da capoeira para ser a pessoa que vai orquestrar toda a parte burocrática, não precisamos disso mesmo, burocrata não, que não conhece a capoeira. Como ele vai fazer uma lei de uma coisa que mal ele conhece, como as coisas procedem dentro dela, se essa pessoa mal meteu o pé na roda, mestre. Você tem uma árvore genealógica da capoeira. Então, você tem uma consciência possivelmente, pelo que o senhor falou.

Em cima disso, vão se pautar as coisas. Se formos meter a mão onde não conhecemos com a capoeira e dentro da capoeira, nosso meio é altamente perigoso e muito perigoso, é muito perigoso.

Então, acho que estamos no caminho, temos que ter calma diante do processo, na minha humilde visão, temos que ter calma, acho que a maioria das coisas colocadas foram coisas muito bacanas, eu vim anotando as coisas superbacanas, só que há outras coisas, como o processo de institucionalização, que eu não concordo, para este momento eu não concordo. Eu não sei se daqui a 5 anos, 10 anos, mas, para este momento, do jeito que é colocado, que eu vejo vocês colocando, da CBC e da FICA, o processo que eu vejo, eu acompanho vocês lá fora, eu estou lá fora, viajo muito também, eu sei quem está lá em Portugal com vocês, eu sei quem está na Suíça, a Federação de vocês, eu estou vendo isso lá, eu estou vendo como estão se organizando as coisas, e estamos de olho para ver como procedemos, se é conversando de uma maneira harmônica, ou se é repudiando.



Para concluir, eu tenho que agradecer a Deus sempre pela capoeira, por poder jogar: “Ó, meu Deus, muito obrigado pela capoeira eu poder jogar”. Obrigado a vocês todos, meus camaradas e meus amigos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Mestre Balão, da Federação Baiana de Capoeira – FECABA. Quero aqui fazer uma saudação à minha esposa, que está ali, veio hoje nos acompanhar, à esposa do Vereador Luiz Carlos, que está ali também. Onde está o Deputado Jutai? O Deputado Jutai, que é o Deputado do meu partido lá do Estado da Paraíba, a sua esposa ali também está acompanhando a nossa sessão nesta tarde.

Eu não jogo capoeira, mas sou um apaixonado pela capoeira, tanto é que sempre fui provocado um pouco pela questão de não ter o pé na roda da capoeira, mas tenho sim, até porque a minha pele por si só já demonstra a minha ancestralidade. Então, eu estou aqui com toda a autonomia para poder defender aquilo que eu acredito, que é a capoeira, e com certeza vamos ouvir.

Eu sempre, Mestre Balão, tenho que falar, porque aonde eu vou, neste País, sempre encontro pessoas da capoeira falando, eu não vou dizer desencontro das capoeiras, da Federação com as associações, mas acho que nós temos, a partir desta Casa, que é a Casa que formaliza as leis, trazer esse debate para cá, porque para aonde vamos, Prof. Sérgio Luiz, ouvimos alguns capoeiristas falando da Federação ou da Confederação.

Eu estive no Estado da Paraíba, em Campina Grande, e tive a oportunidade de ver uma roda de capoeira e lá um mestre de capoeira falou comigo que iria ter um grande encontro no Rio de Janeiro, parece que seria nesse mês de setembro e foi desmarcado, porque havia um desencontro, e as pessoas não estavam concordando. Eu acho que temos que procurar chegar se não a um consenso, próximo do consenso daquilo que realmente queremos. Eu acho que esta Casa, como uma Casa de leis e uma Casa do povo, acho importante trazer esse debate para cá para ouvir todos os atores de direito.

Então, eu gostaria de falar com o Mestre Balão.

O SR. MESTRE BALÃO - Aqui há uma relação de vários mestres e capoeiristas que estão aqui que concordam de certa forma com isso que comentei dentro dessas colocações.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Muito obrigado.

Nós vamos abrir agora o debate.

O SR. SÉRGIO LUIZ - Sr. Presidente, como eu fui citado na sua fala, eu gostaria de um aparte, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - A fala não foi prejudicial. Depois, nas suas considerações finais, o senhor fala. Se o senhor tivesse sido ofendido, teria todo espaço para poder falar, mas não houve nenhuma ofensa.

Neste momento agora, até por conta do horário, cada um de vocês terá 3 minutos para falar.

Com a palavra o Sr. Sergio Luis dos Santos.

O SR. SERGIO LUIS DOS SANTOS - Sr. Deputado Márcio Marinho, Exas., Sr. Vereador, Mesa, Plenário, Mestre Tabosa, Mestre Esquisito e demais mestres, eu vou ser pontual como sempre, mas antes, porém, eu queria citar algumas coisas, vou falar direto nas leis que nos afligem. Já que está todo mundo falando de capoeira, eu queria pontuar alguma coisa.

Primeiro, eu vi na fala de alguns a preocupação em conduzir a capoeira à base de custos, enfim, como se querendo trazer a capoeira para si. O nobre Deputado já falou muito bem, mas, veja bem, eu sou doutor. No meu doutorado, eu já aprendi tudo, não tenho mais o que estudar, eu estudei o mundo todo, a ergonomia, o que me calha, mas, enquanto mestre de capoeira, eu sou iniciante ainda. Eu tenho 30 anos de capoeira e ainda estou eternamente aprendendo. A capoeira, não sei nem como falar, é complicado defini-la. A capoeira é algo que não se define, não se segmenta, é uma das nossas preocupações: segmentá-la, e não há como, como alguns querem, assumir a capoeira para si, dar cursos, enfim, querer conduzir a capoeira.

E o senhor vai ver — engraçado isso — que são as pessoas que justamente não entram em uma roda. Aqui nós temos dois berimbaus. Pode tocar um berimbau lá fora, fazer uma roda lá fora e vocês vão ver que essas pessoas não jogam. Eu estou em uma fase de aprendizado da vida de respeito, mas o Sr. Gersonilto, já falei da outra vez, eu nunca o vi em uma roda, não entra em uma roda, bem como o Exmo. Sr. Sérgio Vieira, que eu achei uma pessoa formidável, mas nenhum dos dois



são capoeiristas. Capoeiristas são esses que estão todos aqui em volta, que nós conhecemos, nós que jogamos capoeira sabemos quem são.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Vamos manter o equilíbrio, por favor. Sr. Sergio Luis, complete a sua exposição. Vamos manter o equilíbrio aqui. O negócio estava indo tão direitinho.

Daqui a pouco o senhor faz a correção que achar que deve ser feita, senão teremos que cassar a fala de vocês.

Por favor, Sr. Sergio, termine a sua exposição.

O SR. SERGIO LUIS DOS SANTOS - Vamos ao foco, então. A 31, Sr. Deputado, ninguém a quer. Eu estou vindo do Senado, e ela vai ser rejeitada, ela não deve nem vir para cá. O senhor não vai ter essa preocupação.

Nós temos um temor com a ideia do substitutivo. Porque vem essa ideia: "Não, está tudo certo. Vem, vem". E nós vamos tomar a banda. Essa é a impressão que eu tenho.

Aqui na Casa ocorrem outras duas leis: a 050, de 2007, e a 2.858, de 2008, que têm o mesmo teor danoso da 031.

Elas estão apensadas, inclusive, juntamente com a Lei 5.222. Essa, sim, é meio interessante porque ela coloca como patrono o mestre Bimba. Na capoeira é complicado se colocar um de patrono, porque a capoeira não se dá por meio de uma pessoa. A capoeira se dá no mínimo entre dois. A capoeira está na interação, ela não está na pessoa em si. Então, se fôssemos arrumar esse PL, seria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Peço que conclua.

O SR. SERGIO LUIS DOS SANTOS - Os patronos seriam o mestre Bimba e o mestre Pastinha.

Mas, enfim. Nós temos a preocupação, então, com essas duas outras que nos afligem tanto quanto a 031, a 050 e a 2.858. Nós temos uma vontade também com a 1.371. A 1.371 coloca no sistema CREF/CONFEF que não mais nos subjugamos a eles. Porque estão sempre nos circundando esse sistema. Então, sobre essas leis, eu gostaria de deixar bem claro que nós apoiamos a 1.371, a 2.858, a 050, de 2007, é igual à 31 e está aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, seu Sérgio.



Com a palavra, mestre Paulão, que (*ininteligível*) ao Conselho Nacional de política cultural pelo tempo de 3 minutos.

O SR. MESTRE PAULÃO - Queria fazer um encaminhamento primeiro, nobre Deputado. Que V.Exa. fizesse a mesma coisa que fez com o Mestre Balão, que tocou o berimbau. O senhor só passou a contar a partir da fala dele. Que o senhor praticasse isso na apresentação das pessoas. Porque não dá para se fazer uma fala sem se apresentar e depois fazer a fala em 3 minutos. Pela importância que a capoeira tem para o mundo e não só para o Brasil, 3 minutos é muito pouco.

Não se discute política pública da capoeira sem ter um mestre da capoeira da tradição estar aí sentado, como há muitos atrás de mim. Não se discute política pública para as mulheres, sem as mulheres terem voz. Nem para a juventude sem os jovens estarem aí sentados. O senhor colocou à mesa a maioria de representantes de instituições e os mestres da tradição ficaram de fora. Então, essa primeira fala, esse primeiro encaminhamento que eu gostaria de fazer para o senhor, é porque nós temos aqui o mestre Barbosa, o mestre mais antigo de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Mestre Paulão, por favor. Eu estou dando aqui a fala. Como Presidente desta Comissão, eu tenho que me posicionar.

Eu aqui tenho dado espaço para as pessoas falarem, tanto é que eu passei a lista aqui. A nossa mesa é uma mesa é pequena, mas todos terão momento da sua fala. Então, eu acho que...

O SR. MESTRE PAULÃO - Agradeço, mas eu não poderia deixar de fazer...

Primeiro, eu queria me apresentar. Sou mestre Paulão, fui fundador da Confederação Brasileira de Capoeira, fui Presidente de Federação de Capoeira em meu Estado. Presido a Liga Gonçalense do segundo município em população do Estado do Rio de Janeiro. Fui o primeiro capoeirista do Brasil a ser membro do Conselho Nacional de Política Cultural, acabando a nossa gestão agora. Tive a felicidade, através do encaminhamento do setorial de culturas afro-brasileiras propriedades do CNPC defender a criação do setorial da capoeira naquela instância e sou membro até agora construindo o Plano Nacional do Patrimônio Cultural e Imaterial do setorial do material do CNPC e sou membro do grupo de trabalho da



salvaguarda da capoeira do IPHAN no Rio de Janeiro e membro, graças a Deus, da rede nacional de ação pela capoeira. Fiquei, desde a sua criação, até abril deste ano, como fundador do CNUC, o famigerado e falecido CNUC, que só veio para prejudicar a capoeira. Eu ajudei até nisso, infelizmente. Mas a minha vida melhorou, eu pensei mais e falei: “*Vou ficar do lado da Capoeira*”.

Eu só vou fazer 3 minutos, já está quase acabando. Vou fazer minha fala rapidamente. Mas eu queria fazer uma fala para a Sra. Andréa Nascimento, que fez a explanação.

Gente, nem tudo que reluz é ouro, nem tudo que balança cai.

Eu, como Presidente da Federação, fui delegado eleito para todas as conferências nacionais de esportes, de cultura e de promoção da igualdade racial. Não são muito bem assim os seus projetos do Ministério do Esporte, como a senhora diz. Todos os projetos do Ministério do Esporte que têm a capoeira exigem a carteira do CREF. Todos, sem exceção. Eu fui coordenador do programa Segundo Tempo. Sei o que estou falando.

No Rio de Janeiro há uma perseguição imensa na questão... Não se pode gastar dinheiro público num projeto em que o sistema confessa e Crer manda e quem pode e quem não pode participar da capoeira.

Eu acabei agora em São Gonçalo. A Secretaria de Esporte e Lazer da cidade fez um edital com o dinheiro do Ministério do Esporte. Quando foi exigir carteirinha do CREF, eu sou Presidente da (*ininteligível*), fui lá e inquiri aquela instituição.

Então, essa questão é muito preocupante, como é preocupante o Conselho Nacional do Esporte ou não sei (*ininteligível*), que é o assessor jurídico desse ministério, que a comissão de juristas do Ministério do Esporte deu um parecer contrário à esportivização da capoeira, está tudo no Diário Oficial. E o Steinhilber, que é o Presidente do CONFEF, querendo impor, goela abaixo, de qualquer jeito, a esportividade ao Ministério, acima do parecer jurídico. E o mais preocupante para nós, ainda, é que a ata dessa reunião não está publicada no *site* do Ministério do Esporte, e sim, no *site* do CONFEF/CREF, porque lá nós não conseguimos achar a única ata que tratava da esportivização da capoeira.

Uma outra questão que nos preocupa, excelência, é que esta Casa tem muito projeto para a capoeira. Que interesse é esse? Até no Simples Nacional existe agora



projeto para as associações de capoeira, estão querendo comer um pouquinho do imposto em cima das associações.

Eu sou formado também na área do Direito, então, é minha área de pesquisa. Esse negócio de dar carteirada de advogado... Tem que dar carteirada na roda, com o pé. Não venha dar carteirada de advogado aqui, porque isso não vai funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Peço que conclua.

O SR. PAULO ANDRADE MAGALHÃES FILHO - Vou concluir a minha fala, excelência. Existem muitos projetos de lei aqui. E aí eu vou corroborar — porque em 3 minutos não dá para falar tudo o que eu gostaria — com o Mestre Brucutu, que é doutor em Psicologia — se nós formos falar de faculdade aqui, todo mundo tem um monte, mas nós estamos falando de capoeira, não é? —, e dizer o seguinte: os PLs 50 e 2858 — do atual Prefeito da minha cidade, Neilton Mulim, quando era Deputado Federal, e do Deputado Carlos Zarattini, de São Paulo, respectivamente — são prejudiciais para a capoeira. Agora, o PL 1371/2007, da Deputada Alice Portugal, do PCdoB da Bahia, do mesmo partido do nobre Deputado Davidson — um partido ao qual pertenci durante 23 anos e saí porque estava prejudicando a capoeira, saí em abril também —, esse projeto deveria ser apoiado por essa frente parlamentar que o senhor quer criar, porque ele coloca na Lei nº 9.696, que criou a profissão de Educação Física, um parágrafo dizendo que não sofrem ingerência do Sistema CONFEF/CREF a capoeira, o método pilates, a ioga, as artes marciais e mais alguma coisa que eu não lembro agora, porque eu só estou pensando na capoeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Peço que conclua.

O SR. PAULO ANDRADE MAGALHÃES FILHO - Vou concluir, excelência. Quero parabenizá-lo por esta iniciativa. Preocupou-me o senhor, que é um bispo, realizar uma audiência pública para a capoeira, mesmo sendo negro, como o senhor mesmo disse — também sou negro. Eu sou evangélico. Eu gosto de dizer isto: eu sou batizado no evangelho, mas eu não posso negar as minhas tradições, as minhas raízes ancestrais, e eu vejo com muita preocupação quando querem retirar da capoeira a sua essência, a sua ancestralidade. Então — estou concluindo —, nós já temos papel demais. A sexta proposta aprovada na III Conferência Nacional de Cultura foi sobre a capoeira, a proposta 3.39, estávamos lá para defendê-la. Quando dizem que o mestre de capoeira tem que ter diploma...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Sr. Paulo, peço que conclua.

O SR. PAULO ANDRADE MAGALHÃES FILHO - Estou concluindo. A meta 17 do Plano Nacional de Cultura prevê uma certificação para os métodos das culturas populares tradicionais, para dar acesso à universidade, às escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio, sem precisar ir para a academia. Então, vamos parar com essa hipocrisia. Em Portugal, fizeram uma legislação agora que obriga o médico do Brasil que está lá há 30 anos, dando aula lá, a fazer um cursinho de formação no desporto, para estar habilitado a dar aula de capoeira. Se Portugal é um país signatário da convenção da UNESCO... Isso era o que eu tinha para falar por agora — é muita coisa a ser falada.

Quero parabenizá-lo e dizer que é uma iniciativa brilhante. Temos certeza de que o pessoal da Bahia vai ficar lá marcando ferrenhamente o senhor, porque a capoeira é dança de bailarino, é luta de gladiadores, é duelo de camarada. O Pastinha também fala que ela é tudo o que a boca come. O que eles estão querendo com a esportivização da capoeira no Brasil é ter acesso à Lei Agnelo/Piva, a lei da loteria esportiva, e o dinheiro que vem através do Comitê Olímpico do Brasil.

Muito obrigado. Uma boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Sr. Paulo. A capoeira é democrática, é para católico, para espírita, para evangélico, para todas as pessoas.

O SR. PAULO ANDRADE MAGALHÃES FILHO - Maravilha. É isso aí, concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Não estamos aqui discutindo religião, estamos discutindo a capoeira.

O SR. PAULO ANDRADE MAGALHÃES FILHO - É claro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Tem a palavra o Sr. Mestre Gilvam.

O SR. MESTRE GILVAM - Boa tarde a todos. Quero parabenizá-los pelo ato, saudar todos os mestres de capoeira que estão aqui, capoeiristas e dizer o seguinte: a capoeira cresceu, resistiu, sem a participação do Estado. E em todas as vezes que



o Estado fez alguma intervenção, realmente nós ficamos com medo, porque ele só veio a coibir, a proibir.

Lembro que em Brasília, uma época atrás, por um ato insano de algumas pessoas que usaram a capoeira, não sei, quiseram cadastrar as academias de capoeira na Secretaria de Segurança Pública. Então, quer dizer, tudo que vem é para marginalizar, para proibir, para coibir.

Quero parabenizá-los pelo ato, porque os senhores estão aqui, Deputados, para escutar o que nós queremos, o que nós realmente queremos. Eu tenho certeza de que vocês, que são homens da lei, não estão aqui para prejudicar a capoeira, mas sim, para escutar e defender a capoeira. A capoeira não tem que criar roda, a capoeira já está criada. A capoeira é saúde, é cultura, é social.

Eu não conheço nenhum instrumento de inclusão social como a capoeira. Eu viajo o Brasil inteiro e toda cidade tem um trabalho social com a capoeira. Hoje, no Programa Mais Educação, o que segura mais é a capoeira, é feito um trabalho excelente. E hoje falta até recurso humano em vários projetos. Exemplo: a capoterapia, um trabalho que começou recentemente. Hoje, está faltando muito recurso humano para esse tipo de trabalho.

Então, a carência do poder público é muito grande. Precisamos de capoeirista, precisamos de que essas pessoas estejam atuando nas escolas, nas instituições, em todos os lugares. E nós precisamos que esta Casa, urgentemente, escute, crie um meio de articulação, de comunicação, através de um congresso ou de um portal, para dizer o que é a profissão da capoeira, o que ela ganha, o que ela perde, para que todos os capoeiristas tenham ciência e possam votar nem que seja pelo site: *“Queremos que a capoeira seja profissão”* ou *“Não queremos a capoeira como profissão, queremos a questão da capoeira como esporte”*. Dizer o que realmente ela ganha, o que ela perde.

A capoeira é esporte. Como é que vai tirar a capoeira do esporte? Como é que vai tirar a capoeira da cultura, de grandes manifestações de cultura que acontecem? Como é que vai tirar a capoeira da saúde? Olhem o exemplo que nós damos aqui de mais de 50 mil adeptos, idosos, hoje, trabalhando com capoeira.

Então, eu acho o seguinte: esta Casa precisa criar um meio, um instrumento, urgentemente, para que nós possamos escutar o clamor de todos os capoeiristas,



para que nós realmente definamos isso. E se se precisar de um projeto de lei específico para a capoeira, que esta Casa crie um projeto específico para a capoeira, para proteger a nossa capoeira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Mestre Gilvam.

Tem a palavra agora o mestre lá do meu Estado, o Sr. Raimundo Carneiro, mestre Rai, capoeirista do SENAVOX.

O SR. RAIMUNDO CARNEIRO - Eu gostaria de ter um tempo maior. A capoeira segue princípio e honra. Eu sou um dos mais antigos aqui junto com o mestre Tabosa, que eu já conheço há 40 anos, e o mestre (*ininteligível*) também. Eu queria um tempo maior.

Eu vou começar com duas frases em que culmina tudo isto, todo este aparato que está aqui, este debate. Mestre Pastinha dizia: “*A capoeira é tudo o que a boca come*”. E mestre Bimba já dizia: “*A capoeira foi feita para o capoeirista, mas nem todos os capoeiristas foram feitos para a capoeira*”. Isso é uma filosofia que não foi filosofia de vida, que não foi feita em universidade, em escola. A maior universidade que esses homens fizeram foi a vida. Então, nós temos que ter respeito por eles.

Eu anotei aqui a sugestão de se dar cursos de especialização para professores ou mestres de capoeira. Se os mestres Bimba e Pastinha estivessem vivos, eles teriam morrido nessa hora. Eles teriam que entrar na universidade, na faculdade, para aprender capoeira para ensinar? Isso é lamentável. A capoeira não precisa de ninguém para regulamentá-la. Ela, por si só, já se regulamenta. Ela nasceu do gueto, das favelas, da rua, e veio se modernizando esse tempo todo, se adaptando ao sistema. Ninguém levantou a bandeira para regulamentá-la. Por que, agora, estão querendo isso? Qual é o interesse?

Meu mestre Carlos Senna foi um dos fundadores da (*ininteligível*), junto com Itapoan e Arára. Se ele estivesse vivo hoje, ele ia morrer, se alguém quisesse impetrar uma lei para regulamentar essa Capoeira, porque a Capoeira, por si só, já se vem regulamentando com o tempo, desde o tempo dos nossos ancestrais. Não precisa ninguém, de cacique. Há dois meses, o CREF-CONFED fechou seis academias de Educação Física, lá em Itapoan; e, nessas academias, tinha Capoeira. Quantas crianças, quantos jovens pararam as suas atividades da



Capoeira, por quê? Por causa dos caciques, dos senhores feudais? Nós estamos retrocedendo à história? O que é isso, pessoal?

A Capoeira nasceu de uma resistência e tinha o chicote nas costas dos nossos ancestrais. E ela está hoje no mundo todo. O mundo todo fala Português através da Capoeira, a Língua Portuguesa é conhecida no mundo todo por causa da Capoeira. E por que agora, com que fundamento, com que propósito, com que proposta esses caciques do CREC-CONFEEF querem abraçar a Capoeira? Sabem por quê? Eu vou dizer qual é. Não são 7 milhões de capoeiristas, não, são muito mais, porque têm muitos na clandestinidade. De cada capoeirista desses, quanto é que vai para o cofre do CREC-CONFEEF? (*Ininteligível*) vão ditatorialmente fazer com que eles venham a contribuir com essa infâmia. O Brasil, infelizmente, está nesse mar de lama político, por alguns, não são todos, por quê? A ganância, a usura? E querem matar a nossa cultura? Pelo amor de Deus, pessoal, vamos ser sensatos nessa trajetória da Capoeira. A Capoeira não precisa de regulamentação. É até um paradoxo: eu, vice-Presidente da Federação — ela pode ser até um modelo para vocês que querem fazer confederação, federação.

A FECABA, ela não é uma instituição que vem regulamentar a Capoeira, ela vem auxiliar os capoeiristas, porque têm muitos capoeiristas que são semianalfabetos e nós temos que orientá-los. Eles querem participar de programas do Governo, certo, para fazer eventos, suas atividades filantrópicas. Então, nós estamos ali como orientadores, não como regulamentadores, não como policiais. Nós estamos ali como orientadores. É isso o que nós estamos fazendo ali com a FECABA. É até um paradoxo, a FECABA é contra essa parafernália toda de regulamentação? Nós somos contra. E estamos aqui levantando a bandeira de sepultar de vez esse PL nº 31, porque é nocivo.

E outra coisa, o doutor falou ali que o salve foi instituído por eles...

(Não identificado) - Não! Não foi isso não!

O SR. RAIMUNDO CARNEIRO - Um momento! Isso aí é uma mentira. Desculpa a minha santa brutalidade, porque isso ferve na minha alma. Quem instituiu a saudação foi o meu Mestre, Carlos Sena, certo? E o Mestre Tabosa, o Mestre Adilson, o Mestre Zulu, os precursores da Capoeira aqui de Brasília, eles sabem muito bem disso. A instituição também da indumentária, tudo foi Carlos Sena,



certo? E Carlos Sena, se ele estivesse aqui nesse debate, ia ferver, porque ele era totalmente contra a regulamentação da Capoeira. Nós não podemos engessar uma cultura dessa tão diversificada, tão linda.

A Capoeira é totalmente diferente de qualquer arte marcial. Nós temos que dar valor ao que é nosso. Nós não temos que copiar o que é de lá de fora para aqui para dentro, não, eles têm que comer o que nós dermos. Não adianta copiarmos as coisas de fora, não. Então, a FECABA, eu, como representante também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Para concluir, Mestre!

O SR. RAIMUNDO CARNEIRO - Nós estamos clamando a vocês que sepultem essa famigerada Lei nº 31, porque ela é nociva para nós. O Mestre Curió, o Mestre Boca Rica nunca entraram numa escola, mas têm um saber melhor do que o nosso aqui e nos ensinam, nos dão aula da vida, eles não precisaram ir para a universidade, não, eles entraram na roda. Agora, é muito triste uns cartolas da vida vir implantar uma lei dessas para querer colocá-la goela abaixo de todos os capoeiristas. Isso aí nós não admitimos. Nós não vamos admitir.

E, outra coisa, Deputado, estou querendo falar aqui uma coisa, isso aí nunca vai passar, essa lei nunca vai passar, eu creio que ela nunca vai passar. Mas, se algum louco deixá-la passar, a Bahia vai voltar àquela velha guarda das lutas, da Sabinada, da Guerra dos Alfaiates, a Revolta dos Malês. Nós vamos ser um País da Capoeira independente! (*Palmas.*) Então, sepulte-a. Eu tenho 50 anos de Capoeira, nós não vamos admitir que alguém chega à minha academia e venha fechar a academia, porque se fechar a academia, meus alunos vão quebrar todos no pau. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Mestre!

Com a palavra o Mestre Marujo, da Federação de Goiás.

O SR. MARUJO - Falando o Mestre Marujo: boa tarde, Capoeira! Eu saúdo todos os mestres que estão aqui presentes, os quais, muitos, eu tive o prazer de conhecer pelas redes sociais. É brilhante a iniciativa, Sr. Deputado, a quem agradeço veementemente a felicidade de estar aqui perante essa nobre Comissão.

Bom, a nossa Capoeira passou por uma fase muito importante: no seu auge, inclusive tivemos o Partido Capoeira, a Flor da Gente e depois nós tivemos os 59 mortos assassinados pelo Estado. O Estado assassinou 59 chefes de malta, donos



das maltas, aqueles que poderiam hoje, através dos seus ensinamentos, passar muito mais coisas para nós. Muito bem, eles foram assassinados. Em 1890, nós tivemos a proibição da Capoeira com o famoso Código Penal, o primeiro Código Penal da República. Eu não vou falar aqui dos meus títulos acadêmicos, porque tem doutor demais aqui, eu não vou falar, não, tá. Eu vou ficar quieto. (*Risos.*)

Eu vou falar da fase da criminalização, dos nossos 59 assassinatos, no Rio de Janeiro. É muita gente morta em prol da Capoeira. Em 1893, a nossa Capoeira foi liberada no Governo do Sr. Floriano Peixoto, quando a lei foi derogada com a criação da Casa de Dois Rios tão falada pelo nosso Vereador. Ele falou da criação da Casa de Orgias, que hoje nós conhecemos como ilha Grande. Lá foi feita a casa correcional, que falava da Capoeira, porém foi retirado o trecho que criminalizava os capoeiristas. Mas, por usos e costumes, como foi dito pelo nosso Mestre Neguinho, a nossa Capoeira ficou penitenciada pelos nossos delegados calças-curtas que não tinham curso superior, como os delegados de hoje. Nessa fase, nós passamos pela fase da rejeição da Capoeira, os ditos usos e costumes. E gente como o nosso nobre Macaco, um grande mestre, que derrotou o Conde Koma, no Rio de Janeiro, um lutador de Jiu-Jitsu, que foi derrotado pelo nosso capoeirista, o Macaco, um jovem estivador, nada mais que um negro estivador e foi lá e o derrotou.

Senhores, pelo amor de Deus *“Menino, preste atenção no que vou lhe dizer, o que eu faço brincando, você não faz nem zangado”*. Eu não vou parafrasear mais, porque se ele estivesse aqui eu tiraria meu cordel de mestre e ia começar tudo de novo com ele, ele nunca frequentou uma faculdade, ele nunca foi a nenhuma instituição para aprender a ler ou escrever, ele ensinava Capoeira na forma mais simples que existia, o senhor doutor Vicente Ferreira Pastinha. Quando V.Exa. for fazer alguma coisa, cite o Mestre Bimba e cite o Mestre Pastinha. Não podemos abandonar esses dois baluartes da capoeira. São dois segmentos que nós não podemos abandonar.

Senhores, já ouvi muito falar em capoeira multifacetada. Uma amiga, doutora em Direito Constitucional — ela está na Espanha —, disse uma palavra linda: multidimensional. Eu coloco a capoeira como multidimensional, porque estamos em mais de 160 países. Assim disse o mestre: *“Somos difusores da língua portuguesa no mundo.”* Não foi o Estado que nos mandou fazer isso. Nossos capoeiristas



saíram daqui, foram para lá e são valorizados. Nós unimos, vejam bem, árabes e judeus, católicos e muçulmanos, bósnios e russos, japoneses e chineses numa roda de capoeira, todos ao som do *Paranauê*, todo mundo batendo palmas. E com que apelidos? Brasileiros: Beija-flor, Urucungo, Zezinho, e outros. São chineses, japoneses e outros na roda de capoeira falando a mesma linguagem.

É isso o que nós somos. Nós estamos nos guetos, estamos nas favelas, estamos nas comunidades distantes, cada um com os seus trabalhos sociais e, detalhe, sem a ajuda do Estado. Quando temos algum projeto social e recorremos ao Estado recebemos ninharia. Muitos mestres estão recebendo ninharia. O Estado de Goiás tem projeto para aposentar mestre de capoeira. Já foram aposentados Mestre Osvaldo, Mestre Sabu e vai ser aposentado Mestre Passo Preto. No Estado de Goiás — falo isso através da Federação de Capoeira do Estado de Goiás — o Bolsa Atleta, já contemplou, através do Estado de Goiás e do Governo Federal, mais de 28 atletas. Eles sustentam famílias com o Bolsa Atleta.

Quero dizer a V.Exa. e aos colegas que duas leis já foram criadas: a Lei Pelé e a Lei 12.288, esta institui a igualdade racial na qual a capoeira está inserida. Do que estamos falando? Nós já temos leis que tratam da capoeira. Nós precisamos respeitar o mestre de capoeira, aquele que transmite conhecimento. Ele não tem que ir para a faculdade, porque eu, com mais de 20 anos de capoeira, passo o conhecimento para o meu aluno. Quando ele chegar ao ponto, vai ser mestre de capoeira. Não vai ser meia boca, não.

Sugiro a quem quiser conhecer o projeto que trata de aposentaria do mestre de capoeira como capoeirista que procure a Federação de Capoeira de Goiás.

Concluo, Excelência. Há essas duas leis, uma protege a nossa capoeira como cultura, a outra a protege como desporto. O que temos que fazer? Temos que nos adequar. Venho, veemente e respeitosamente, dizer aqui que essas leis estão sendo divulgadas pelo CNUC. Muita gente que fez parte, que conseguiu fazê-lo ficar vivo hoje em dia joga pedra. Eu estou aqui para mostrar a V.Exa. — dando minha cara a tapa, na roda de capoeira, é claro — estamos prontos para ouvir. Mas só pode criticar se estiver dentro, se estiver do lado de fora, venha para dentro.

Muito obrigado a todos. Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Mestre Marujo.



Com a palavra Carin Teixeira Araújo, do Grupo Nzinga.

A SRA. CARIN TEIXEIRA ARAÚJO - Boa tarde a todas e a todos os presentes na plenária. Atenta à fala do mestre, quero me apresentar. Sou Carin, membro do Grupo Nzinga de Capoeira Angola, Núcleo Distrito Federal. Somos vinculados ao Instituto Nzinga de Estudos da Capoeira Angola e de Tradições Educativas Banto no Brasil. Sou discípula de Mestra Janja, de Mestra Paulinha e Mestre Poloca. Sendo muito respeitosa com as pessoas que me antecederam e foram autênticas em suas falas, eu, sim, engatinho na capoeira.

Eu peço licença para ler a missão do Grupo Nzinga. Fico preocupada em minha emoção não contaminar a minha representatividade aqui, pois a minha responsabilidade como angoleira e como capoeirista é muito grande neste momento. Essa fala comentando rapidamente do coletivo do qual eu pertenço e faço parte.

O Instituto Nzinga tem como missão atuar na preservação, no cultivo e na divulgação da Capoeira e das heranças culturais de origem africanas, lutar contra a discriminação racial e de gênero, pelo empoderamento de meninos e mulheres, defender os direitos da criança e do adolescente e também promover a democracia, a cultura da paz, a dignidade humana.

Para isso INCAB se vale da sabedoria dos mestres da cultura popular da convivência com o apoio mútuo e união entre as pessoas, e do cuidado e da dedicação aos mais jovens, cultivando ética, educação e autoestima.

Só para dizer àqueles que ainda não conhecem: o Instituto Nzinga completa este ano 20 anos de trajetória, é um grupo que se coloca dentro da linhagem pastiniana da Capoeira, e nós fomos promotores do evento citado aqui pelo representante da Palmares à Mesa, a partir do qual foi instituído um grupo de trabalho. Contamos com a participação do Mestre Luiz Renato. Eu estou mencionando aqui o 5ª edição do encontro Chamada de Mulher, organizado pelo Grupo Nzinga, em 2015, sediada em Brasília, em parceria com o Festival Latinidades. Estou mencionando este evento para poder ler trechos da carta, nas quais o Grupo traz expressões de suas causas, de suas lutas.

Remetendo-me a esta carta, então, começo:

Temos denunciado as violências também perpetradas sobre as expressões da cultura negra, da cultura afro-brasileira, seja através das violentas investidas



contra as comunidades religiosas de matrizes africanas, seja pelo controle da indústria, da cultura e do entretenimento, seja pelos sistemáticos rebaixamentos das comunidades culturais, tradicionais. Também nas rubricas das políticas públicas, ainda que reafirmando mudanças significativas na última década.

Com a capoeira não é diferente. Somando-se o agravante das inúmeras tentativas de impor-lhes formas de controle, como é o caso dos projetos que pretendem regulamentar atividades do atleta profissional da Capoeira, e no contexto dos chamados esportes de alto rendimento. Estes projetos, além de impor novas divisões sobre a comunidade internacional de capoeiristas, mulheres e homens, impõem regras para toda a prática cultural da Capoeira.

As regras de esportização são contrárias aos fundamentos da Capoeira, enquanto cultura negra. Além disso, acirraria ainda mais a distância do lugar das mulheres, seja na formação quanto na promoção dos lugares de liderança, mestras. E como nos demais esportes de competição faria despontar a existência de uma Capoeira masculina e uma Capoeira feminina, com distintas estéticas e diferenciados acessos aos lugares de prestígio e de poder. Mais ainda, entendo que o controle do universo esportivo serve demarcado por modelos de branqueamento, sendo, portanto, racista, patriarcal, machista, sexista e misógino, temos total clareza do quanto estes projetos impedem e dificultam a participação das diferentes categorias sociais que a tradição abarca enquanto espaço de formação hereditária, constituindo-se como espaço de empoderamento e de instrumento de luta contra a opressão de mulheres, de pessoas negras, crianças, idosas, homossexuais, transexuais, pessoas com deficiência e outras. Sendo o mesmo exemplo mundial de práticas colaborativas integradas às mudanças sociais em quaisquer lugares que sejam praticadas.

Assim, na contramão desse processo de regulamentação, solicitamos políticas públicas que avancem garantindo as conquistas obtidas e valorizem as especificidades inerentes à Capoeira, evitando retrocessos e fazendo cumprir leis que são marcos importantes para a promoção da igualdade racial. Portanto, da equidade sociocognitiva também no espaço cultural.

Portanto, ratificamos nossas propostas, quais sejam: promover cursos e intercâmbios formativos na área de gênero, sexualidade e desigualdades raciais,



buscando parcerias público-privadas para o fortalecimento das Leis nºs 10.639, de 2003, bem como a de nº 11.643, de 2008, e sobre a inclusão no currículo oficial da Educação Básica e ensino superior, da temática histórica e cultural afro-brasileira-indígena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Para concluir.

A SRA. CARIN TEIXEIRA ARAÚJO - Vou concluir.

Propomos acompanhar e contribuir para o debate o levantamento e organização de registros históricos, historiográficos e antropológicos, visando o tombamento e a salvaguarda necessários à preservação e a valorização dos fundamentos, bem como a garantia de políticas públicas voltadas para a Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

Por fim, visamos pedir o acesso aos recursos públicos, seja por editais ou ações diretas de buscas de benefícios a organizações e grupos de capoeira, cujas lideranças, mestres e contramestres, professores e instrutores estejam envolvidos em crimes de violência contra as mulheres.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Kárin Teixeira Araújo, do Grupo Nzinga.

Com a palavra Mestre Esquisito, do Terreiro Capoeira do Distrito Federal.

O SR. MESTRE ESQUISITO - Boa tarde! Deputado Márcio Marinho, demais componentes da Mesa, é um prazer voltar a esta Casa. Saber que a capoeira retomou a prioridade e a atenção de V.Exas. é muito importante para nós, lembrando que fizemos durante um tempo aqui a Frente Parlamentar da Capoeira, há cerca de 2 ou 3 anos. Infelizmente não conseguimos prosperar muito nesse projeto de debate legislativo a respeito.

Naquele mesmo contexto, eu queria só retomar que nós identificamos que esse debate, essa sistematização legal da capoeira não tem condição de acontecer ao mesmo tempo com todas as frentes, com todas as perspectivas que o assunto abrange. E mais uma vez isso está mais do que demonstrado. Então, por isso, desde aquela Frente Parlamentar, eu propus a V.Exa. junto com as outras pessoas que faziam parte da frente que fosse criada uma lei sistematizante, ou seja, uma lei de diretrizes e bases da capoeira. Enquanto não houver isso, esta Casa não vai



conseguir dialogar com os capoeiristas, vai ser sempre uma conversa de surdos, porque cada um vai tentar sempre olhar a coisa na sua perspectiva, o que não está absolutamente errado. Por exemplo, o que está hoje nos trazendo a este debate aqui, com certeza, é uma provocação no sentido dessa busca de regulamentação, de institucionalização.

Eu quero lembrar que a capoeira tem muitas faces e é essencialmente democrática, enquanto entidade. Ela abrange tanto esse aspecto de democracia, que permitiu, por exemplo, há 23 anos, que se criasse uma Confederação Brasileira de Capoeira. Muitos anos antes, foram criadas diversas federações.

Então, não existe nada empatando esse processo de federalização da capoeira. Assim, a gente se pergunta como capoeirista: por que isso tem que ser extensivo e transformar o processo dessa institucionalização numa espécie de associativismo compulsório? Nós vamos ser, então, obrigados a nos filiar a esse movimento? Esse movimento, em 23 anos, foi tão incompetente que não conseguiu convencer ninguém e agora viemos a esta Casa para pedir que se torne obrigação de todos nós nos filiar a ele? É isso que queremos aqui? É isso que as confederações, com a permissão e o respeito que eu tenho ao Mestre Neguinho e ao Mestre Sérgio... O que é isso? A institucionalização nunca foi proibida, mas ela não pode ser obrigatória, porque nós somos uma democracia. Então as pessoas têm que ter liberdade. Isso sem nos reportar a todas as mazelas que estão por trás da capoeira, enquanto instituição secular, independente, libertária, democrática, multigênero, que abriga de maneira generosa todas as correntes.

Então, não existe possibilidade de se amordaçar essas pessoas dentro de um modelo onde todo mundo passa a ser, obrigatoriamente, uma pessoa que vai se encaminhar pelo corredor de uma formação institucional, acadêmica, formal, etc., porque isso contraria a nossa história, contraria a nossa identidade. Pelo amor de Deus! É simples demais!

Se forem necessários outros 23 anos ou 50 para que esse movimento se viabilize no plano que V.Exas. têm intenção de conseguir, que façam isso. Revejam, por exemplo, a postura da relação com a própria capoeira. Tem que ter alguma coisa errada nisso. Mas, agora, trazer como uma espécie de pano de fundo uma proposta de subjugar todo mundo dentro dessa institucionalização é, no mínimo,



uma coisa descabida e escabrosa, perdoem-me as pessoas que são defensoras desse movimento. Ele é democrático. Deveria seguir esse preceito da democracia. Do contrário, deixar que cada um viva a sua vida, que é só isso que os capoeiristas querem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Mestre Esquisito.

Com a palavra Eduardo Carvalho, do coletivo de militantes de Salvador.

O SR. EDUARDO CARVALHO - Boa tarde a todos. Eu quero saudar a Mesa, parabenizar a iniciativa, mas quero seguir um ritual da capoeira e começar pedindo licença à casa, que, para mim, não são vocês, mas os representantes da capoeira de Brasília. Então, eu queria dizer “Agonilê” para o Mestre Tabosa, para o Mestre Zulu, para o Mestre Luiz Renato, para o Mestre Brucutu e para os demais da Casa.

Bom, eu quero começar fazendo uma provocação. Na realidade, quero me apresentar também. Eu estou um pouco nervoso. Queria pedir, inclusive, mais tempo. Eu reconheço a legitimidade do pedido do Mestre Rai. Mas eu também tenho medo de pegar avião, né? Eu peguei o “passarinho de ferro” para vir até aqui e, daqui a pouco, eu vou voltar de novo. E eu estou um pouco tenso. Eu queria garantir mais tempo para a minha fala, porque são muitas coisas que trazemos de Salvador, e uma delas é a preocupação com a composição da Mesa. E falo sobre essa preocupação de maneira muito franca, na medida em que entendemos que sua iniciativa é louvável para nós. Mas quero dizer que o Estado já tem outras formas de mediar a relação com as manifestações humanas e populares. O Ministério da Cultura, por exemplo, abriu, recentemente, editais para pessoa física. Isso é uma prova clara de que o Estado encontrou outras formas de mediar com as comunidades populares. Então, precisamos entender que não é só via instituições que existe essa mediação. Isso precisa ficar muito claro.

Em relação à sua proposta, inclusive, Deputado, como pudemos observar pelas suas próprias palavras, de “zelar pela capoeira”, creio que esse tipo de atitude enfraquece, esse tipo de atitude não corresponde ao que o capoeirista tem de expectativa do Estado, que é dialogar, por exemplo, com as figuras tradicionais.

E não faço crítica a nenhum dos que estão na Mesa. Eu estou fazendo apenas uma avaliação política de como interpreto a composição dessa Mesa, até



porque entendo que me sinto representado pelo Paulo. Não digo que não me sinto representado pelos demais, respeito a participação dos demais na Mesa, mas entendo que seria um espaço de composição de outras pessoas da capoeira.

Com relação ao processo da institucionalização, eu fico, às vezes, preocupado quando eu ouço algumas pessoas virem defender a institucionalização na capoeira, porque eu me pergunto de onde elas estão falando. E, nesse momento, eu me sinto um extraterrestre, porque eu sou capoeirista da cidade de Salvador, e, além de eu não conseguir me ver representado na fala dessas pessoas, vejo essas pessoas distantes do universo da capoeira no qual eu vivi. E, aí, eu reivindico: onde estão essas pessoas, por exemplo, no meu Estado, para virem aqui dizer palavras do tipo “adequar”, “codificar” ou, então, uma emblemática frase que foi dita aqui, “*o que nos trouxe aqui foi formalizar a capoeira*”?

Não, eu vim aqui, com medo de viajar de avião, para dizer que não foi isso o que nos trouxe aqui. O que nos trouxe aqui foi reivindicar que as pessoas que se colocam no lugar de intelectuais e que são doutores da capoeira deem tempo para entender a cultura popular, porque eles não fizeram esse esforço, e, aí, eles tentam colocar a capoeira em um espaço formalizado. Não dizem, por exemplo, nas suas falas, que a capoeira historicamente se colocou em um espaço de contracultura, que ela não se adequou às instituições, que ela se colocou em um lugar, inclusive, contrário a isso, o que não significa dizer que foram lugares historicamente de luta, mas foram lugares que fazem parte da sociedade. Assim como tem esta Casa aqui, com seus processos formais, tem as manifestações da cultura popular e tradicional, e nós precisamos compreender isso para falar disso. Acredito, inclusive, que alguns intelectuais não conseguem falar disso porque não vivenciam a capoeira nessa prática cotidiana de perpetuar um saber ancestral. Então, fica essa carência.

E, aí, a preocupação que eu tenho neste momento é que nós consigamos dialogar com essas pessoas de maneira franca. E, nesse momento, questionamos se existe franqueza, porque eu me senti muito contemplado na fala agora do Mestre Esquisito — eu, inclusive, fiquei com poucas palavras para acrescentar ao debate. Mas teve uma fala aqui do Senador ou do Deputado que estava aqui na minha frente, eu esqueci o nome dele...

(Intervenção inaudível.)



O SR. EDUARDO CARVALHO - É esse aí mesmo. Ele disse que falta profundidade no debate. E eu fico preocupado, porque aqueles intelectuais, que deveriam ser as pessoas que têm essa profundidade, com exceção de alguns, que eu faço questão de citar aqui, como o Luiz Renato, o Mestre Zulu, são os que mais retrocedem no debate, porque não conseguem enxergar isso, não dão conta de compreender essa dimensão, como disse aqui o Mestre Brucutu, quase difícil, inclusive, de definir. E eu acho que a maior barreira, inclusive, que nós estamos enfrentando aqui é que nós queremos travar um debate pautado exclusivamente num processo de institucionalização que não comporta isso. E eu quero dizer para o senhor, que é da minha terra, que eu concordo com as palavras do Mestre Raimundo: vai haver muito problema se isso acontecer.

E figuras como o senhor, que estão encampando, provavelmente, este debate, podem inclusive sofrer com isso, porque — eu falo isto com está franqueza — existe um processo de descrédito político de Parlamentares hoje que é muito sério.

E, na medida em que o Parlamentar encampa iniciativas de formalização, de regulamentação, de profissionalização, de todos esses processos institucionais da capoeira, sem sequer ter a compreensão do que é a capoeira, do que é essa manifestação cultural, ele, nesse momento, compõe um espaço de luta contra essas manifestações. E nós já estamos cansados disso no Brasil. Estamos muito cansados.

Então, eu acredito que neste momento é importante que entendamos quais são as iniciativas que estão por trás disso. Uma delas, por exemplo, é a de fazer o aparelhamento da capoeira, o que gera um problema muito sério, porque nós sabemos que a maioria das pessoas que estão reivindicando hoje esse tipo de formalização, esse tipo de institucionalização, sequer são capoeiristas e tem interesses pessoais em aparelhar a capoeira.

Essas pessoas querem se beneficiar à custa de metade da população de capoeiristas, que dedica todo dia da sua vida para ensinar capoeira nas periferias deste País e que conseguiu levar a capoeira para mais de 60 países, sem que sequer um deles tenha se sentado para escrever sobre isso.



Então, nós viemos de Salvador neste momento para dizer o seguinte: se é para atentar para a diversidade da capoeira, vamos atentar para isso e vamos dar tempo para isso. Mas, acima de tudo, vamos atentar também para a diversidade desses parasitas que estão por trás desses processos de institucionalização, que não têm qualquer vínculo com a capoeira ou interesse em defendê-la.

Se o senhor quer zelar pela capoeira, cuidado com essas relações, Deputado!
(Palmas.)

(Não identificado) - Deputado, tire o meu nome dessa relação que ele deu aí! Eu gosto do senhor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Antes de passar a palavra para o próximo orador, eu só quero dizer que esta é uma Casa de debate, onde nós temos que ouvir todos os lados — tanto é que nos preocupamos em ouvi-los. Fizemos isso justamente para que pudéssemos aprender com os senhores, que têm formação na área e podem nos fornecer informações mais acuradas, a fim de que não cometamos erros. Mas existem, às vezes, momentos em que ficamos perdidos e em que nem os senhores se entendem. É essa a realidade. Eu estou aqui com a maior boa vontade, querendo construir, e não destruir, com certeza.

Faço aqui uma referência ao nosso Deputado Jordy, que também está presente e que, se quiser fazer uso da palavra, terá todo o espaço para fazê-lo.

Com a palavra o Mestre Kibe.

O SR. MESTRE KIBE - Boa tarde, Sr. Presidente. Gostaria de agradecer-lhe e parabenizá-lo por estar iniciativa.

Gostaria também de reivindicar um tempo para falar, porque eu acho que sou um dos únicos aqui que não têm vários títulos acadêmicos. Se somarmos a quantidade de títulos acadêmicos de todos aqui e dividirmos o resultado pelo número de pessoas presentes, eu acho que vão sobrar títulos. Vai haver gente com muitos títulos.

Então, eu quero dizer que aprendi capoeira na Bahia. Sou filho da Bahia. Comecei a praticar a capoeira no interior, quando ela ainda era marginalizada. Nós usávamos aquela calça feita de saco de açúcar. Alvejávamos o saco com água sanitária e depois mandávamos a costureira fazer a calça. E, quando saíamos à rua,



as pessoas diziam: “*Já vai ali o malandro pedir dinheiro na rua*”. Era essa a visão que eles tinham no meu interior.

Eu sou filho de Jacobina, mais conhecida como a Cidade do Ouro — é o portal da Chapada Diamantina —, e o meu sonho era morar na cidade de Salvador, minha Capital, para onde me mudei em 1990. Chegando lá, foi muito difícil entrar no meio capoeirista, porque — podem ter certeza — naquela época, quase 30 anos atrás, ele era muito fechado. Hoje, já se vê um mestre discutindo com um aluno, já se conseguem informações que antes era muito difícil obter.

Então, Sr. Deputado, eu gostaria de dizer que hoje, no Brasil, existem duas linhas de opinião. Uma delas é a daqueles que conhecem a capoeira, sabem os males que essas leis trazem para ela e sabem que, por trás disso, estão interesses particulares, como os de obter cargos e se promover de uma forma capitalista. E a outra parte é aquela dos capoeiristas desinformados, ou seja, daqueles que não têm informação nenhuma dos males que essas leis trazem para a capoeira.

Hoje, as pessoas a quem levamos essas informações, as do interior da Bahia principalmente, nem sequer sabem o que significa esse PL 31, de 2009. Quando passamos a explicá-lo, e eles entendem, sabem que é nocivo e não querem isso para a capoeira.

Hoje, a minha luta, a minha arte, é responsável por fazer o mundo inteiro falar português, falar a minha língua, porque eles querem aprender a capoeira na essência, na sua essência. Nós somos contra a profissionalização da capoeira. Nós somos contra a desportivização da capoeira.

Estou aqui representando a Federação de Capoeira da Bahia — FECABA, que é uma entidade que hoje pode ser modelo para o Brasil. É justamente por isso que eu estou lá, porque não estamos aqui para institucionalizar, não estamos aqui para ditar regras. Nós estamos aqui para acolher todos.

Também quero agradecer aqui a luta incansável do Vereador Luiz Carlos. Hoje, eu vim triste — acho que é até por isso que estou sem voz —, porque não sabia qual era o seu posicionamento. Mas, anteriormente, o senhor já disse que é contrário. Para mim, isso é a maior felicidade. Eu não dormi de ontem para hoje, porque o seu nome tem rolado muito nas redes sociais. E pode ter certeza que não



estão falando bem, porque as pessoas deturpam, falam de uma forma que chega até a causar ódio. Mas hoje eu já tenho uma mensagem diferente aqui.

Então, Deputado, como alguns colegas falaram aqui, cuidado com as pessoas que o rodeiam, principalmente com essas que desejam o mal para a capoeira. Eu vejo várias instituições ligadas à capoeira aqui, inclusive houve pessoas aqui que se colocaram como mestres de capoeira. Mas essas pessoas não são nada na capoeira, são odiadas por todos na capoeira.

O cidadão pode ter vários títulos acadêmicos, mas, se ele não consegue ter a aclamação do próprio capoeirista, como é que ele pode defender a capoeira? Ele defende o interesse dele. Eu não vim aqui hoje para pedir, não vim para dizer o que eu quero. Eu vim aqui hoje para dizer o que não quero — sou contra o PL 31; sou contra o PL 50; sou contra tudo aquilo que vem prejudicar a nossa capoeira, como já dizia o Mestre Bigodinho.

Vou apresentar uma música para os Srs. Deputados.

(Apresentação musical.)

O SR. MESTRE KIBE - Obrigado, Sr. Deputado, Sr. Vereador e demais presentes. *(Palmas.)* Quero agradecer aqui também o apoio do Deputado Federal Davidson Magalhães, que é lá da nossa terra. Quero dizer que eu estou aqui para apoiar tudo aquilo que for bom para a capoeira, tudo aquilo que for bom para a coletividade, mas que sou contra a esportivização e a profissionalização.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Mestre Kibe.

Com a palavra o Sr. Raul Correa, do Grupo de Capoeira Semente do Jogo de Angola do Distrito Federal.

O SR. RAUL CORREA - Boa tarde a todos. Boa tarde, mestres. Meu nome é Raul Correa e eu sou aluno do Formiguinha, que é aluno de Mestre Jogo de Dentro, que é aluno de Mestre João Pequeno de Pastinha. Fui aluno de Mestre Renato e fui aluno do Mestre Eurico, que agora é do Cordão de Ouro, do Mestre Suassuna. Então, graças a Deus, tive a possibilidade de encontrar boas referências na minha capoeira.

Sobre o debate que é colocado aqui peço à Comissão do Esporte que tenha um olhar um pouco mais criterioso, para observar que na capoeira já existem



instituições que fazem da sua vertente todo o trabalho que se quer propor aqui. É um retrabalho. É desnecessário.

O nosso amigo do Coletivo Capoeira também demonstrou que já há interface junto ao Governo em que o capoeirista consegue ser empreendedor nas suas ideias e desenvolver seus projetos para geração de renda, para a promoção dos seus conceitos na capoeira, para a definição melhor dos seus trabalhos. Eu mesmo tenho vários estudos em gerenciamento de projetos. Sou professor de educação física porque a capoeira me proporcionou isso. A Capoeira me deu um objetivo de vida para que eu crescesse nos meus estudos por opção. E aí eu quero que a Comissão tenha essa noção: por opção; eu tive opção. A capoeira me abriu as portas para que eu escolhesse essas opções.

O que se coloca aqui numa discussão e tenta se colocar como se fosse bilateral, de que esportivização ou não, é tentar apagar, no final das contas, uma ideia — e aí o Mestre Esquisito foi bem interessante — de incompetência gerencial de outras instituições para instituições que já têm. Eu peço licença ao Mestre Luiz Renato só para dar como exemplo o Grupo Beribazu, do qual ele faz parte. Ele tem uma gestão democrática, porque tem um Conselho de Mestres para isso, ele tem formação continuada, para usar uma palavra que o Governo e esta Casa gostariam de ouvir. Ele tem suporte ao seu professor. É dividido em núcleos de capoeira, Brasil e mundo a fora. Isso ele tirou dos estudos acadêmicos? Não, a capoeira já trabalha dessa forma. O que ele fez foi sistematizar dentro de uma linguagem que o senhor como Deputado gostaria de ouvir, como uma forma de ver se a capoeira tem uma consequência, uma cadeia de eventos que realmente consegue dialogar com o Estado. Isso já acontece. Isso já é um sucesso. Então, a gente não precisa colocar como se não houvesse a capoeira e agora a gente vai fazer realmente acontecer o escoamento de verbas de políticas públicas para a capoeira, oportunidade para a capoeira, medidas empreendedoras, cidadania. Isso já acontece. O que está acontecendo é atropelando todo o trabalho que já foi feito pelos vários Mestres — e eu, graças a Deus, bebi dessa água e continuo fazendo esse trabalho — para se colocar uma ideia que é nazista, fascista. Eu não vou ter opção de escolha. Pior, o estado vai fazer o seguinte: “Você tem opção, meu filho: ou isso aqui ou à beira da morte, o que você quer?”



Quero deixar bem claro que o que é proposto pelo PL 3.150, de 2007, e pelo PL 2.858, de 2008, são ideias nazistas, fascistas, de colocar toda a Nação brasileira dentro de uma compreensão de que a capoeira só pode ser isso e que minha competência como produtor de uma performance da capoeira está ligada apenas à esportivização. Só como base, o que vou tirar dessa reunião aqui é conseguir, nos núcleos em que eu discuto capoeira, discutir com os nossos capoeiristas quais são as cadeias de eventos que vão se propor através disso, da falta de visão do Estado, não só do Governo, porque vemos aqui que são décadas de tentativas de colocar esse tipo de pensamento para cá. É em cima disso. Isso é horrível. E saibam que a capoeira já sabe isso. Veem vocês... E o Mestre aqui foi muito real em dizer que temos raiva, porque veem vocês com essa atitude nazista, fascista. Não aguentamos mais. Temos um fundo de apoio à cultura. Temos um diálogo fantástico com o Ministério da Cultura. Perdoe-me o Ministério do Esporte, mas a explanação que ele deu tem muito mais a ver com cultura do que com esporte.

Eu quero, inclusive, como estudante de educação física, entender quais são as bases conceituais de esporte que ele usou para colocar no stand up paddle (?). Vamos explicar isso? Porque dentro do que se coloca como esporte, aquilo não. Então, o que é esporte? E por que a capoeira se coloca dentro desse processo? A capoeira é uma parte. Se houver algum capoeirista que goste dessa parte, que o Governo consiga produzir políticas públicas também para essa vertente. Mas existe um campo muito maior que esse que tem que ser trabalhado melhor. Só para os senhores terem noção, nas minhas incursões, tenho dois projetos aprovados de diálogo com o Governo, do Fundo de Apoio à Cultura aqui do DF: Capoeira do Meu Brasil e o Projeto Capoeira Brasileira, Sim, Senhor, que trata justamente da profissionalização do capoeirista. Eu, enquanto tive oportunidade de ser professor, perdi vários bons alunos sabem por quê? Porque chega uma hora — os Mestres aqui já tiveram esse problema — em que o aluno fala: *“Professor, eu tenho que comer. Eu tenho que trabalhar para comer. Eu não consigo mais fazer capoeira. Agora eu tenho que dedicar 8 horas diárias da minha vida para o trabalho e mais ao estudo à noite. Eu não tenho tempo para frequentar a sua aula nesse horário. Eu vou ter que procurar outro horário de capoeira ou praticar a capoeira do jeito que o senhor me ensinou, só que em casa, e voltar a ter aula em outro momento.”*



Então, se estamos falando em geração de renda, eu já faço isso, bem como o Beribazu, o Mestre Tabosa e vários outros coletivos. Portanto, vamos pegar o bonde já dentro desse processo, e não retroagindo, achando que alguém, como capoeirista, como cidadão, só pode ter uma opção de escolha para ser professor de capoeira.

Eu segui o caminho inverso da maioria dos grandes interlocutores aqui. Eu entrei no academicismo porque a capoeira me deu uma visão de que eu poderia colher ali boas informações, e não porque achava que com isso eu iria ser melhor capoeirista. Não — ene, a, o, til.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Peço que conclua, amigo.

O SR. RAUL CORREA - Vou concluir.

A única coisa que eu quero deixar clara é que o Grupo Semente do Jogo de Angola vai propor também outros debates e núcleos internos. Vamos poder discernir melhor essas situações, para vocês entenderem que já existe uma conceituação melhor para isso.

Eu espero ter o dom da palavra do Paulo Magalhães e do nosso outro colega, que foram fantásticos em suas colocações, e a alma e a coragem dos outros mestres, que foram bem diretos, evocando em nós um sentimento de defesa. É simples.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Raul.

Com a palavra o Sr. André Galvão, da Confederação Brasileira de Capoeira.

O SR. ANDRÉ GALVÃO - Primeiramente, boa tarde, Sr. Presidente, integrantes da Mesa, público aqui presente.

Alguns desta plateia já nos conhecem. Nós somos, na verdade, assessores jurídicos da Confederação Brasileira de Capoeira. Fazemos um trabalho *pro bono* há mais ou menos 10 anos. Nós ajudamos na parte a que se referiu o Mestre Gersonilto com relação à institucionalização da capoeira pela vertente esportiva.

Eu inicialmente quero me reportar ao Brucutu, dizendo que fiz uma intervenção em que disse a ele que eu era capoeirista porque, antes de ser advogado, entrei na capoeira. Então, na verdade, a minha formação de capoeirista é anterior à minha formação jurídica.



Não por outro motivo, no Estatuto da Igualdade Racial — vocês podem verificar isto lá — não existem palavras expletivas. A lei foi discutida exaustivamente. Toda vez que se refere à nossa atividade, a Lei da Igualdade Racial diz “capoeirista”. Ela não se refere a professor, não se refere a atleta, não se refere a instrutor; ela se refere a capoeirista. A previsão do que vai acontecer enquanto regulamentação está muito retratada na lei.

Primeiro, então, eu gostaria de fazer uma colocação que acho muito interessante, até porque fomos protagonistas de alguns convites. A nossa intenção ao participar da reunião era polemizar, para esclarecer alguns conceitos e alguns falsos dilemas que estão sendo colocados no mundo capoeirista. E isso, na verdade, pode ter sido plantado por alguém com interesses diversos dos de todos nós aqui, que somos igualmente atores da capoeira.

Eu fiz a observação ao Brucutu para nós não deslegitimarmos nenhum ator da capoeira que está presente a esta audiência. É por isso que eu acho que todos aqui, independente de a atividade atual ser de capoeirista ou não — incluem-se nesse rol os que já foram, os que ainda vão ser e os que pretendem ser, como o Presidente, o Deputado Márcio Marinho, que disse que um dos arrependimentos dele é o de não ter se tornado ainda um capoeirista —, estão igualmente aptos a fazer parte deste Movimento Nacional da Capoeira. A Confederação Brasileira de Capoeira é apenas um dos atores.

Nós estamos aqui na Comissão do Esporte. Não por outro motivo, a Comissão do Esporte se desvincilhou da Comissão de Cultura. Antes, eram os membros aqui interlocutores das políticas públicas de cultura e desporto. Hoje, nós estamos na Comissão do Esporte.

(Não identificado) - Essa foi uma iniciativa da área da cultura, e não do esporte.

O SR. ANDRÉ GALVÃO - Desculpe, exatamente.

Mas o que nós na verdade estamos pretendendo aqui — e faço minhas as palavras do Mestre Paulão — não é fazer um discurso divisionista. Interessa, sim, àqueles que não querem a capoeira organizada esse debate, que na verdade faz parte da polêmica legislativa, no sentido de que a capoeira pretende ser uma



atividade apenas cultural, negando o aspecto do esporte, ou vice-versa. Não, são duas vertentes igualmente em prol do movimento da capoeira.

A capoeira esportiva não nega em momento nenhum — e todos nós capoeiristas seríamos malucos se fizéssemos isto — toda a tradição histórica de debate cultural, herança da capoeira enquanto perpetuadora de elementos da formação da nossa identidade cultural brasileira. Nós hoje somos formados por elementos culturais oriundos da capoeira. Ninguém nega isso!

Mas o que eu quero dizer a vocês é que a vertente esportiva da capoeira segue um molde orgânico. O Estado é formal. O Estado impõe que, para as políticas públicas serem implementadas, é preciso preencher os requisitos que são legais. Há um normativo que regulamenta as atividades da capoeira. Há um normativo esportivo. O que eu quero perguntar a vocês é se alguém, na verdade, poderia, em sua consciência...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ANDRÉ GALVÃO - Desculpe. Eu queria só falar para vocês uma impressão minha. Todos nós aqui fazemos o mesmo discurso. Ninguém aqui está querendo que a capoeira retroaja em algum momento. E, se estamos fazendo algum discurso, nós temos que esclarecer.

A Confederação Brasileira de Capoeira — CBC, nos seus estatutos — e eu posso dizer isto, porque fui eu que franqueei este aspecto neles —, na verdade faculta a inscrição de qualquer capoeirista, seja de qual modalidade ele for praticante, seja qual for sua intenção.

A capoeira e a Confederação querem oferecer uma ferramenta pública para qualquer tipo de capoeirista ter acesso às políticas públicas formais de capoeira. O que eu digo por políticas formais são: Bolsa-Atleta; subsídios pagos pela União, Estados e Municípios; política orçamentária; rubrica no Orçamento para o desenvolvimento de uma Política Nacional de Capoeira.

A Confederação Brasileira de Capoeira não é algoz, ela é um dos atores do Movimento Nacional de Capoeira, que é muito mais amplo do que a Confederação! A Confederação é um ator mínimo, micro. Isso já foi confessado aqui pelos representantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Peço que conclua.



O SR. ANDRÉ GALVÃO - Então, só quer dizer a vocês o seguinte: não se pode negar à capoeira a vertente esportiva, principalmente tendo em vista que o Estado brasileiro, na rubrica esporte, de 2001 a 2015, investiu orçamentariamente — por orçamentariamente eu quero dizer nominalmente, não estou falando de restos a pagar, não — 21,5 bilhões de reais!

Eu indago a vocês: quem sabe qual foi o orçamento da cultura de 2001 a 2015, para querer que a capoeira seja impedida de ter acesso a essa verba estatal que é dirigida para modalidades esportivas, regulamentada por uma lei federal, a Lei Pelé, que na verdade fortalece o sistema esportivo? Alguém sabe qual é o orçamento da cultura? Acho que não.

Eu fiz essa pesquisa hoje. A pesquisa diz o seguinte: em valores nominais, a cultura, de 2001 a 2015, teve como orçamento 7 bilhões de reais. O orçamento do Ministério do Esporte foi de 25 bilhões de reais, mas, na verdade, nós não contamos o que recebe o Comitê Olímpico Brasileiro, porque esse valor não está no orçamento e, pelo que se dá conta, é o dobro do que recebeu o Ministério do Esporte nesses 15 anos.

Não há como se negar à capoeira a pretensão de invadir a seara do esporte e disputar com as outras modalidades esportivas parte desse orçamento! A capoeira não pode ficar fora disso! É um degrau a mais, é uma conquista a mais, que não exclui nem diminui as outras, muito pelo contrário: oferece ferramentas maiores, melhores e com mais condições para fomentar aquilo que todos aqui falaram!

Todos aqui na verdade criticaram a institucionalização, mas disseram que as academias são fechadas, porque não há CNPJ, porque não há licença do capoeirista para ser professor. Alguns alegaram aqui que o capoeirista não pode sobreviver se não tiver um apoio do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Peço que conclua.

O SR. ANDRÉ GALVÃO - Como ter apoio do Estado se não houver CNPJ, se não houver institucionalização? A CBC não é excludente da Política Nacional de Capoeira — muito pelo contrário!

Vou concluir, Deputado. Nós, nos nossos 10 anos de labor ajudando a Confederação, conseguimos fazer dois anteprojetos. Um deles, apresentado na então Comissão de Educação e Cultura, foi o anteprojeto de criação da Política



Nacional de Capoeira em todas as vertentes. O segundo anteprojeto foi o da criação do Sistema Brasileiro de Capoeira, nos moldes da Lei Pelé, que era o exigido para que a capoeira disputasse orçamento com as demais modalidades esportivas formais.

O desporto formal não se confunde com o desporto não formal! E, se não houver organicidade, se não houver normatização, se não houver institucionalização, não adianta tocar berimbau na porta de nenhum membro do Poder Executivo e do Poder Legislativo, de nenhum Prefeito, de nenhum Vereador, de nenhum Deputado, porque eles vão exigir, sim, que esteja formalizada a atividade, seja por meio de associação, seja por meio de federação, seja por meio de reconhecimento dos atores que estão protagonizando aquele evento. Não adianta. O Estado brasileiro é formal, as rubricas são formais. A Confederação é apenas um desses atores e espera, e quer, com isso que eu estou falando aqui, com as demais exposições, ser um parceiro de toda a multidiversidade da capoeira.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Já que tivemos que fechar, dada a hora, vamos passar agora à Mesa para fazer as suas ponderações e as considerações finais, para que possamos encerrar a nossa audiência pública. Com essa audiência pública, teremos outras para conversarmos com os capoeiristas.

Eu vou abrir aqui ao primeiro orador, que vai ser o Vereador, porque ele tem um voo para daqui a pouco. Daqui a pouco, estarei cedendo a palavra aos outros oradores também.

Concedo a palavra ao Vereador Luiz Carlos.

O SR. MESTRE DORÓ - Deputado, eu poderia pedir um encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Deixa só o Vereador usar a palavra.

O SR. MESTRE DORÓ - É quanto a ordem das inscrições. Eu queria pedir um encaminhamento para que o Paulo tivesse a última fala na Mesa. Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Ah, tudo bem.

O SR. MESTRE DORÓ - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Por favor, V.Sa. tem a palavra.



O SR. LUIZ CARLOS - Mais uma vez me sinto hoje aqui feliz, Deputado, porque o nosso Estado está aqui com vários mestres, a começar com o Professor Paulo, Mestre Dalam, Mestre Kibe, Mestre Zé Doró, Mestre Duda, Mestre Rai, Soldado, Mestre Chocolate — eu não sei se há algum outro do Estado da Bahia. Então, eu me sinto feliz.

Eu estou, de certo modo, um pouco preocupado quando algumas falas dizem que só quem pode defender a capoeira se for capoeirista. Eu quero contrapor isso, porque — e isso não é segredo para ninguém — eu nunca fui capoeirista, nunca tive relação com a capoeira. E a pergunta que me fizeram: *“Por que, então, você criou a Frente Parlamentar em defesa da Capoeira?”*. A minha plataforma de trabalho sempre foi juventude. Há 15 anos trabalho com a juventude. Vejo na capoeira um grande baluarte, um grande braço de apoio à juventude, sobretudo. E por que não se aliar a algo que historicamente vem dando certo e fazendo um trabalho que nenhuma outra vertente faz? Mestres e professores entram nos guetos, nas comunidades, quando outras modalidades não entram. Não entram porque têm que se utilizar de espaço, de equipamentos, de instrumentos, e muitas vezes isso custa dinheiro. E na palma da mão é possível fazer-se uma roda de capoeira e ensinar não somente os movimentos, mas também ensinar valores históricos, que o senhor, Deputado, bem sabe disso e preserva. Hoje, infelizmente, há uma perda disso em nossa sociedade.

Então, eis a razão pela qual criei a Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira. Fiz questão de dizer aqui, e faço isso com muita tranquilidade, na presença de mestres do meu Estado, da minha cidade, da dinâmica que estabeleci dentro da Frente. Já que eu não sou capoeirista, tenho que ouvir os que são. Não é isso, Mestre Duda? E essa foi uma preocupação do Mestre Duda. Eu o tranquilizei em relação a isso, dizendo que a capoeira, os capoeiristas, enfim, esses personagens precisam ser ouvidos.

A partir dessas reuniões que acontecem na Câmara, como o nosso Regimento, o Regimento da Frente, permite dar voz e vez aos mestres, nós elaboramos vários projetos com eles. Sinto-me aqui feliz, Mestre Duda, apesar de você não reconhecer ou achar que deveria haver outras figuras aqui na Mesa.



Trago aqui — e você, Mestre Duda, chegou um pouquinho depois da minha fala, não vou dizer atrasado — uma carta, que, inclusive, lemos e aprovamos numa audiência pública. Primeiro, ela foi criada em uma audiência pública, depois, debatida na Câmara e aprovada. Levei essa carta, depois de aprovada, para uma audiência pública e os mestres a subscreveram. Apesar de o Mestre Doró falar que ela devia ser um pouco mais agressiva, contudo concordou com o conteúdo. Ela foi fundamentada, inclusive se posicionando contra todos esses PLs que estão aqui.

Então, me sinto aqui muito feliz em participar de uma audiência. Já o parabeneizei, mas o faço mais uma vez. O senhor, como disse o Mestre Kibe, foi imensamente atacado nas redes sociais. Mas o senhor, sabendo disso, com uma postura firme, não quis se posicionar, porque disse que ia fazer isso aqui na Comissão, nesta audiência, e o fez.

Então, apesar de já ter dito isso, o Mestre Kibe foi testemunha disso numa audiência em seu gabinete, o senhor externou o seu posicionamento firme em favor da capoeira e não a esses projetos, que são um retrocesso para a capoeira. Mas dizia: *“Luiz, eu vou me posicionar, na Comissão. Uma vez que é uma audiência para ouvir os dois lados, eu não vou sair, na Frente, no posicionamento que contraria, portanto, a essência da audiência”*. Conheço o senhor, Deputado, desde 2000. Portanto, há 15 anos. E confiro a esta plateia, seleta de homens e mulheres de bem, do seu posicionamento claro e firme em favor daqueles menos favorecidos.

Então, quero lhe agradecer e parabenizá-lo. Este é o caminho: o debate. É possível que nós construamos políticas públicas para, mas construamos de, então, de capoeiristas para os capoeiristas.

Continuo nessa posição firme de ouvir e me sentir muito à vontade. Fui o sétimo mais votado em Salvador. Não fiz nenhuma campanha. Não falo isso por nenhum posicionamento de arrogância, mas não fiz nenhuma campanha com a capoeira. Fiz, depois de eleita a criação da Frente, porque entendo que a capoeira, por si só, merece que nós façamos algo por ela. Esse algo vai vir, como tem vindo, da voz, do sentimento das ruas o que é o capoeirista. Então, agradeço.

Talvez, sem intenção, Duda, você colocou aqui uma coisa com que eu fiquei preocupado. O Mestre Rai disse que, se caso esses projetos forem aprovados, que iria — e eu entendi que ele falou com a alma — para a rua, para o enfrentamento. E



aí o Mestre Duda disse: *“O senhor, inclusive, está ameaçado por isso, quando fez menção à sua fala”*. Então, eu fiquei preocupado. Mas entendo que foi...

O SR. MESTRE RAIMUNDO CARNEIRO - Eu vou fazer um escudo para não invadirem a sua casa.

O SR. LUIZ CARLOS - Pronto! Não precisa. Mas, de qualquer maneira, eu sou amigo aqui do Mestre Zé Doró, que vai estar na minha frente aqui. *(Risos.)*

Gente, muito obrigado! Sucesso. Salve a capoeira! E continuo à disposição nessa luta. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Eu ia dar sequência às considerações finais.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Então, o senhor faça uso do microfone, por favor.

O SR. MESTRE DORÓ - Com relação à audiência pública, que ele falou, à carta, eu fiz uma consideração que nós, o coletivo da Bahia — tivemos várias reuniões —, redigimos uma carta para ser entregue ao Ministro da Cultura, inclusive essa carta foi redigida por Neuber. Está ali o Mestre Soldado. Esta carta foi redigida na presença também do Mestre Duda. Eu também estava participando e a maioria dos que estão aqui estava participando. A única questão que eu disse, que a gente passa um pouco de vaselina, foi quanto à fala do capoeirista quando vem falar do professor de educação física. Quando o professor de educação física fala do capoeirista, fala desvalorizando. Isso eu achei ruim.

A carta dizia, exatamente, que nós éramos contra a regulamentação nos parâmetros do Conselho Regional de Educação Física — CREF e do Conselho Federal de Educação Física — CONFEF porque nós não queremos segregar a capoeira. Nós queremos autonomia para todos os mestres, nós queremos tradição e nós queremos liberdade de expressão. E isso foi o que eu achei que deveria se colocar numa carta.

Quanto aos ataques que foram feitos ao senhor, eu estava no debate disso. Então, foi um áudio que foi postado por Raimundo, Mestre Raimundo, que está aqui, dizendo: *“Sr. Vereador, fale com o Deputado para fazer um cala a boca, para as pessoas calarem a boca”*.



Eu discuti isso com ele e falo isso em rede pública. Nós não precisamos calar a boca, nós precisamos de clareza. Ele é da minha terra, e eu discuti isso com ele pelo WhastApp. Então, isso não é um ataque. Eu cobrei só um posicionamento depois dessa fala.

Ou seja, o Deputado Márcio Marinho desarquivou o PL. Nós precisamos pedir o arquivamento, e o senhor não tomava uma posição. Então, fui eu, exatamente, e o Mestre Benivaldo, também. Nós falamos que ele precisava tomar uma posição porque nós queremos nos sentir seguros, pois existe uma insegurança nas informações políticas.

O que se faz por detrás? Por exemplo, eu ouço todo mundo falar assim: “nós precisamos botar a mão no dinheiro”. Sim, mas quem é que quer botar a mão no dinheiro? E o que se vai fazer com o dinheiro? Será que vai ser todo mundo beneficiado? É só isso que eu queria falar, deixar bem claro que quem falou aos ataques fui eu, está bem?

(Não identificado) - Esse é o Zé Doró.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Mestre Doró.

Vamos aqui...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) Vai ser dado tempo para todo mundo fazer uso da palavra, está bem? Vai ser dado tempo para todo mundo fazer uso da palavra.

Como o Vereador Luiz Carlos tem que pegar o voo agora, eu liberei para ele. Mas nós vamos seguir a sequência da Mesa.

Deputado Arnaldo Jordy, V.Exa. quer fazer o uso da palavra? *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Sra. Andréa, para as suas considerações finais e para responder a algumas perguntas que ficaram em aberto.

A SRA. ANDRÉA NASCIMENTO EWERTON - Bom, primeiro, quero dizer que, nos meus 25 anos de profissão — professora de Educação Física, licenciada e mestre —, nos meus 25 anos de gestão pública, posso contar nos dedos plenária de tal grau de qualidade e contribuição à minha formação pessoal. Então, esse registro é importantíssimo.



Quero dizer e trazer Paulo Freire, antes de dar os esclarecimentos do Ministério, que são fundamentais. Inclusive, ao se justificar a institucionalização ou não à questão da verba pública, se faz necessário um esclarecimento para tomada de posição, inclusive, para um auxílio ao Parlamentar e à consultoria jurídica.

Quero trazer Paulo Freire: *“eu acredito que os homens se educam em comunhão”*. Legitimidade todos têm nesta plenária porque existem como seres humanos, como pessoas que estão, no seu cotidiano, construindo a sua história de vida. Então, esse registro é importante.

Paulo Freire, também, nos convida a quebrar hierarquia, a quebrar hierarquia de saberes. Quem disse que o saber popular é menor do que o saber acadêmico? Quem disse que a formação superior é superior, pelo nome, no nível de ensino, à formação de cidadão, de homens e mulheres que constroem a sua prática social cotidiana? Isso é, culturalmente, construído. Portanto, somos sujeitos dessa história.

Mas, enquanto Ministério do Esporte, quero dizer que não é verdadeira a necessidade da institucionalização ou de organização para se ter acesso ao recurso público. O Ministério do Esporte está na contramão, talvez, das reflexões que vocês colocaram.

Nós estamos propondo um sistema nacional de esporte que diz que os atores, nesse sistema, não são só de uma categoria profissional. Nós estamos dizendo no sistema nacional, fruto das três conferências nacionais de que o senhor participou, que nós defendemos um sistema multidisciplinar, multiprofissional e multicultural.

Portanto, no Sistema Nacional do Esporte, em construção, que proporá a revogação do atual Sistema Nacional do Desporto, prevê-se uma concepção de esporte ampliada, que não apenas essa abordada por várias pessoas nessa plenária. Então, primeiro, o conceito de esporte com que o Ministério do Esporte trabalha é mais amplo do que esse conceito relacionado às entidades da administração do esporte.

Encabeçados pelo nosso Ministro George Hilton, nós também temos construído a questão dos serviços que o Sistema Nacional pretende garantir. Então, quando nós falamos de esporte para toda a vida, de formação esportiva, de excelência esportiva, a concepção de esporte imbricada nesses conceitos é a



ampliada, que se refere ao conjunto de práticas corporais — dentre elas, estão as organizadas por modalidades esportivas, mas trata-se de um conceito de práticas corporais mais ampliado.

Hoje, têm acesso ao recurso público, na área do esporte, a partir desse conceito mais ampliado, Prefeituras, Governos Estaduais, universidades e institutos federais. Organizações da sociedade civil, não necessariamente organizadas e estruturadas sob a forma de confederações e federações, também podem ter acesso a ele, desde que por meio de editais de chamamento públicos. Isso vale para uma ação do Ministério que é a citada Bolsa Atleta, mas esse não é o único programa do Ministério do Esporte.

É importante também dizer que, diferente do que você abordou, o Programa Esporte e Lazer da Cidade instituiu a figura dos agentes sociais de lazer e entende que os profissionais que atuam no lazer não são apenas os profissionais de Educação Física.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ANDRÉA NASCIMENTO EWERTON - Isso.

O parecer jurídico da nossa consultoria e grande parte dos nossos pareceres têm ajudado inclusive os parceiros a fundamentar e desconstruir a intervenção, em alguns lugares, do próprio Sistema CONFEF/CREFs, que é regido por outra legislação, uma legislação superior que regula a profissão de Educação Física.

Nós, do Ministério do Esporte, entendemos que um dos profissionais que atua nas ações de esportes é o profissional de Educação Física, mas, ao se compreender esporte segundo o conceito ampliado, não cabe apenas a regulamentação desta profissão.

No Conselho Nacional, o CONFEF tem assento, assim como têm fóruns de gestores estaduais, fóruns de gestores municipais, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte — CBCE e entidades de administração do esporte, porque isso está na essência do Ministério do Esporte e do Conselho Nacional, mas esse debate foi muito avançado nas conferências nacionais.

Queria também dizer, para finalizar minha fala, que a própria Lei Pelé, a Lei Agnelo/Piva, a lei da Timemania e a lei de criação da LOTEX, recentemente aprovada, destinam recursos para o Ministério de Esporte, e a proposta atual, na



constituição do Sistema Nacional do Esporte, é a criação de um fundo nacional de esporte. Todos esses recursos iriam para esse fundo, para serem distribuídos de forma mais igualitária entre os diferentes Estados e Municípios, para atender às demandas de políticas públicas de esporte a partir desse conceito mais ampliado de esporte a que aqui me referi.

Também é importante dizer que, no Programa Mais Educação, na concepção de política de educação integral, busca-se construir uma nova escola e busca-se também consolidar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação já prevê os atores e os conteúdos específicos do esporte. Então, a lei que regulamenta a profissão de Educação Física não tem interferência nesse espaço escolar.

A política de educação integral propõe a quebra da hierarquização. Hoje, nós temos, como monitores no Programa Mais Educação, um volume significativo de mestres capoeiristas. Sete mil escolas escolheram a capoeira, e quem está desenvolvendo as atividades no Mais Educação, na atividade capoeira, dentro do macrocampo, são os mestres capoeiristas da comunidade do entorno dessas escolas.

Tanto o Ministério do Esporte como o MEC têm feito fundamentação de pareceres para evitar a ingerência da lei que regulamenta a profissão de Educação Física, mas essa é uma luta histórica. Eu sou professora...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ANDRÉA NASCIMENTO EWERTON - Eu quero fazer referência à criação desse novo sistema que está buscando garantir essa concepção multidisciplinar e multiprofissional, garantindo, aí, a diversidade de conteúdos culturais do lazer como uma ação dentro desse sistema.

Quero, para encerrar minha fala, dizer que a função do Estado é implementar políticas públicas que atendam às demandas sociais. Dizemos que política pública é o Estado em ação. Portanto, mesmo reconhecendo, Mestre Gilvan, que toda vez em que o Estado pensa em fazer alguma intervenção, todos nós nos trememos na base, nós devemos, como cidadãos, exigir que o Estado fique a serviço da constituição de políticas públicas que garantam direitos.

O que nós estamos defendendo, como Ministério do Esporte, é que a população brasileira tem direito a esse conteúdo cultural, a essa manifestação da



cultura do povo brasileiro que é a capoeira. Para isso, investiremos na qualificação dos nossos programas e das pessoas que atuam neles.

O protagonismo, na qualificação da capoeira, é do conhecimento tradicional dos mestres capoeiristas. Não é a academia que transmite conhecimento por meio dos mestres, são os mestres que o transmitem à academia e são os responsáveis por toda a formação necessária para que esse conteúdo seja mais bem implementado enquanto política pública. É isso que defendemos.

Quero encerrar minha fala parabenizando, Deputado, a sua iniciativa, porque achei a mesa plural, sim. Trazer Executivo, Legislativo, sociedade civil organizada e as entidades de administração do esporte e abrir mais de doze inscrições a mestres capoeiristas é que trouxe a qualidade e a necessária contribuição à formulação das normas e legislações para trazer esse direito à população.

Então, quero agradecer e parabenizar a todos pelos brilhantes ensinamentos e dizer que, em 25 anos, não aprendi tanto quanto aqui, em duas horas de manifestação de cada um dos senhores. Agradeço pessoalmente e profissionalmente a contribuição à minha formação pessoal e profissional.

O SR. MESTRE PAULÃO - Eu queria aproveitar, Sra. Andréa, se a senhora me permite, para só pedir que a senhora solicite ao nosso Ministro que ele dê uma resposta aos mais de 5.000 abaixo-assinados que foram recebidos pelo gabinete dele e pelo Conselho Nacional de Esporte, porque ainda não tivemos uma resposta sobre isso.

Foi formalizado ao Ministro o posicionamento da capoeira contra a proposta do Conselho Nacional de Esporte de querer esportizar. Nós entendemos que há uma manobra do Sistema CONFEF/CREFs, tendo em vista que, justamente por esse conceito não estar bem definido, ele tem perdido, na Justiça, várias ações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Sra. Andréa, então, leve esse pedido do Paulão.

A SRA. ANDRÉA NASCIMENTO EWERTON - Ele está registrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Com a palavra o Sr. Sandro Santos, para fazer as suas considerações finais.

O SR. SANDRO SANTOS - Deputado, mais uma vez agradeço e parabenizo a iniciativa, a participação dos mestres também importantíssima nesse debate.



Como eu falei no início, a Palmares, o IPHAN e o MINC têm um posicionamento. Não vão se posicionar quanto à profissionalização, à regulamentação da capoeira principalmente enquanto esporte, porque não é da nossa alçada e porque já reconhecem, quando a capoeira teve o reconhecimento como patrimônio imaterial da roda e do ofício dos mestres. Esse é o reconhecimento do Ministério da Cultura.

O formato que o Ministério da Cultura e as suas vinculadas têm trabalhado na relação com a capoeira é através da dos fóruns que cria para fazer as discussões e para que esses segmentos culturais pautem o Ministério da Cultura do ponto de vista da execução do seu orçamento, que é mínimo. Realmente é um dos menores da Esplanada. Não teve nenhum evento grandioso, como Panamericano, Copa do Mundo e Olimpíadas para justificar um aumento a tal ponto de ser grandioso como o do Ministério do Esporte, mas eu acho que tem na medida do possível conseguido — talvez não a contento de todos, pela dimensão que tem o Estado brasileiro — dialogar sim com a capoeira.

Eu acho que tem que retomar um pouco mais a discussão. Por isso, o grupo foi criado, a partir de uma provocação dos próprios capoeiristas, o GT, para que nesse primeiro encontro que vai preparar o encontro nacional consigamos realizar o esboço de um plano, de um programa específico para a capoeira, como eu falei. Isso é o que o Ministério da Cultura tem trabalhado e tem construído para a capoeira e com a capoeira.

Então, queria deixar um abraço. Vou ser breve. Parabenizo mais uma vez a Comissão, especialmente o senhor, e também a todos os mestres que aqui se posicionaram. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Sr. Sandro Santos, Coordenador Geral da Gestão Estratégica da Fundação Palmares.

Com a palavra o Sr. Gersonilto Heleno de Souza, Presidente da Confederação Brasileira de Capoeira.

O SR. GERSONILTO HELENO DE SOUZA - Deputado, agradeço a V.Exa. a nossa presença aqui na Comissão de Esporte, a todos os membros presentes, a todas as entidades, representantes do Ministério do Esporte e todos aqueles que passaram conosco.



Este momento aqui é para mim um momento de reflexão, um momento em que eu me desarmo e sento para observar, ouvir e ficar atento a tudo que foi exposto: as palavras dos mestres, as combinações, a atenção a todo o momento ao que se propaga, ao que é projetado e ao que está querendo ser instituído. Busco uma reflexão porque o sistema existe e não vai deixar de existir.

Eu trabalhei nesta Casa durante 28 anos fazendo lei, observando lei e sabendo instituir e constituir um projeto de lei. Eu entendo muito bem disso aqui. Trabalhei na área de Orçamento Público, emendas, execução em Ministério, execução até o final. Trabalhei com o SIAFI, CADIN, SISBACEN e outros mais. Tenho conhecimento pleno do que falo e do que busco. No entanto, trago aqui a reflexão. Gostei muito da presença do que foi exposto e colocado, Sr. Presidente, Deputado Márcio Marinho, fez uma provocação boa. Gostei do debate, até porque nunca deixei as rodas de Capoeira. O meu berimbau sempre tocou. Eu ando roda de capoeira. Para quem não conhece, é ver onde estou.

O mundo dá voltas. Ele gira.

Nos países por onde passei, vi meninos que nunca jogaram capoeira, ensinar capoeira.

Fiquei 5 anos no Canadá. Quando adentrei o Canadá, quem dava aula de capoeira era um bailarino. A professora de dança do circuito de dança do Canadá, em Montreal, me chamou e falou assim: isso é capoeira? Eu falei: é. É Capoeira. Ele xingava, soltava oito golpes e ensinava isso. Era próprio, como é próprio de muitos que não conhecem a Capoeira. Eu posso falar que tenho mestria de capoeira funda, muito funda, profunda mesmo, porque quem me ensinou não ensina mais. Já foi, não está mais na terra, mas deixou um legado chamado Mestre Neginho, Mestre Anselmo, Mestre Carlinho Bocão, Mestre Ernesto, pessoas hoje que não fazem mais parte da capoeira, porque buscaram outro esporte para se acalantar. Estão hoje no jiu-jitsu, no MMA. E devido ao quê? Ao que eles sempre falavam para mim: neginho, cuidado. Olha a rasteira. Capoeira sempre busca derrubar. E como dizem alguns mestres: a capoeira é a negaça. E quando nós negamos, estamos voltando.

Então, fica aqui como um plano de reflexão, como a forma de falar e de deixar bem claro. Compreendo a situação daqueles que querem a capoeira a cultura. Compreendo a situação daqueles que querem a capoeira ao esporte, ou seja, na



sua adversidade. Porém, digo a vocês que o Plano Nacional vale pela institucionalização. Vale pela sociedade civil e pelos órgãos que são compostos. Ele é codificado. A Capoeira tem que ser codificada novamente.

Deputado, meus agradecimentos novamente.

Axé para vocês! Motumbá axé para todo mundo! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Sr. Gersonilto Heleno de Souza, da Confederação Brasileira de Capoeira.

Com a palavra o Dr. Sérgio Luís dos Santos, Professor Pós-PhD em Antropologia.

O SR. SÉRGIO LUÍS DOS SANTOS - Sr. Presidente, gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui e a sua iniciativa nesta audiência pública.

A título de informação, quero deixar muito claro que depois de 8 anos de prática de Capoeira, apaixonado pela modalidade, já que fui para o mundo acadêmico, não a deixei em função disso.

Naquele momento, a Capoeira estava no pugilismo. Isso era considerado ilegítimo. Fizemos um movimento nacional. Constituímos uma entidade nacional específica de capoeira, buscamos a legitimidade, aquilo que estava sendo feito, resgatando a obra da Capoeira Angola, da Capoeira regional. Conseguimos ampliar o número de federações estaduais e ampliar significativamente o número de ligas municipais regionais. Conseguimos a homologação no Superior Tribunal de Justiça Desportiva da Capoeira pela Comissão de Igualdade Racial da OAB. Conseguimos inserir a Capoeira como modalidade dentro do Comitê Olímpico Brasileiro. Passamos a estudar legislações em outros países para a fundação de outras federações nacionais... Perdão, estudando e implantando federações nacionais, que estão entrando nos seus Comitês Olímpicos. Estamos dando continuidade a isso. Não vamos parar. Vamos ampliar cada vez mais. Entendemos que é o nosso direito. Embora odiado por muitos, também amado por outros, talvez nem tanto, mas o que nos interessa é apenas a simpatia daqueles que participam do sistema esportivo.

Em relação ao Conselho Federal de Educação Física — CONFEF, já há um “predisposto” que ele não fiscaliza a capoeira, por decisões judiciais reiteradas. Mas eu quero lembrar a todos aqui que a capoeira teve três reconhecimentos como esporte pelo CND — Conselho Nacional de Desportos, e pelo CNE — Conselho



Nacional do Esporte e hoje ela é, por lei federal, reconhecida como desporto pelo Estatuto da Igualdade Racial.

O que nós temos que fazer? Nós temos aí um acervo. Temos que correr atrás disso. Encaminhamos toda uma pesquisa que resultou no registro da capoeira como patrimônio cultural imaterial do povo brasileiro.

Esse é dos legados que a Federação Internacional de Capoeira — FICA e o Sistema Desportivo pela Confederação Brasileira de Capoeira teve ao longo desses anos.

Quero agradecer pela oportunidade e também pedir desculpas porque preciso sair mais cedo em função do meu voo.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, para propor a criação de um grupo de trabalho, um GT, que venha a estudar isso, porque comungando das mesmas palavra do Mestre Gersonilto, eu creio que é necessário juntarmos um GT com todos aqueles que participam do sistema e aqueles que não participam para amadurecermos esse processo.

Então eu comungo em não fazer as coisas com pressa, mas com coerência e legitimidade. A proposta que deixamos aqui é a de um GT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Prof. Sérgio.

Vamos agora ao Mestre Balão para as suas considerações finais.

O SR. MESTRE BALÃO - Sr. Deputado, de novo, vamos agradecer. Achei superproveitoso. O Mestre Veinho estava aqui do lado e falou para mim: “*Não vai dar em nada isso*” — me perguntou e ao mesmo tempo afirmou. Eu acho que está dando. Eu posso ser muito otimista, eu tenho essa versão muito otimista. E cada vez mais estamos construindo valores.

Então vou...um pouco para Marcelo, André, desculpe-me. A gente se viu até em (*ininteligível*), você falou do Mestre (*ininteligível*), muito bacana. Mas acho que você está fazendo o seu papel como advogado, mas acho que você está equivocado em alguns pontos. Falando de uma maneira bem suave, eu acho que não têm embates. Eu aprendi dentro da capoeira que o capoeirista não vai para embate direto. A gente não vai. Todo capoeirista que for para embate direto na luta ele sobra.



Então a minha postura não é de embate direto, mas eu acho que vocês estão equivocados. A sua fala está equivocada em alguns pontos.

Primeiro, você falou que tem uma ideia única aqui. Não tem uma ideia única. A maioria das pessoas que está aqui tem a ideia realmente mais contundente, e uma ideia que afirma realmente os valores da capoeira diante da sua pluralidade. A ideia de vocês pode ter até um pouco disso, mas não é isso.

Então foi muito claro na fala do Prof. Sérgio no final, e na sua fala também. Então a gente não tem ideia única. A ideia do Paulo é muito parecida com a minha, muito parecida com a do Mestre Kibe, muito parecida com a do Mestre Paulo, e Mestre Duda. Então a ideia é diferente mesmo.

Óbvio que vocês têm os seus princípios, e você como advogado vai seguir isso e vender o seu peixe diante do que está havendo aqui dentro do Congresso. Mas, definitivamente, são ideias diferentes, são distintas. E eu acredito muito mais na da gente do que na de vocês, muito mais. O mundo da capoeira mostrou isso, e esse plenário mostrou isso aqui.

Outra coisa é as pessoas falam sobre...você citou um pouco sobre desorganização. Não existe isso. Não existe desorganização. Fred Abreu, se você conhece... Tudo bem.

Diante de conceitos que são impostos, mas o que acontece a gente tem que ver que é orgânico e o que acontece, a prática. Não adianta colocar uma coisa dentro de um conceito fechado para se concretizar e não concretizar na prática. Temos que ser bem objetivo nisso, o que nós fazemos na prática. Então, Fred Abreu falava, desde a década de 90, as pessoas falavam que a capoeira é desorganizada, ouviu André? O Fred Abreu foi um grande historiador.

Eu tenho orgulho em dizer, sempre falo, que tive dois homens na minha vida: o meu pai, que foi um grande educador de Salvador, pupilo de Anísio Teixeira, e Fred Abreu, que foi o meu grande mentor na capoeira.

Fred Abreu foi uma pessoa fenomenal. Ele falava que a capoeira não é desorganizada. Simplesmente, a organização dela é descentralizada. Essa, de repente, é a questão que vocês não estão entendendo ou entendem e estão a fim de irem por outro caminho, porque vocês querem vender realmente — entendam —



uma ideia que para vocês é vantajosa. Para mim não é vantajosa, de jeito nenhum, e, acho, que para a maioria que está aqui.

O André citou muito bem, eu falo para você que concordo plenamente com sua explanação — o rapaz saiu — porque foi muito mais abrangente, voltada para o lado cultural. Por isso, eu disse que gostei muito, porque, pelo menos, mostra a visão de quem está trabalhando no Ministério do Esporte diante da capoeira, a pluralidade dela e a vertente que nós não falamos aqui, mas, para mim, é um eixo também muito forte, hoje em dia, onde nós realmente vivemos de capoeira, através da educação. Nós não citamos a educação.

Então, hoje em dia, nós ganhamos dinheiro através da educação, dentro de escolas particulares ou, então, dentro de projetos sociais onde existem políticas públicas que não precisam ter o seu CNPJ. Existem políticas públicas, sim, André, hoje em dia, para isso.

As academias não são mais fechadas, porque, em 2008, nós conseguimos ser legitimados como patrimônio imaterial da cultura brasileira. O CONFEF/CREF queria isso. Nós deixamos isso de lado.

Em cima disso, você colocou e o Vereador Luiz Carlos também colocou. Todo mundo pode falar. Realmente pode. Eu acho que é aquele famoso ditado: *“quem tem boca fala o que quer”*. Vocês estão contribuindo.

Na primeira reunião, eu não senti o Deputado Márcio Marinho de forma contundente. Eu estou sendo bem honesto, como o mestre Doró está sendo aqui. Eu estou sendo bem limpo e honesto.

Eu não senti qual era a linha de trabalho que V.Exa. ia dar diante dessa proposta da capoeira que nós estamos discutindo. Eu não senti naquela reunião. Estou sendo bem honesto com V.Exa.

Agora eu estou vendo, cada vez mais, as coisas clareando. Eu acho que foi por isso que houve esses questionamentos diante da figura de V.Exa. e várias coisas no WhatsApp em relação a isso, principalmente grupos de WhatsApp.

Mas eu acho que essa proposta que V.Exa. trouxe está esclarecendo tudo em relação a como as coisas estão caminhando. Agora, é muito difícil dizer quando é que vai acontecer e o que vai acontecer, porque a capoeira tem muitas vertentes de trabalho.



Então, para se abranger essas vertentes de trabalho, e nós estamos falando de Brasil, nós vamos falar de Capital e interior onde existem mestres que realmente não têm CNPJ. São muitos e, às vezes, até acreditavam muito em federações e em confederações, mas isso foi se desgastando com o tempo e eles também não sabem, estão fazendo por conta própria.

Porém, representatividade é quem está dentro. Isso é incontestável. É para quem tem conhecimento de causa. Eu tenho um pouco de conhecimento de causa. Eu tenho 31 anos de capoeira. Eu trabalho. Eu sou empreendedor... Falaram para eu não dizer que sou empresário, não é Paulo? Eu sou empresário da capoeira, sim, eu faço eventos internacionais, eu trabalho dentro dessa versão, não só em eventos internacionais, com várias outras vertentes dentro do grupo.

O nosso grupo tem toda uma organização, em que existe anuidade, fundo social, conselho de mestre. Sim, existe isso.

Então, realmente, os senhores, como o Vereador Luiz Carlos falou, têm que colher as informações, como estão fazendo. Eu agradeço muito por isso, porque sou profissional disso. Eu amo a capoeira.

Eu sou engenheiro civil. Larguei a engenharia civil para trabalhar com capoeira mesmo e trabalho há muitos anos. Sou muito grato à capoeira, porque eu tive uma educação formal dentro da minha casa, mas também tive uma educação atrelada à capoeira muito forte na rua.

Obrigado. Obrigado a todos. Parabéns de novo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Mestre Balão.

Antes de passar a palavra ao Sr. Paulo e antes de terminar, eu queria fazer aqui algumas considerações, porque, depois que o Sr. Paulo falar, todos podem levantar-se e ir embora, e eu fico sem fazer a minha fala.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - É, é verdade, mas esta Casa nos ensina muita coisa. É verdade.

Deixa-me, então, eu fazer um esclarecimento aqui. Algumas falas de alguns mestres deixaram transparecer que nós tínhamos alguma conversa feita com a federação, pelo menos eu, como Parlamentar, não como Presidente da Comissão do Esporte — são duas figuras, o Parlamentar e o Presidente da Comissão do



Esporte. Talvez vocês não compreendam isso, mas aqui nós temos essa postura, porque eu sou Presidente de uma Comissão. Eu nunca sentei com federação nenhuma. Eu não tenho nenhum compromisso com federação, nem com confederação. O meu compromisso é com a capoeira.

Este evento que nós estamos fazendo aqui, Mestre Rai, é justamente para captar de cada um de vocês qual é o sentimento em relação a essas propostas que são colocadas aqui.

Nenhuma delas, Mestre Duda, foi posta por mim, não, como o outro Mestre aqui de Brasília falou, até nos chamando de nazistas. Não é bem assim.

Esta Casa tem Parlamentares, e nela se constroem leis. Nenhum Parlamentar pode ditar a outro Parlamentar o que ele deve ou não fazer. Pode ser que quem fez essas leis, não estou dizendo que isto aconteceu, tenha ouvido algum segmento que o inspirou a dar entrada em um projeto de lei nesta Casa.

A nossa obrigação aqui como responsáveis, ou melhor, como preocupados com a capoeira, é ir em busca desses projetos, para não deixá-los percorrer aqui, como outros projetos, e até serem aprovados do jeito que nasceram. Temos a preocupação de trazer para nós o relatório, ou de ser o Relator dessas propostas, justamente para não deixá-las passar e ouvir cada um dos senhores. Esta Casa, se não ouve os segmentos, faz uma injustiça muito grande.

É justamente por não querer que isso aconteça que nós estamos trazendo os senhores para este debate, para ouvi-los: vocês são favoráveis à “esportivização”? Não. São favoráveis à profissionalização? Não. Eu preciso ouvir vocês — eu preciso ouvir vocês.

Eu acho que é muito ruim desgastar a imagem de uma pessoa sem saber o posicionamento dela, antes de ouvi-la. Eu acho que isso não ajuda, até porque esses projetos todos passam por aqui para ser aprovados. É evidente que eu tenho o pé no chão e a tranquilidade de ouvir segmentos, tanto é que estou aqui, ouvindo cada um de vocês. Eu acho injusto ouvir um lado e não ouvir o outro lado. Todos têm um posicionamento.

Eu aqui já fui convencido, desde que conversei com o Mestre Balão, com o Mestre Kibe, de que o PL nº 31, de 2009, é uma excrecência, e nós vamos votar contra ele, tanto é que estou atrás dele, justamente para isso. *(Palmas.)*



Eu acho que o que nós estamos fazendo aqui é o que tem que ser feito. Não há nenhuma definição. O que nós estamos fazendo é ouvir os senhores para, a partir daí, junto com a consultoria da Casa, junto com o meu gabinete, com a minha assessoria, ver o que nós poderemos fazer para que se possa atender a capoeira.

Como aqui foi posto pelo Doutor, eu sou evangélico mesmo, e não abro mão disso em hipótese alguma. Mas quero dizer para o senhor que quem mais aqui dentro desta Casa trabalha com o objetivo de valorização da capoeira é este Deputado que vos fala. O Mestre Chocolate sabe disso.

Há uma lei com a qual nós estamos instituindo o Dia da Capoeira, proposta por mim; a Frente da Capoeira, proposta por mim. Então, eu não sou inimigo da capoeira, eu sou um parceiro da capoeira. O que eu puder fazer dentro do que a lei permite, do que a legalidade permite, eu farei para que ela se mantenha viva. Eu sou um parceiro de vocês até debaixo d'água.

Agora, volto a falar, eu não tenho nenhum acordo nem com a CREF — Conselho Regional de Educação Física nem com a CONFEF — Conselho Federal de Educação Física. O meu acordo aqui é com a cultura, é com a capoeira. Vocês que trabalham com a capoeira, a luta de vocês é para a manutenção dela, Mestre Balão. Eu estou junto com vocês.

Agora, eu também posso dizer para vocês que tem que se tomar alguns cuidados quando se fala dos Parlamentares, até porque tudo passa nesta Casa. Este é o ambiente da discussão, é o ambiente da conversa. Então, vamos conversar, como estamos fazendo aqui, mas com alto nível, não chamando Parlamentar de nazista. Qualquer Parlamentar chega a esta Casa com muita luta. Assim como vocês sobrevivem, da mesma forma, nós chegamos aqui. Estou no terceiro mandato.

Então, me considerem um parceiro de vocês. Por isso, estou aqui, trazendo para mim todas as propostas que possam prejudicar a capoeira, para vocês terem a tranquilidade de quem está com esse projeto na mão não vai fazer nenhum tipo de relatoria da cabeça dele. Ele vai ouvir os senhores. O que sair, não vai sair de mim, vai sair da cabeça de cada um de vocês para que possamos manter a nossa capoeira como a cultura do nosso País.



Quero fazer essa ressalva porque eu não tenho acordo com ninguém, Mestre, com ninguém. O meu acordo é com a capoeira. Quem defende a capoeira está comigo e quem defende a capoeira certamente terá espaço nesta Casa sempre, para dialogar conosco.

Quero fazer essa ressalva porque, em algumas falas, ficou de forma intrínseca que nós temos acordo, combinação ou conversa com Federação de Capoeira. Pelo contrário, no dia que falaram que estavam desmobilizando o evento no Rio de Janeiro eu falei: *“se a Bahia não está, se a Paraíba não está, se outro lugar não está, eu também não estarei lá. Vou lá fazer o que? Discutir uma coisa que ainda não tem pelo menos próximo dos mestres de capoeira? Eu não vou lá!”*

Aqui é o foro permanente para discutirmos o que vocês querem. Não o que o Márcio Marinho quer, nem o que a Comissão do Esporte quer, mas o que o segmento quer. E o que o segmento quer? Quer o que está aqui na fala de cada um de vocês agora.

Tanto é que nós temos um relatório prévio, a Consultoria sabe, mas esse relatório não foi para ninguém e não vai, até eu me sentir seguro do que eu vou apresentar. Para fazer isso eu teria que ouvir cada um de vocês. Podem ter certeza, como está comigo, eu tenho tempo para fazer isso.

Com a Frente Parlamentar que nós vamos dar entrada, nós vamos rodar o País para ouvir Rio de Janeiro, Paraíba, Sergipe, vamos ouvir Maranhão, vamos em todos os lugares para podermos fazer uma coisa, Mestre Balão, que realmente esteja perto do que todos vocês querem. Podem ter certeza disso.

O SR. MESTRE DORÓ - *(Inaudível.)* Só para o senhor entender. Não sei como as coisas chegam para o senhor, mas o que o senhor se refere à desgaste político, pelo menos por parte do meu coletivo e da minha parte pessoal, foi feito aqui. Eu não interpreto isso como desgaste político. Interpreto isso de maneira muito franca, como uma sugestão de como deve ser composto isso.

Então, quando saiu a lista da Mesa, todas as pessoas foram para cima. Nosso coletivo elaborou uma crítica a essa Mesa por entender que quem deveria compor essa Mesa majoritariamente — não desqualifiquei a presença de ninguém que está na Mesa —, mas eu disse que hierarquicamente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Não foi essa a compreensão. Eu entendi.

O SR. MESTRE DORÓ - Ou seja, do coletivo nem da minha parte partiu ataque nenhum nem desgaste para sua imagem. Entendeu? Só para esclarecer isso também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho)- Mas não foi isso. Não foi essa a minha compreensão.

A minha questão foi a do desgaste do não posicionamento do PL nº 31.

O SR. MESTRE DORÓ - Houve essa crítica também, mas essa crítica surgiu em função de uma exigência que estava sendo feita dos Parlamentares ligados ao PL 31 houve essa crítica também. Mas essa crítica surgiu em função de uma exigência que estava sendo feita dos Parlamentares ligados ao PL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Pois é. Justamente, era essa a ponderação que eu queria falar.

(Não identificado) - E o vídeo do senhor também que foi exibido na audiência, em Salvador. Então, foi um conjunto de coisas.

(Não identificado) - *(Fora do microfone.)* No vídeo, toda a plenária escutou que o senhor estava aberto a conversar com confederações, federações e associações. E aí todo mundo ficou olhando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Mas não é o que estamos fazendo aqui? É o que nós estamos fazendo aqui.

O SR. MESTRE DORÓ - Mas a crítica está mantida à proposição de como o Estado está dialogando com a comunidade. A crítica está mantida e eu sustento a crítica. Eu acho que a Mesa, hierarquicamente, deve ser composta por segmentos da cultura tradicional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Veja, eu não tiro a sua razão.

O SR. MESTRE DORÓ - E isso não foi, inclusive, uma crítica; foi uma sugestão que eu trouxe para cá como representante do Coletivo de Militância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Mestre, eu não tiro a sua razão. Da próxima vez que fizermos outra, vamos procurar...

O SR. MESTRE DORÓ - Os mestres tradicionais.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Os mestres e vamos equacionar. Agora, veja, o que nós falamos no nosso vídeo foi justamente o que estamos propondo aqui. Nós precisamos ouvir todas as pessoas. Esta é a Casa da democracia, é a Casa do debate. É o que nós estamos aqui colocando para os senhores.

Com a palavra o Mestre Kibe. Depois vou passar para o Paulo.

O SR. ANDRÉ GALVÃO - Sr. Presidente, permita-me 30 segundos só para fazer uma reflexão aqui para a Plenária, respondendo ao Mestre Balão. Ele nos desafiou, no bom sentido, e o contraditório é bem vindo, Mestre Balão, nós nos conhecemos de rodas, inclusive, estivemos lá no Itapuã juntos. Inclusive, eu sou capoeirista e falo agora como capoeirista, não como advogado. Mas, como observador do mundo da capoeira há 10 anos — e venho sendo protagonista na área técnica legislativa dessa vertente capoeira desportiva —, eu vou colocar aqui e desafio cada um a fazer uma reflexão pessoal sobre o protagonismo do sistema confederativo e da Confederação Brasileira de Capoeira nos últimos 10 anos. E cada um de per si deve refletir se é contra ou não às propostas que nós não só encaminhamos, como trabalhamos, militamos, tentamos e algumas fizemos aprovar. Eu vou dizer: alguém aqui se manifesta contra o protagonismo da Confederação Brasileira de Capoeira quando nós fizemos um substantivo apresentado pela Deputada Alice Portugal, que à época era do PCdoB, e nós tínhamos o apoio do PCdoB, que estava no Ministério do Esporte? Nós buscamos esse apoio e retiramos da competência do CONFEF/CREF a regulamentação das atividades de capoeira, junto com a ioga e junto com a dança.

(Não identificado) - Isso aí não foi manifesto de você, não.

O SR. ANDRÉ GALVÃO - Calma! Calma! Se nós fomos os protagonistas e defendemos isso, alguém que seja contrário a esse protagonismo tem ideia diferente da nossa. A nossa está aqui, estampada, e nós defendemos isso.

Segundo, fomos ao Comitê Olímpico Brasileiro fazer com que a Confederação Brasileira de Capoeira, na época do Pan-Americano, fosse reconhecida como desporto de criação nacional. Recebemos da autoridade olímpica, do COB, a seguinte observação: *“A capoeira não se definiu ainda se é cultura, se é esporte, se é música, se é educação, se é história. Quando vocês me mostrarem uma legislação*



federal dizendo o que vocês são, vocês venham me procurar. Caso contrário, apareçam mais no COB". Dois anos depois, o nosso nome, Confederação Brasileira de Capoeira, estava lá no muro do Comitê Olímpico Brasileiro. Fomos lá e conversamos... Olha, ninguém me falou, não. Eu estive lá com o André Richer e com o Nuzman. Estive lá. Aliás, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR teve que usar o espaço que a federação conseguiu no COB.

Tivemos o protagonismo no IPHAN — o pessoal da FICA falou —, para o reconhecimento da capoeira como patrimônio material. Tivemos agora, no Estatuto da Igualdade Racial... Não sei se vocês sabem, mas nós, perante a SEPPIR, fomos os quirografários do artigo que, na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, saiu para o Estatuto da Igualdade Racial. E lá, no Estatuto da Igualdade Racial, para que todos tenham ideia, não a vertente esportiva, não. Nós, como capoeiristas, fizemos quatro anteprojetos de lei, quatro: no esporte, na cultura, na educação. Nenhum deles passou, mas eles não sabiam que nós estávamos lá, na Igualdade Racial, porque as comissões de mérito não faziam passar os nossos anteprojetos. Ficamos 4 anos. O COB mandava retirar o nosso projeto da Comissão do Esporte. Mas nós estávamos no outro lado e aprovamos. Aí o Estatuto da Igualdade Racial trouxe a vertente que nós protagonizamos. A redação nós protagonizamos. Ninguém me falou. Eu fui com o Dr. Benedito Cintra lá para redigir. Eu quero saber se vocês são contra, ou não, o nosso protagonismo. Lá tem igualdade racial, inclusão social, reconhecimento da identidade nacional, educação, professores. Lá está escrito no artigo que os capoeiristas podem dar aula em estabelecimentos públicos e privados de ensino médio e superior. Nós colocamos isso na lei. É educação. Não só é só a vertente esportiva. Está lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Dr. André, para concluir.

O SR. ANDRÉ GALVÃO - Políticas públicas, cultura, igualdade racial, exatamente porque está na lei da igualdade racial . Então, as vertentes, não só desportivas, estão lá no artigo. E nós defendemos que não precisa de regulamentação. É autoaplicável. Autoaplicável. Os Ministérios têm que pegar a lei que foi aprovada e através de portaria, criar rubricas, e os capoeiristas têm que batalhar orçamento para que as rubricas sejam feitas.



Então, em resumo, Mestre Balão, só falando para você que as nossas ideias não são contrárias. Não só elas não são contrárias, como nós concretizamos as políticas que nós pensamos em fazer, e escrevemos em lei. Se algum for contra qualquer um desse protagonismo aqui, reflita pessoalmente e nos diga, a Confederação está aberta a todas as opiniões. Então, algum desse protagonismo aqui é nosso, e não é porque nós quisemos fazer, é porque vocês, da capoeira, estavam conosco quando nós pedimos, e nós não fomos contra nenhuma vertente.

Obrigado.

O SR. MESTRE MARUJO - O famigerado 031 surgiu da ACBC.

O SR. ANDRÉ GALVÃO - Mentira. Não surgiu.

O SR. MESTRE MARUJO - O Sérgio fala isso. Cadê o Sérgio? Chama o Sérgio.

O SR. ANDRÉ GALVÃO - Não surgiu. É outra coisa. *(Ininteligível)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Vamos dar aqui a palavra ao Paulo, senão nós não vamos chegar a lugar nenhum. O Mestre Kibe tinha aqui pedido.

O SR. PAULO ANDRADE MAGALHÃES FILHO- Excelência, com todo respeito, peço vênia máxima, pela ordem, me perdoe. Eu estou aqui sendo um dos seus admiradores. Com todo o respeito que eu estou tendo pelo senhor. Mestre Marujo, agora, não estou representando o Mestre Pança, que está acamado, presidente da Federação de Capoeira do Estado de Goiás. Eu, Mestre Marujo, 40 anos de capoeira, lhe peço, o senhor faça uma lei, mas, por favor, dê direito trabalhista e dê direito previdenciário a quem trabalha com capoeira para que não morram à míngua, como muitos mestres do passado. Eu lhe apóio. E que Deus lhe abençoe. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Mestre Kibe.

O SR. MESTRE KIBE - Sr. Deputado, eu quero dizer ao senhor que nós temos na Bahia um GT , que estamos construindo um congresso baiano, com um indicativo para um congresso nacional, e a maioria dos mestres que estão presentes aqui participam desse GT. E outra coisa que eu quero dizer ao senhor aqui: pelo andar da carruagem, — eu estou falando a linguagem do capoeirista — talvez esse PL 31 não chegue às suas mãos, porque eu acho que já vai ser enterrado lá pelo



Senado mesmo, já vai ser menos trabalho para o senhor, porque a capoeira mesmo se encarrega de dar o troco a quem atenta contra ela. E eu acredito na capoeira. Agradeço, e posso dizer ao senhor que o que for de bom para a capoeira, pode contar com meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Mestre. Mestre.

O SR. SERGIO LUIS DOS SANTOS - Deputado, o PL 31 não vai vir para cá, eu estava lá com o Senador Paim, e ele vai rejeitar. Eu só quero reafirmar a 050, de 2007 e a 2.858, que tem o mesmo teor prejudicial à gente; e a gente está muito preocupado com isso, pode passar outro. Agora, eu vou deixar para conversar, o Sr. André Galvão, eu o admiro, eu acredito nele, mas a psicologia me ensinou sobre os processos projetivos. Eu vi o mestre falar sobre a rasteira da rasteira. O mestre disse sobre o que está acostumado a fazer a lei, e estava aqui dentro. Dentro da lei está escrito CBC. Só serão beneficiados por essa lei aqueles que tiverem...sobre...

(Não identificado) (*Intervenção fora do microfone*) - A primeira versão do projeto.

O SR. SERGIO LUIS DOS SANTOS - A primeira versão. Calma, calma lá, a gente pede licença. A primeira versão tinha isso. André, eu acredito em você. Já falei isso.

(Não identificado) - Deputado, 7.150/2002.

O SR. SERGIO LUIS DOS SANTOS - Eu conheço também bastante de psicologia e eu conheço sobre processos projetivos. Eu acabei de ver o processo projetivo ali. O senhor, por ser do CBC, e por ser do CBC, eu não conheço ainda o senhor, está mestre, mas está bem claro para mim. Então, a primeira, que era a 7.150, tinha isso no parágrafo. Aí, falam: "Não, agora está tudo certo, está tudo bem. Agora, a 31 está tudo bem". Aí você pega lá e lê a Justificativa da 31, que você vai ver justamente esses termos na Justificativa: "Para efeitos desta lei o capoeirista tem que ser vinculado à Confederação Brasileira." Então, só tiraram do troço e esconderam a navalha ali. Poxa, não somos bobos!

Eu só gostaria de deixar isso bem claro e atentar, Sr. Deputado, para o seguinte: está na Casa aqui e no Senado não vai passar. Eu estive agora com o Senador Paulo Paim e ele disse: "*Nós vamos rejeitar isso*". Conversei também com a Senadora Lídice da Mata, que disse: "*Está rejeitado. Não vem para cá, uma vez*



arquivado lá". Graças a Deus, essa morreu. Só que há os Projetos de Lei nº 50/07 e 2.858/08, com o mesmo teor.

(Não identificado) - Sr. Deputado, só fechar aqui, eu só quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Vamos organizar, porque o Mestre Rai pediu.

O SR. MESTRE RAIMUNDO CARNEIRO - Não, o Mestre Raimundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - O Mestre Soldado pediu, e o Paulo já está aqui, com o microfone na mão, ávido por fazer a sua exposição também. Vamos então pela ordem e por idade. Cinquenta anos de mestre. Mestre Rai.

O SR. MESTRE RAIMUNDO CARNEIRO - Obrigado. Eu quero externar a minha alegria por estar participando de um debate como este e quero também agradecer ao Deputado Márcio Marinho e ao Vereador Luiz Carlos a montagem dessa estrutura para nos atender. Eu tenho consciência plena de que, com um debate democrático como este, V.Exa. tem boas intenções. Não estou rasgando seda, porque isso não é do meu feito. O meu mestre sempre me ensinou: "*Raimundo, trilha na verdade, mesmo que doa e que você sinta dor*". Inclusive, isso é bíblico.

Eu quero agradecer à Mesa, que foi bastante seletiva e com potencial muito bom, muito agradável.

Perdoem-me o afã, é que eu amo a capoeira e aprendi a amá-la com o meu mestre. Eu tinha o meu mestre como o meu pai; ele era o meu pai. O meu pai biológico era semianalfabeto e tinha suas limitações. O meu mestre tinha um nível que tornou possível me passar muitas coisas, inclusive a essência da vida.

A capoeira, a roda da capoeira é a roda da vida e nos ensina muita coisa. O que eu passo a V.Exa., para que possa refletir, é que a capoeira é cheia de camuflagem. Há nuances da fala com as quais devemos ter cuidado. Da mesma forma, na roda: há nuances no jogo da capoeira com as quais temos que ter cuidado. A gente só desarma da roda, do jogo da capoeira, quando sai da roda, quando tira o segundo pé da roda. Enquanto nós estamos na roda, não podemos nos distrair, porque a distração é nossa inimiga.



Então, peço a V.Exa. um carinho especial pela nossa capoeira. Muitos morreram por ela, inclusive meu mestre. Ele viveu para a capoeira. Embora não tenha precisado da capoeira, a capoeira precisou dele. Muita gente, Deputado, está querendo se aproveitar da capoeira. Eu digo até, e não de maneira pejorativa, que são os cartolas. É igual ao futebol: existem os jogadores, os técnicos, mas existem os cartolas. São eles que ganham dinheiro e fama. Temos que ter cuidado com isso, porque teve sangue vertido por causa dessa nobre arte.

Quero agradecer a V.Exa. a iniciativa, mais uma vez. V.Exa. tem o meu apoio e a minha confiança também. Eu fiquei com “x9” nessa caminhada. Eu apanhei muito, mas eu sabia com quem estava lidando. Também foi perfeito, porque V.Exa. só soube o que estava acontecendo na capoeira através da exteriorização de nossa indignação. Foi perfeito para mim o lado que eu escolhi. Eu tomei tapa na cara, muita bênção e muita armada. Mas eu estou satisfeito, porque foi cumprido o objetivo.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Mestre Rai, pelas palavras, sempre muito positivas. Eu compreendi a mensagem que o Mestre nos passou nesta tarde.

Com a palavra, Mestre Balão. Antes, eu gostaria de pedir a vocês que a fala fosse breve, porque abriu o processo de votação no Plenário e tenho que ir votar.

O SR. MESTRE BALÃO - São só duas perguntas. Infelizmente o André saiu, Mestre, mas foi muito bacana o que ele colocou sobre onde vocês penetraram e o que vocês executaram. Entretanto, há uma coisa que não fecha — não estou dizendo que vocês não fizeram isso, pelo amor de Deus! É o seguinte: por que vocês não têm legitimidade diante dessas instituições em relação às quais vocês se posicionaram e conseguiram projetar ideias? Eu não entendo. Esta é a primeira pergunta à CBC. A segunda pergunta é a seguinte: por que vocês não têm legitimidade conosco, que é o mais importante, diante disso tudo que fizeram?

(Não identificado) - Na verdade, a pergunta seria: por que o percentual de legitimidade é tão baixo?

O SR. MESTRE BALÃO - Exato. Então, é em relação a isso que o Mestre falou, e é uma reflexão para vocês. Eu fui claro aqui também com o Professor



Sérgio, para vocês verem o que estão fazendo de certo e de errado, porque até agora o negócio não “pegou”. É só isso mesmo que eu quero falar. Ele colocou muitas coisas bacanas, mas algumas coisas não fecham.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Mestre Balão.
(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - O senhor poderia usar o microfone, por gentileza?

O SR. MESTRE BALÃO - V.Exa. vai correr o Brasil para ouvir o coletivo, então que não convoque só instituições, mas também os mestres para ouvir um coletivo de capoeira que vivencia o dia a dia da inclusão social, a parte educativa, cultural, até mesmo o pessoal que pratica esporte. Incluir pessoas que tenham peso dentro da capoeira vai dar a V.Exa. um apoio muito maior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Mestre.

Com a palavra, Mestre Paulão.

O SR. MESTRE PAULÃO - Eu só queria dizer da nossa alegria de estar aqui participando desta audiência pública. Nós temos acompanhado há muito tempo os processos que tramitam nesta Casa. Eu “cheguei” um pouco pesado, eu sei; isso faz parte da minha personalidade. Eu, cidadão nascido na favela, quero ser considerado pelo som do meu tambor, como diz o Mestre Toni Vargas.

A capoeira me proporcionou, inclusive, ser funcionário público de carreira, porque foi o que me incentivou a ir aos presídios trabalhar como agente penitenciário, para tentar mudar através da capoeira. Eu entrei lá como capoeirista e me tornei agente para tentar mudar a vida do preso. Eu entendi que a capoeira aqui fora precisa contribuir muito mais para que aquelas pessoas não entrem lá — principalmente os 99% da população afrodescendente deste País. Entendemos que a capoeira, através do ensinamento dos seus verdadeiros mestres, pode contribuir muito. Engessá-la é para nós uma temeridade, por isso viemos aqui e estamos muito contundentes em nossa fala, porque nossa luta nesse segmento é muito antiga, apesar de eu ter apenas 50 anos de idade.

Eu quero parabenizá-lo por esta oportunidade..., sua fala foi importante aqui ao ter um posicionamento político em relação a esse processo. Vou falar o que eu



falei para o Vinicius Wu, Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura: *“Foi lindo, foi maravilhoso, nós vamos continuar cobrando, fiscalizando, porque o papel do Parlamento é fiscalizar o Executivo e o do cidadão fiscalizar o Legislativo”*.

Muito obrigado. Uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Paulão.

Agora, vamos passar a palavra ao Paulo, que estava aqui esperando. Desculpe-me, Paulo, mas ainda tem o soldado ali para falar. Peço que aguarde só 1 minuto, Paulo.

O SR. NEUBER LEITE COSTA - Eu vou ser rápido. Eu não consegui fazer a inscrição, cheguei já havia começado, mas creio que os camaradas que estão aqui me representaram bem, a partir do que nós já discutimos há algum tempo.

São três pontos. Eu queria me colocar aqui à disposição para ajudar esta Casa a entender melhor o processo que está na pauta. Nós temos um acúmulo científico sobre a questão do trabalho da capoeira e sobre a sua regulamentação e profissionalização. Eu queria me colocar à disposição para ajudar a Casa nesse sentido. Nós estamos agora fazendo uma pesquisa através da UNEB — Universidade do Estado da Bahia — sobre como o trabalhador da capoeira se insere no campo de trabalho, porque, para nós entendermos esse processo, é preciso que nós o compreendamos. Não dá para quereremos regulamentar, profissionalizar a capoeira sem entender como é que esse trabalhador atua na sociedade.

Outro ponto que quero abordar é que o protagonismo que envolve todas as demandas da capoeira sempre envolveu também a comunidade. Então, o protagonismo não é só das instituições, mas é principalmente da comunidade da capoeira.

Outro ponto é que a capoeira já contribuiu muito com o Estado, e o Estado precisa também contribuir com a capoeira. Então, se há uma lei em que a demanda da comunidade não está sendo atendida, não é a comunidade que tem se adequar à lei, e, sim, a lei que tem que se adequar a comunidade.

Parabenizo e saúdo a todos, em especial a Mesa pela iniciativa. Estamos aqui para poder contribuir.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, soldado, pelas palavras. Isso será importante. Certamente, a nossa Comissão fará contato com o senhor.

Agora sim, Paulo, tem o senhor a palavra.

O SR. PAULO ANDRADE MAGALHÃES FILHO - Na verdade, parte do que eu tinha para já foi colocado, fui muito bem representado pelos mestres que estavam aqui. Teve um camarada angoleiro que fez uma provocação mais cedo em relação ao conceito de esporte, aos conceitos com que nós estamos trabalhando. Eu estava pensando muito nisso. Eu acho que havia um certo equívoco por parte de alguns setores, quando se fala de esporte como apenas de competição, esporte de alto rendimento. Eu não sou desse campo, tem pessoas desse campo aqui, mas eu sei que é um conceito muito mais amplo de esporte. Eu fui muito bem representado. Quero parabenizar aqui a representante aqui do Ministério, a Sra. Andréa, que falou ser verdadeira a necessidade de institucionalização para acessar as políticas de esporte. Então, eu acredito nisso.

Se é possível nós entendermos a capoeira como uma prática corporal, como esporte, tal como já acontece tradicionalmente, então poderia haver um apoio do Ministério do Esporte à prática capoeira tal como ela se dá no gueto, nas favelas, nas escolas, nas academias, nos grupos, nas associações de capoeira através dos mestres, contramestres e professores formados da maneira tradicional, sem necessidade de passar pela academia e nem estar vinculada a nenhuma instituição. Então, a gente pode avançar nesse sentido. Eu acho que nós podemos até aprofundar no diálogo da capoeira com Ministério do Esporte e com a Comissão do Esporte na Câmara, no sentido de pensar uma política de apoio à capoeira com o recurso do esporte sem alterar a dinâmica da capoeira tal como ela é, tal como ela se dá. Como o mestre Soldado falou muito bem agora. Na verdade, a capoeira tem centena de anos, e as legislações e as entidades têm poucas décadas. Então, são as entidades e as legislações que têm se adaptar à capoeira e não o contrário. Nós não podemos fazer como o leito de Procusto. Se a pessoa é grande e tem uma cama pequena, nós não vamos cortar a perna dela para que caiba no colchão; tem que comprar uma cama maior. Então, é assim que temos que adaptar.



É uma pena que o Prof. Sérgio tenha saído. Eu estava esperando chegar a minha vez. Ele estava falando algumas coisas em relação à fala dos mestres antigos, à fala da ABCA, em relação ao esporte, à competição, etc.

Primeiro, temos que entender esse conceito de esporte desses mestres. O Mestre Pastinha falava do Centro Esportivo de Capoeira Angola, outros mestres falavam dessa palavra esporte, mas nenhum deles estabeleceu nenhum tipo de padronização, de normatização, de competição, no sentido de haver regras, campeonatos, etc. Era uma outra concepção de esporte. Nessa concepção, nós podemos avançar, entendendo a cultura tal como ela se manifesta já de forma tradicional.

Quando nós começamos a fazer esse debate do PL 3.109, desconstruindo o finado SNUC, esses mestres que estão aqui nessa fileira tiveram um papel muito importante. Nesse processo, em todo o Brasil, muitos capoeiristas estavam encantados com o canto da sereia, porque o pessoal chegava e falava: *“O capoeirista vai poder ter carteira assinada, ter sua profissão reconhecida e valorizada. Vai ter direito trabalhista. Que maravilha!”*. Nós sabemos que os mestres tiveram uma formação popular, que não tiveram acesso à academia. Eles têm uma formação, uma sabedoria e uma malandragem para a vida, para o cotidiano, para a área em que eles atuam, mas, quando se trata de debate acadêmico, de legislação, de outras coisas, muitas vezes o mestre não tem a sagacidade de ler nas entrelinhas. Nesse caso, é como diz o Mestre Curió: *“Aí você está abusando de minha inocência”*. O Mestre Curió já tem uma sagacidade para essa coisa da política que muitos outros mestres infelizmente não têm.

Nós vemos muitas pessoas que às vezes têm acesso a recursos públicos, conseguem fazer grandes eventos, trazem os mestres e querem utilizar a fala de um ou de outro mestre. Eu não tenho conhecimento de que haja 200 mestres de Capoeira Angola na Bahia — quem dirá no evento! Eu nem sei se há, no Brasil, 200 mestres de Capoeira Angola. Eu acho difícil.

Aqui foram colocadas algumas coisas sobre as quais eu queria falar: a organização da capoeira, a questão de quem deve se enquadrar a quem. Agora, uma fala de uma pessoa que não está mais presente aqui demonstrou bem esse abismo de concepções. Quando questionaram se um professor de capoeira está



apto a dar aula na escola: *“É claro que não. Teria que fazer um curso, outro curso, outro curso”*. O amplo coletivo que está aqui — eu me coloco como parte desse debate coletivo — é frontalmente contrário a essa concepção. Nós acreditamos que o professor de capoeira formado pela tradição da capoeira tem ampla condição de ensinar na escola. Isso é o que nós mais vemos em muitos projetos sociais, em muitas escolas de periferia. Os professores já estão arrancando os cabelos, sem saber como lidar com alguns meninos, já estão desesperados, aí chamam o professor de capoeira. É o cara que dá solução para aquela turma mais indisciplinada, porque ele agrega uma série de saberes. O capoeirista não aprende só a levantar a perna e trocar chute, ele aprende, na sua formação, a trabalhar com a diferença, com cada aluno, com cada situação, a estar em diferentes tipos de rodas, a saber diferentes diálogos, a saber ler a situação, o tempo, a saber a hora de apertar o jogo e a hora de aliviar.

Então, há toda uma sabedoria que o capacita a estar nesse espaço e a desenvolver o seu trabalho, como efetivamente já acontece em muitos lugares. Isso demonstra o abismo das concepções que estão aqui colocadas.

Outra situação que também foi apontada e demonstra muito bem essa diferença foi quando se falou dessa substituição do mestre pelo treinador de capoeira. Isso é algo que já existe em Portugal. Se fosse há 10 anos, eu ia até fazer uma piada de português, mas hoje já se tem uma concepção mais avançada do politicamente correto. Mas, lá em Portugal, houve uma institucionalização da capoeira a partir da concepção desportiva. Lá, para dar aula de capoeira, a pessoa tem que fazer o curso de treinador de desporto com a Federação. Ou seja, a pessoa tem que aprender tudo o que eles querem ensinar na perspectiva esportiva, de acordo com a concepção deles, de acordo com o currículo deles, etc. Tem que ser formado em treinador de desporto para poder dar aula de capoeira. Todos os outros capoeiristas que têm uma formação popular, que têm uma outra concepção frontalmente diversa, contrária, não são contemplados, têm que se enquadrar naquela perspectiva e ser um treinador de desporto.

A capoeira sobreviveu por séculos, sobreviveu à escravidão, à tipificação do Código Penal, a repressão, a racismo, e chegou até aqui. Os mestres que estão aí passaram por isso tudo para nos trazer a capoeira. Eu não quero ser parte de uma



geração que vai deixar o mestre de capoeira ser substituído por um treinador de desporto. Essa é uma batalha urgente. Já há toda uma indicação do Governo Federal em relação a esse patrimônio que é o ofício de mestre de capoeira. Em relação a isso, eu acho que não há nem debate, porque a capoeira já tem uma posição bem consolidada e avançada.

Eu acho que foi positivo o saldo dessa nossa conversa. Se conseguirmos avançar numa política de esporte que não queira formatar a capoeira a moldes estabelecidos, mas sim reconhecer a sua prática tal como ela se dá em seu espaço, sua forma, sua organização, nós vamos conseguir avançar.

Sou muito grato a todas e a todos pela presença, pelo convite. Parablenizo todos os que estiveram presentes aqui até esta hora, para podermos avançar nesse debate.

Sigamos em frente, na luta! (*Palmas.*)

O SR. MESTRE PAULÃO - Deputado, colocamos a *Rádio Capoeira* à disposição da Comissão, que vai andar o Brasil, para transmitir para os nossos mais de 600 mil ouvintes por mês, segundo o *Google Analytics*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Não entendi.

O SR. MESTRE PAULÃO - A *Rádio Capoeira* está à sua disposição para ajudar a Comissão a divulgar esse bate-papo que V.Exa. vai fazer em todos os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Marinho) - Está certo. Obrigado.

Desde já, quero agradecer. Eu sempre estou aqui fazendo audiência pública — não é, Lindberg? — e nunca chegamos a todas essas horas de audiência pública. Observem como é importante esse debate, esse diálogo. Já estou aqui há 3 mandatos, participando de várias audiências públicas, Mestre Barão, Mestre Kibe, e nunca chegamos a uma hora dessa: 19h30min. Isso se deve à importância, à valorização e ao respeito que temos com o tema.

Quero agradecer de coração a todos vocês, que vieram dos seus Estados, de cidades longínquas, para participar desta audiência pública. Meus agradecimentos a todos vocês: mestres; apaixonados pela capoeira; espectadores da nossa Comissão; o pessoal da Consultoria, que até agora está conosco nos ouvindo. Isso é importante. Vocês nos deram uma aula hoje. Tenho certeza de que contribuiram



demais. Vamos fazer outras audiências e gostaríamos muito da presença dos senhores, se possível, nessas outras audiências que iremos fazer nos Estados.

Quero agradecer também ao Sandro, Coordenador-Geral de Gestão. Leve o meu agradecimento à Dra. Cida, que fez contato comigo. Nós Parlamentares temos a mesma concepção que ela tem como gestora à frente da Fundação Palmares. Tenho certeza de que ela dará uma contribuição muito grande para formatar o que nós queremos para o Brasil em relação à capoeira.

Quero agradecer ao Paulo, da Associação Brasileira de Capoeira. Quero agradecer ao Gersonilto, da Confederação Brasileira de Capoeira. Obrigado! Quero agradecer à Andréa, do Ministério do Esporte. Leve o meu agradecimento a todos. Agradeço a todos os que nos acompanharam até agora pela Internet — estamos ao vivo — e a todos os que nos ouvem.

Para terminar, de fato, quero dizer que precisamos muito ouvir vocês. O Parlamentar que não ouve o povo tem a estrada curta. O Parlamentar que ouve o povo tem a estrada longa, porque, sempre que estamos em consonância com o sentimento das pessoas, certamente temos, por parte dessas pessoas, a proteção, a força e a motivação para continuar trabalhando. Por isso, vocês são importantes para esta Comissão do Esporte.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, convocando os Srs. Parlamentares para a reunião deliberativa de amanhã, a partir das 14 horas, neste plenário.

Está encerrada a sessão.

Um forte abraço! (*Palmas.*)